



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

MAIRA CRISTINA GRIGOLETO

**Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos
na construção patrimonial no Arquivo Central do
IPHAN/Seção Rio de Janeiro**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

MAIRA CRISTINA GRIGOLETO

**Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos
na construção patrimonial no Arquivo Central do
IPHAN/Seção Rio de Janeiro**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília-SP, para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon.

Marília, 29 de janeiro de 2013.

Grigoletto, Maira Cristina

G857d Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro / Maira Cristina Grigoletto. – Marília, 2013.

159 f. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2013.

Bibliografia: f. 136-145

Orientador: Eduardo Ismael Murguía Marañón.

1. Documentos. 2. Patrimônio. 3. Arquivos. I. Autor. II. Título.

CDD 025.171

MAIRA CRISTINA GRIGOLETO

Documento, poder e governo: os agenciamentos políticos na construção patrimonial no arquivo central do IPHAN/seção Rio de Janeiro

Tese de Doutorado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília-SP, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento.

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon.

Data da defesa: Marília-SP, 29 de janeiro de 2013.

Prof. Dr. Eduardo Ismael Murguia Marañon – orientador e presidente – UNESP

Profª Drª Maria Nélide González de Gómez – IBICT/UFRJ

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins – Museu Paulista

Profª Drª Telma Campanha Carvalho Madio – UNESP

Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães - UNESP

Aos meus pais **Salete** e **João** e ao meu orientador **Eduardo**, parceiros incondicionais nessa trajetória.

AGRADECIMENTOS

“Corro sonhos, falsos mundos
Num horror que é doer
Posso ter você comigo
Pra minha pedra amolecer...”

(PERCURSO DO SAMBA – FELIPE CALORI)

Durante a minha trajetória aprendi que nunca produzimos um trabalho sozinhos, mas que este é resultado de diferentes esforços, diálogos e trocas de experiências. Neste caminho, tive a oportunidade de encontrar e ter ao meu lado pessoas especiais com as quais vivenciei os melhores e os mais tensos momentos. Aquele abraço, a todos que consciente ou inconscientemente ajudaram nesse processo.

Ao meu orientador Eduardo Ismael Murguia todo o carinho, respeito e admiração. Agradeço imensamente a dedicação e paciência durante tantos anos. Com ele pude vivenciar uma efetiva parceria, dada a sua generosidade no compartilhamento de conhecimentos e a competência em reger uma orientação. Ao final desse percurso posso dizer que nunca estive só, pois sempre tive quem me conduziu, apresentou possibilidades de escolhas, incentivou, motivou e apoiou em todos os momentos. Muito obrigada!

À minha família Salete, João e Marcos Grigoletto pelo apoio constante e incondicional. Não atingiria essa meta sem um quartel general que me fortalecesse e acolhesse ao longo dessa batalha com muito amor e compreensão.

Aos membros da banca avaliadora Prof^ª Dr^ª Maria Nélide de Gómez González, Prof^ª Dr^ª Telma Campanha Carvalho Madio, Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins e Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães pela avaliação minuciosa e crítica sobre o meu trabalho, o que possibilitou seu aprimoramento e a visualização de perspectivas futuras.

Às professoras Dr^ª Maria Leandra Bizelo e Dr^ª Sônia Maria Troitiño Rodriguez que me receberam como estagiária e com as quais aprendi muito. Obrigada pelo carinho e incentivo!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação da UNESP Dr. Oswaldo F. de Almeida Júnior, Dr^ª Marta Lígia Pomim Valentim, Dr. Carlos Almeida e aos professores convidados Dr. Armando Malheiro da Silva e Dr^ª Isa Maria Freire pela motivação, diálogos e ensinamentos.

Aos “amigos-família” Beny Nouer Martello, Renata Nouer Martello, Roberta Carbone e Felipe Calori que sempre acreditaram em mim, respeitaram a minha ausência e estiveram

presentes para me apoiar com uma palavra de estímulo, uma bebida no copo, uma música e comida aconchegante.

À amiga Marta Leandro da Mata, companheira em todos os momentos de sofrimento, dúvidas e alegrias. Obrigada por me ouvir, aconselhar, ajudar, acolher e idealizar comigo os tantos itinerários profissionais possíveis.

Aos amigos da Pós-Graduação Fernando Luiz Vechiato, Bianca Gonçalves de Souza, Mariana Lousada, Renato Crivelli, Letícia Elaine Ferreira, Hevelyn De Paula Osório, Mariana de Oliveira Inácio, Gustavo Meletti, Ciro Monteiro, Brianda Sigolo, Fábio Pinho, Fábio Rogério Batista Lima, Iuri Rocio Franco Rizzi, Rodrigo Rabello, Miriam Mattos, Rodrigo de Sales, Cíntia Pacheco, Brisa Pozzi de Santos, Natália Tognoli e tantos outros que tive o prazer de conviver e construir vínculos acadêmicos e afetivos.

Aos amigos Francine Almeida Leme, Luciane Sarcedo Bete, Bruno Daniel Rosalin, Luis Fellipe Bete, Luciana Gracioso, Marcelo Cachioni, Renata Gava, família Razera (Alexandre, Maria de Lourdes e Nivaldo), família Stipp Luz (Lucy, Felipe), Taty Nayra Sarruge, Nádia Naira Sarruge, Felipe Diehl, Danila Leoni, Eron Arantes Rangel, Alexandre Antunes, Ricardo Nogueira, Rodrigo Polisel, Vânia Celin, Maria José Buch Leone, Tatiana Amêndola, Elaine Russi, Laura Berchansky, Alexandre Brandão, André Luis Mussato Agreste, Ernane Teixeira, Tatiany Paço por me acolherem de várias maneiras: telefonemas e mensagens; músicas dedicadas e cervejas; cafés, almoços, calopsitas, cachorros e flores; orientações arquitetônicas; enfim, horas de dedicação e conversas.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ), em especial Hilário Figueiredo Pereira Filho e Jean Bastardis, por estarem sempre disponíveis para atender às minhas solicitações e pelos diálogos que foram fundamentais para o desenvolvimento desta tese.

À Juliana Gesuelli Meirelles e Camila Araújo dos Santos, revisora e normalizadora, respectivamente, pelo carinho, amizade e auxílio.

Aos funcionários do Escritório de Pesquisa Sylvia Horiguela de Moraes e Renato Geraldi, sempre disponíveis para o esclarecimento de dúvidas.

À equipe da Biblioteca.

Aos funcionários da Secretaria da Pós-Graduação pelo apoio nas resoluções burocráticas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo incentivo financeiro fundamental ao desenvolvimento desse projeto de pesquisa.

RESUMO

Esta tese propõe o tratamento de questões em torno das práticas documentais no âmbito das políticas patrimoniais brasileiras tendo como princípio duas proposições: a documentação patrimonial como dispositivo social de poder do patrimônio; e o campo do patrimônio como espaço de articulação das relações e jogos estratégicos do poder estatal. Levando essa discussão para o lugar específico do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ), nossa finalidade é explicar como essas associações se estabelecem no interior de uma central de cálculo que agencia as tensões entre saberes e poderes para produção de materialidades, estabilidades e permanências. Assim, em primeiro lugar, propomos o entendimento do pensamento do documento para percebê-lo como uma emergência decorrente de diversos agenciamentos estabelecidos historicamente através de regimes de poder/saber e de saber/poder. Num segundo momento, tratamos da construção do saber patrimonial e da configuração da documentação patrimonial como dispositivo de poder no interior de práticas e políticas governamentais. Em decorrência, traçamos um caminho para compreendermos as disputas de saber/poder entre neocoloniais e modernistas para a constituição e desenvolvimento do campo legal do patrimônio no Brasil. Posteriormente, revisitamos a noção de arquivo apontando para a materialidade e os processos de documentar. Por fim, mostramos a constituição, estrutura e funcionamento do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) para analisá-lo como uma central de cálculo e, conseqüentemente, como um lugar praticante e praticado.

Palavras-chave: Documento. Poder. Dispositivo. Patrimônio. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This thesis proposes to address issues surrounding the documentary practices within the Brazilian policies for patrimony having two propositions as principles: the patrimonial documentation as social device of patrimony's power; and the patrimony's field as space to articulate the relations and strategic games of power from the state. Bringing this discussion to the specific place of the Central Archives from IPHAN/Rio de Janeiro Section (ACI/RJ), our purpose is to explain how these associations are established within a "calculus' center" touting the tensions between knowledge and power to produce materialities, stabilities and permanencies. Thus, in first place, we propose the understanding of the document's thought to perceive it as an emergency due to various institutional negotiations established historically through regimes of power/knowledge and of knowledge/power. In a second moment, we treat construction of patrimonial knowledge and configuration of patrimonial documentation as a power device in the interior of governmental practices and policies. In this way, we trace a way to understand the disputes of knowledge/power between neo-colonials and neo-modernists for the constitution and development of the legal patrimonial field in Brazil. Subsequently, we revisit the notion of archive pointing to the materiality and the documenting process. Finally, we show the formation, structure and operation of the Central Archives from IPHAN/Rio de Janeiro Section (ACI/RJ) to analyze it as a "calculus' center" and, consequently, as a place practitioner and practiced.

Key-words: Document. Power. Device. Patrimony. Central Archives from IPHAN/Section Rio de Janeiro.

LISTA DE SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
ACI/RJ	Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro
AGCRJ	Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
AN	Arquivo Nacional
CCI	Comitê Consultivo Internacional
CECRE	Cursos de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos
CGD	Coordenadoria Geral de Documentação
CODEPAC	Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba
COPEDOC	Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência
CNPq	Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CRD	Coordenação de Registro e Documentação
DET	Divisão de Estudos e Tombamentos
DEPT	Divisão de Estudos, Pesquisas e Tombamentos
DID	Departamento de Identificação e Documentação
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ENBA	Escola Nacional de Belas Artes
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GCI	<i>Getty Conservation Institute</i>
GEDAB	Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica
IAB	Instituto Brasileiro de Arquitetos
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MES	Ministério da Educação e Saúde
MHN	Museu Histórico Nacional

MinC	Ministério da Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCH	Programa de Cidades Históricas
SEC/MEC	Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN/FNPM	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REPENSANDO O DOCUMENTO	19
2.1 Seguindo o percurso do pensamento do documento	19
2.2 Documento e verdade na jurisprudência e na História.....	24
2.3 Os agenciamentos do documento no regime do saber/poder	34
3 DOCUMENTO E PODER: UMA PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER PATRIMONIAL	44
3.1 O documento como dispositivo e constituição do discurso nacionalista na delimitação do patrimônio	44
3.2 Documento e patrimônio: suas associações nas ações de governo.....	53
4 PATRIMÔNIO: LEGALIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO	71
4.1 Política patrimonial no Brasil: embates e articulações.....	71
4.2 O IPHAN e a institucionalização do patrimônio	85
5 O LUGAR DO PATRIMÔNIO: O ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/SEÇÃO RIO DE JANEIRO (ACI/RJ)	97
5.1 O arquivo: percursos do documento/dispositivo	97
5.2 O Arquivo do IPHAN: personagens, fatos e acontecimentos	104
5.3 O Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ): espaço, documento e poder	118
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS	140
BIBLIOGRAFIA	148
ANEXO A - Fontes Documentais	159

1 INTRODUÇÃO

Os estudos para a construção das bases epistemológicas da Ciência da Informação se desenvolveram em meio às mudanças no cenário da pesquisa científica do século XX e se direcionaram, em um primeiro momento, para a busca e criação de um objeto que atendessem à construção de um *corpus* científico capaz de responder às necessidades de um tipo de profissional que começou a atuar em diferentes instituições. Esse novo profissional passou a ter que enfrentar diferentes categorias documentais e/ou produtos do conhecimento, diferenciando-se de outros que atuavam, por exemplo, somente em bibliotecas. Portanto, nas articulações para a consolidação dessa nova especificidade profissional, foi reconhecido um objeto mais abrangente para o direcionamento de suas fundamentações teóricas e práticas: a informação. Nesse processo, o conceito de informação foi apropriado de outras áreas que enfatizavam as suas características de mensuração e quantificação.

Por esse motivo, inicialmente as preocupações foram direcionadas para a construção de um objeto em certo sentido manipulável, baseado na observação e dedução que era a informação o foco principal. Em decorrência, as reflexões se encaminharam para a informação quantificável, registrada num suporte, portanto imaterial. Porém, nos últimos vinte anos houve mudanças nesse modelo paradigmático, o que pode ser observado a partir das propostas de Michel Buckland (1991), as quais indicam que a informação pode ser entendida como conhecimento, processo e coisa. A ideia de “informação-como-coisa”, no cenário das transformações da década de 2000, possibilitou “[...] o deslocamento de um olhar privilegiado sobre a informação, para a materialidade do documento” (MURGUIA, 2010, p. 123).

Tal deslocamento pode ser verificado no trabalho desenvolvido por Bernd Frohmann (2009). Ao revistar as análises de Michel Buckland (1991) sobre o que é o documento, o autor apresentou que tão importante quanto definições e delimitações de conceitos é o contexto de produção dos documentos, os processos de documentar.

Com esta proposta tornou-se necessário também revisitar os estudos realizados pela antiga escola de documentação francesa, que haviam sido negligenciados pela nova Ciência da Informação, esta vinculada ao viés de análise norte-americano. Segundo os dois principais expoentes da escola francesa, Paul Otlet (1937) e Suzanne Briet (1951), evidenciava-se o documento como um *vir a ser* em detrimento de circunstancialidades e procedimentos de institucionalização. Ou seja, que qualquer tipo de objeto poderia ser um documento desde que pudesse evidenciar a informação.

Dessa forma, o presente trabalho se insere dentro de uma corrente de pensamento da Ciência da Informação que pretende contribuir para o debate que leve a uma possível consolidação daquilo que denominamos de **teoria do documento**. Para tanto, propomos perceber de que maneira se desenvolveu o pensamento do documento em diferentes historicidades a partir da sua validação por regimes de saber/poder. Principalmente, nossa preocupação se insere em dar visibilidade aos procedimentos de documentar no campo do patrimônio em um lugar de poder específico: o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ).

Assim, entre os anos de 2007 e 2009, realizamos estudos com o objetivo de defender a nossa hipótese do trabalho de mestrado, que visava sustentar a ideia de que a documentação patrimonial¹ era o próprio patrimônio. Para tanto, analisamos os processos de tombamento da Casa de Prudente de Moraes, elaborados pelas três instâncias governamentais preservacionistas responsáveis pela atribuição de valor e proteção legal desse bem imóvel, a saber: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) e Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Piracicaba (CODEPAC). Durante a análise desses processos, vários elementos foram considerados, por exemplo, a questão do trâmite processual administrativo, a legalidade e legitimidade do ato do tombamento e as categorias e critérios de valores mencionados e atribuídos por cada um dos órgãos preservacionistas a este bem.

Ainda, demonstramos como essa documentação é instrumento necessário para formulação de justificativas e para a apresentação de diversos interesses envolvidos (explícita ou implicitamente) nas práticas de preservação, que são marcadas pela historicidade dos

¹ Na dissertação de mestrado, denominada “A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu Prudente de Moraes” (GRIGOLETO, 2009), apresentamos a expressão **documentação patrimonial** para fazer referência aos processos de tombamento. Tais processos são elaborados como procedimento administrativo necessário para atingir as atividades-fim dos órgãos preservacionistas: a instituição de bens patrimoniais através da sua inscrição em um dos Livros do Tombo. Dentre os documentos oficiais que compõem os processos de tombamento, podemos citar: solicitação para abertura (possível de ser realizado por qualquer pessoa física ou jurídica), justificativa para a solicitação, notificação ao proprietário, pareceres, atas do Conselho Consultivo ou Deliberativo, eventuais impugnações e contrarrazões, etc. Esses documentos auxiliam na avaliação de um bem e no maior reconhecimento da importância deste perante os demais, seja pela sua ligação com a memória coletiva ou mesmo por seus atributos estéticos, físicos, artísticos, históricos, etc. A última ação desse procedimento é a inscrição de um bem (móvel/imóvel ou material/imaterial) em um dos Livros do Tombo (Histórico, Artístico, Arqueológico, Arquitetônico, entre outros). No presente trabalho, ampliamos a noção de **documentação patrimonial**, englobando em nosso campo de análise um *corpus* documental que inclui os diferentes instrumentos/bases importantes para a execução dos trabalhos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tais como: recomendações internacionais (cartas patrimoniais), legislações, portarias, etc. Enfim, passamos a tratar a expressão **documentação patrimonial** para fazer referência ao conjunto de documentos que coexiste no campo do patrimônio para instrução e execução das atividades patrimoniais.

processos e dos procedimentos necessários para a constituição de um bem patrimonial tombado. Tal documentação passou, então, a ser compreendida como um espaço de formas de poder e de materialização de valores que determina o próprio patrimônio.

As considerações finais dessa pesquisa apontaram para uma nova questão: as problemáticas em torno das relações e das articulações de poder na esfera governamental preservacionista; o que permitiu fundamentar a nossa hipótese de que a documentação patrimonial é um dispositivo social de poder nas instituições preservacionistas. Mas, pretendemos que essas dúvidas fossem observadas em uma instituição, entendida como lugar: o arquivo. Com esse intuito, elaboramos algumas perguntas acerca da questão, o que se tornou, em última instância, o projeto de pesquisa apresentado e aprovado na seleção de doutorado, em 2010, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Estadual Paulista/Campus de Marília; e, posteriormente, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

De início, a proposta principal era a ampliação da análise do complexo campo de constituição do patrimônio, não mais para comprovar que o documento patrimonial é o próprio patrimônio, mas no intuito de verificar: o papel do Estado através de agenciamentos e de práticas frente às ações preservacionistas pelo viés do patrimônio tombado num lugar específico. Esta proposta nos permite estabelecer uma análise em torno do documento na esfera da governamentalidade estatal.

Deste modo, nossa primeira proposição se fundamentou pela ideia de que a documentação patrimonial é um dispositivo de poder que exerce influência e é influenciada pelas características da governamentalidade que circunda sua produção, função, valor, circulação e armazenamento em um lugar específico: o Arquivo do IPHAN. Em outras palavras, a documentação patrimonial é o que determina o poder das instituições preservacionistas brasileiras, mantém a sua existência e disciplina a maneira como são desenvolvidas as suas práticas na medida em que agencia e é agenciada nesse lugar de práticas do saber/poder. Assim, começamos a deslocar nosso olhar do documento para sua relação e interconexão com o arquivo, associação que permitiu a elaboração da nossa hipótese de trabalho, pautada na seguinte afirmação: o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) é a sede do poder do patrimônio.

Essa visão busca compreender como se exerce o poder por meio das determinações e abrangências de uma documentação que mantém ou apaga as “verdades”, conceitos e critérios do próprio universo em que foi produzida; da própria ação estatal em sua prática governamental. Um olhar sobre todo o corpo que faz gerar uma ação, levando em conta as

bases legais, burocráticas e administrativas por outro viés. Passamos, desta maneira, a tomar a documentação patrimonial como agente alegórico e material no campo do patrimônio através de seus agenciamentos e deslocamentos no interior do arquivo.

Deste modo, nossa proposta pretende verificar se as questões frente à preservação patrimonial se fundamentaram, antes e acima de tudo, por meio de práticas que antecederam a existência preservacionista patrimonial institucionalizada. Em outras palavras, se essas práticas configuraram existências imateriais anteriores e se tais emergências não localizáveis na estrutura estatal estão presentes em campos de fazeres sociais, culturais, econômicos não engendrados em campos de saberes estatais. Uma das nossas preocupações passou a ser a de pensar a evidência “patrimônio institucionalizado e tombado” como um mecanismo de alocação e materialização de práticas não localizáveis pelo e no corpo governamental em momentos históricos específicos. Passamos a buscar e focalizar os mecanismos, as dinâmicas por meio das quais tais práticas tornaram-se localizáveis e foram estabilizadas em um quadro estatal mais amplo. Ou seja, circunscrevemos de que forma foram incorporadas ou passaram a fazer parte de um plano governamental, que trouxe para o campo do saber estatal práticas/fazeres/discursos que se tornaram força motriz no corpo de ações políticas mais amplas e concretas.

Diante dessas inquietações, nosso esforço é o de repensar a relação entre o arquivo, o documento e o patrimônio, direcionando as futuras análises sobre o poder em suas extremidades e subjacências, em suas formas de emergência e instituições. Um ponto de vista que não tende a privilegiar, mas ultrapassar as regras, leis, percursos e procedimentos administrativos que determinam, normatizam e delineiam a produção documental que gera o ato do tombamento. Nesse sentido, traremos à luz as relações de força que, muitas vezes, não são consideradas e nem explicitadas na própria produção documental e na prática governamental. Tais relações são formadas e formalizadas em instâncias burocráticas (políticas, econômicas, sociais, culturais) e, principalmente, em relações múltiplas de poder que se estabelecem para a configuração de uma central de produção e acúmulo de registros e para a sua validação como espaço do poder institucional (LATOUR, 2000).

O objetivo geral desta pesquisa de doutoramento é, portanto, identificar e discutir as relações entre documento, poder e governo através de seus agenciamentos no interior do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) no processo de construção e revelação de bens patrimoniais. Já os objetivos específicos são: 1) fundamentar, do ponto de vista teórico, a documentação patrimonial como um dispositivo social de poder que, através de agenciamentos institucionais específicos, determina a preservação de bens culturais; 2)

observar as diversas tensões expressas/materializadas na documentação patrimonial, identificando os confrontos e os acordos dos agentes institucionais no exercício de suas funções e poder; e 3) apresentar de que maneira o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro estruturou-se como uma das sedes do poder patrimonial.

Para atingirmos essas finalidades, partimos do princípio de que a abordagem e metodologia são duas faces do mesmo estágio do processo do trabalho científico. Entendemos por abordagem um dos aspectos do embasamento teórico que permite a construção e a interpretação, simultaneamente, de um objeto de estudo. Em outras palavras, o lugar desde o qual enxergamos nosso objeto dentro do campo de visão que esta nos permite. Portanto, pressupomos que a metodologia seja uma recorrência da abordagem, pois sua instrumentalização seria a apropriação da abordagem com a finalidade de analisar o objeto. Nesse sentido, a abordagem e a metodologia se diferenciam unicamente pelo momento de sua aplicação.

A abordagem metodológica de nosso trabalho se fundamenta na escolha de alguns autores. Michel Foucault oferece categorias de interpretação e análise referentes ao poder, institucionalização e governo. Tais elementos, constitutivos dos processos patrimoniais, ajustam-se às interpretações filosóficas do autor.

Pensando na coerência de uma matriz de pensamento, autores como Bernd Frohmann, Michael de Certeau e Bruno Latour, por exemplo, foram apropriados com a finalidade de alargar as análises de Foucault para o desdobramento que nosso objeto foi apresentando; o que foi necessário também para a sua própria configuração.

A partir desses embasamentos, essa tese é composta por cinco capítulos, cujo ponto principal da análise centra-se nas relações entre documento, poder e patrimônio no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ).

O segundo capítulo propõe uma reflexão acerca do pensamento do documento no sentido de percebê-lo como um *vir a ser* em decorrência de agenciamentos estabelecidos historicamente através das seguintes questões: procedimentos de validação das noções de verdade e de documento no Ocidente; e ampliação das noções, conceitos e categorias documentais. Este percurso foi possível através do diálogo que estabelecemos entre diferentes áreas, tais como: História, Diplomática, Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação. O fio condutor para entrelaçarmos estas questões foi fundamentado a partir de duas obras de referência: “A verdade e as formas jurídicas (2003)” e “Em defesa da sociedade (2005)”, ambas de Michel Foucault.

Assim, nossa proposta é a de verificar de que forma foram estabelecidos os primeiros reconhecimentos de registros escritos como documento pela História e pela Diplomática com base nas análises de Burke (1997), Bloch (2002), Le Goff (2006), Silva (2010a), McKemmish (2007) e Tognoli (2010). Em continuidade aos tratamentos, possíveis condições de reconhecimento, valorização e utilização do documento por outros campos de saber, como a Arquivologia e a Documentação, recorreremos às exposições apresentadas por: “Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses (1975)”, Schellenberg (2004), Tognoli (2010), Briet (1951) e Rabello (2009). Com o interesse de identificarmos os agenciamentos do documento no regime de saber/poder, as propostas de Rabello (2009), Murguia (2008; 2010) e Meneses (1998) foram fundamentais.

O terceiro capítulo trata da relação específica entre o documento e o poder com o intuito de verificarmos a construção do saber patrimonial. Ou seja, a partir das condições de emergência, reconhecimento e utilização do documento por nós identificados, buscamos perceber como este pode ser um dispositivo de poder dentro das ações governamentais e da burocracia estatal desde a modernidade, tendo sido também um dos instrumentos das relações de poder nas políticas preservacionistas estatais em âmbito internacional. Assim, para configurar o campo da governamentalidade estatal, através do qual pudéssemos perceber a coexistência do documento, utilizamos como base duas obras: “Segurança, território, população: curso dado no *Collège de France* (1977-1978)” (FOUCAULT, 2008a) e “Nascimento da biopolítica: curso dado no *Collège de France* (1978-1979)” (FOUCAULT, 2008b). Para tratar as noções sobre a ideia de dispositivo, buscamos referenciais nas propostas apresentadas pelos seguintes autores: Castro (2009), Agamben (2009), Santos (2004), Marcello (2009), Wellausen (2007) e Silva (2009). Já, no intuito de apresentarmos o início da constituição do campo preservacionista estatal em âmbito internacional tivemos como base a obra “A alegoria do patrimônio” (CHOAY, 2006).

No quarto capítulo demos visibilidade às tensões entre neocoloniais e modernistas no processo de construção e inserção das ideias de cultura e preservação no âmbito das políticas estatais brasileiras. Para tanto, selecionamos algumas publicações que responderam ao nosso interesse de alocar as políticas preservacionistas em planos e projetos ideológicos e governamentais mais amplos, ao invés de pensar estritamente o que é patrimônio. No intuito de compreendermos esses campos de disputas, dialogamos com os seguintes autores: Natal (2009), Trajano Filho (2010), Kessel (1999; 2001), Mello (2006), Pinheiro (2006; 2011), Magalhães (2004), Cavalcanti (2006), Miceli (2001), Bomery (1991), Guedes (1991), Alcântara (1991), Gonçalves (1991) e Fonseca (1991). Além disso, interligamos a

configuração das políticas preservacionistas nacionais à ampliação da noção de patrimônio na atualidade e as decorrências dos trabalhos em desenvolvimento, a partir dessa nova realidade, através das considerações de Castriota (2009).

Com base na hipótese de que a documentação patrimonial além de ser o próprio patrimônio é o meio para a materialização dos embates estabelecidos no campo preservacionista no âmbito específico do arquivo, construímos um caminho para percebermos como se articulada a produção desta documentação. Isto é, qual o papel do arquivo como elemento articulador de tensões e embates no processo de constituição do patrimônio tombado.

Assim, no quinto capítulo tratamos os documentos patrimoniais como dispositivos de poder no interior do arquivo. Em que pese à relação entre documento e arquivo, conduzimos nossa reflexão a partir das considerações dos seguintes autores: Hofman (2007), Upward (2007), Castro (2009), Ketelaar (2007), Certeau (2004), Cook (1998) e Cook e Schwartz (2002). Além disso, com o intuito de verificarmos o papel da documentação na construção da estabilidade de fenômenos sociais e públicos nos apropriamos dos estudos de Frohmann (2004; 2008a).

Para adentrarmos no universo do nosso objeto de estudo, apresentamos os processos de constituição do Arquivo do IPHAN, sua estrutura e funcionamento através do relato da ex-funcionária do IPHAN, Judith Martins (THOMPSON, 2009), do Programa de Gestão Documental da instituição (IPHAN, 2008) e do recente trabalho de Bastardis (2012).

Por fim, apresentamos a relação entre espaços, documento e poder tendo como base as reflexões de Murguía sobre o arquivo como um *lugar e espaço*, conceitos fundamentados por Certeau (2004). Com a proposta de alargarmos essa compreensão, passamos a tratar o ACI/RJ como uma “central de cálculo” (LATOUR, 2000) e, conseqüentemente, como um *lugar* praticante e praticado.

A partir dessas opções teóricas, abordamos nesta tese a questão da materialidade do dispositivo “documento”, a qual justamente obedece ao fato de estar circulando, agenciando e valorizando no espaço do arquivo para constituição e manutenção do campo do patrimônio.

2 REPENSANDO O DOCUMENTO

Neste capítulo propomos uma reflexão acerca do pensamento do documento a partir da nossa concepção de que este é um *vir a ser*. Inseridos numa discussão que, nos últimos anos, começou a emergir dentro da área da Ciência da Informação, seguiremos um caminho com o intuito de percebermos as emergências documentais para além da sua relação direta com a informação. Ou seja, trataremos de dar visibilidade à materialidade do documento a partir de seu reconhecimento e validação com base em três *epistemes*: a jurídica, a histórica e a científica.

Para tanto, buscaremos compreender como esta validação se desenvolveu em meio aos agenciamentos do documento no regime de saber/poder, estabelecido através dos procedimentos para a configuração da noção de verdade articulados pelos seguintes campos de saber: História, Diplomática, Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação.

2.1 Seguindo o percurso do pensamento do documento

A elaboração de abordagens em torno do documento tem sido uma preocupação de diversas áreas do conhecimento. Desde o século XIX, podemos perceber o aumento de visitantes a este universo: estudiosos que a partir de seus campos de fazer e saber alocaram instrumentalmente este objeto às necessidades funcionais de suas teorias e práticas. Tal recurso é um dos fatores que aponta para a multiplicidade de visões elaboradas para explicar e explicitar questões ligadas tanto à etimologia da palavra quanto à sua condição de *ser* ou *vir a ser*.

Na atualidade, o documento mantém um *status* privilegiado devido às inúmeras revisitações e aos procedimentos desenvolvidos para sua definição, reconhecimento, valorização e tratamento. Mais do que um conceito, este merece ser visto como um objeto e um dispositivo social de poder e para o poder.

A abordagem que propomos para o tratamento do pensamento do documento é no intuito de percebê-lo em suas possíveis condições de emergência e através de visibilidades relacionais e inter-relacionais que permitam nossa compreensão do documento como coisa registrada e materializada através e em decorrência de dinâmicas e fenômenos sociais. Ou seja, nosso percurso será pautado pela construção de um entendimento pelo qual possamos observar a forma através da qual o documento foi entendido em diferentes épocas.

A partir da revisitação aos termos cunhados por Buckland (1991) “informação-como-coisa”, “informação-como-processo” e “informação-como-conhecimento”, pensamos o documento como uma coisa, considerando um de seus estados de emergência e reconhecimento. Além disso, propomos um encaminhamento para diferenciar a ideia deste como mero objeto – pedagógico, funcional, elemento de prova - para colocá-lo ou tomá-lo como agente de jogos mais amplos e específicos: “[...] jogos estratégicos, de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e esquivo e também de luta” (FOUCAULT, 2003, p. 9).

O estudo acerca do documento é, muito frequentemente, relacionado ao advento da escrita. Tal recorrência remete-nos não somente ao *status* adquirido pelo documento escrito através da escola historiográfica positivista no século XIX, mas às transformações na compreensão e valorização das formas de inscrições e registros.

Desde a Pré-História, verificamos uma diferenciação entre as maneiras de elaboração, comunicação, captura e transmissão de histórias, atividades comerciais, tratados, leis, etc. Devido a algumas particularidades e mudanças nas atividades políticas, econômicas e sociais, houve também a transformação das estruturas de representação e registro do “real”; tais transformações foram fatores que impulsionaram o desenvolvimento de uma tecnologia nova e complementar às pré-existentes: a escrita.

Na colocação de Silva (2010a), a palavra escrita, teria sido o primeiro salto tecnológico de ruptura e continuidade com a oralidade e tornou possível o contato entre os seres humanos ao longo dos tempos e dos espaços. Ao direcionarmos nosso olhar ao nascimento da escrita e ao atrelarmos essa evidência à noção de documento que herdamos dos movimentos científicistas do século XIX, verificamos que esta ideia esteve vinculada e associada à representação, inscrição, registro de evidências e traços do ocorrido, do pretendido, do imaginado em um suporte material ou materializado por meio de sistemas, formas e estruturas específicas. Parece-nos que foi construído certo imaginário ocidental fundamentado em formas de escrita que constituíram alegorias reconhecíveis e passíveis de serem estruturas corporificadas que foram nomeadas documento. Mesmo que, ao longo dos tempos, tenham existido transformações em vários aspectos da escrita - em suas aplicações, nos espaços possíveis de inscrição, nos formatos, na estética e no estilo – existiram também procedimentos para desenvolver o olhar e o entendimento do que era passível de ser considerado escrita e, em ambientes mais específicos, documento.

Para ilustrar essas colocações tomemos como ponto de partida a inscrição rupestre. Inscrição, arte, escrita rupestre. A parte das categorizações, enquadramentos, classificações é importante inferirmos sobre o motivo pelo qual esse tipo de materialização de pensamento

e/ou intencionalidade materializada do pensamento do homem foi por tanto tempo excluída do universo do reconhecimento enquanto documento. Uma explicação possível para isso é o fato das sociedades produtoras terem apenas registrado indícios da vida cotidiana, das suas crenças e (aos olhares “mais” atentos dos primeiros observadores) da sua estruturação social ou econômica. Todavia, esses foram registros que com o passar do tempo, a modificação dos interesses e das temáticas de estudo, priorizadas entre os acadêmicos, começaram a ser reconhecidos, ressaltamos, como objeto de interesse múltiplo e não necessariamente como documento. Assim, por exemplo, uma coisa é o fascínio de memorialistas, turistas, visitantes do passado sobre indícios e rastros do ocorrido. Diferente é o interesse de um antiquário quanto à reprodução e preservação/conservação de dada inscrição pela sua estética, excepcionalidade, exotismo. Muito particular ainda é o olhar de um cientista, de um profissional que aloca e utiliza esse item para validação de seu trabalho.

Essa premissa nos remete a outros pensamentos. A escrita cuneiforme cunhada pelos sumérios no barro, argila; as escritas demógrafas e hieroglíficas materializadas em paredes, papiros, pergaminhos pelos egípcios; e os signos, símbolos do alfabeto romano em pergaminhos – e em tantos outros suportes - mostram as diversas determinações sociais e materiais pelas quais distintos grupos em diferentes momentos optaram por uma forma específica de captura de pensamento. Em todos esses movimentos, as inscrições e os registros serviam como dispositivo de poder e governo. No entanto, somente no século XIX foi instaurado um novo olhar sobre esses processos e práticas; constituindo-se um campo específico de reflexão sobre alguma coisa que a partir desse período foi nomeada de documento, com as acepções que atualmente possui.

Ao apresentar as diferenciações entre as noções de monumento e documento, Le Goff (2006), trouxe considerações importantes para auxiliar no desenvolvimento das colocações que apontamos. Para o autor (LE GOFF, 2006, p. 526-527), o *monumentum*² seria um sinal do passado, tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar recordação: atos escritos, decretos, mas também obras comemorativas da arquitetura, monumentos funerários, etc. Já a ideia de *documentum*³ passou a ser difundida no século XVII através da linguagem jurídica francesa e nasceu vinculada à expressão *titres et documents* (títulos/papéis e documentos). O sentido moderno do termo documento, ligado à noção de testemunho histórico, apenas apareceu no

² “[...] A palavra latina *monumentum* remete à raiz indo-européia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa ‘fazer recordar’, de onde ‘avisar’, ‘iluminar’, ‘instruir’” (LE GOFF, 2006, p. 526).

³ “[...] O termo latino *documentum*, derivado de *docere*, ‘ensinar’, evoluiu para o significado de prova e é amplamente usado no vocabulário legislativo” (LE GOFF, 2006, p. 526).

século XIX e, no início do século XX, passou a ser o fundamento do fato histórico; sendo tomado como prova histórica. Embora por algum tempo, esses dois termos tenham sido confundidos ou utilizados como sinônimo, o autor assinala que a objetividade do documento parece opor-se à intencionalidade do monumento e que o triunfo de um sobre o outro foi um movimento lento. De fato, o triunfo do documento ocorreu em função das operacionalizações e validações dadas pelos movimentos de escolas positivistas.

Nesse processo retrospectivo, observamos que a questão da escrita, do registro passou com o tempo a não ser mais ou somente vista como uma forma de representação de crenças, desejos, sonhos ou configurações deveras abstratas; mas passaram a denotar a configuração intencional de uma sociedade que utilizou, utiliza e preservou os registros como forma de referência, estruturação, funcionamento, desenvolvimento e manutenção de certo poder.

Agora, em outro caminho, queremos chamar a atenção para um ponto específico: a transformação das mentalidades e, por que não dizer, das estruturas de pensamento com relação ao vínculo da escrita e do documento. Interessa destacar que evitamos explicar o documento como um “ser em si”. Nossa proposta aponta para o fato de que devemos prestar atenção à maneira pela qual se pensa o documento em determinadas circunstâncias, pois é na explicação desse pensamento que podemos inferir as múltiplas significações pelas quais foi construída sua definição. Não pretendemos, portanto, mostrar os agenciamentos do documento, mas a apreensão e enunciação daquilo que se pensou sobre ele para, assim, chegarmos a uma possível definição de seu conceito.

A reflexão sobre o documento, enquanto objeto delimitado de forma sistematizada e orgânica apareceu no século XIX quando a historiografia positivista propôs entendê-lo como o ponto inicial e imprescindível para o conhecimento científico do passado. Isto é, o documento precisou ser indagado através de métodos próprios que revelassem um passado *factual*. Todavia, a interpretação foge do documento, pois ele próprio é capaz de abrir as cortinas do tempo para a observação do acontecimento enquanto tal.

A Escola dos *Annales* no século XX ampliou a noção de documento entendendo-o não como um objeto que revela o passado, mas como uma construção feita a partir de inferências que o historiador em seu momento de investigação indaga. Isto é, existe um deslocamento do entendimento do documento de uma visão objetiva para a inserção do sujeito que constrói o passado. O documento escrito passou a ser questionado com a introdução de qualquer coisa que possa *vir a ser* documento. Outro avanço na trilha da interpretação do documento, acreditamos, seja a nossa proposição de nos apropriar do conceito de dispositivo, questão que veremos de forma mais detalhada no Capítulo 3.

Como demonstrado por Le Goff (2006), a partir das colocações de Samaran, não há história sem documento, mas é necessário tomar essa palavra em um sentido mais amplo: documento escrito, ilustrado, transmitido pelo som, imagem, etc. No entanto, a ampliação desse entendimento deve ser vista apenas como uma das etapas da ideia de revolução documental, observada a partir dos anos de 1960.

Quando destacamos a relação ou possível vínculo entre a escrita, o documento e o documento escrito, buscando compreender as emergências do documento, objetivamos verificar não as origens, mas a genealogia e, de forma mais ousada, a arqueologia das estruturas de pensamento que determinaram o entendimento do documento.

Os registros atuais vinculados às novas tecnologias da informação e da comunicação trouxeram um novo desafio: as mudanças materiais de documentos gerados por estes instrumentos. Como já apontamos, formatos, estilos, estéticas, espaços de inscrição podem ser os mais variados, mas certa forma de materialidade, de possibilidade de visualização e de contato dificilmente afasta do senso comum a ideia da escrita, passível de ser transformada em documento em dadas circunstâncias.

McKemmish (2007, p. 21) iniciou suas considerações sobre as relações entre traços, documento, registro(s) e arquivo(s) com a seguinte citação de Derrida: “[...] a escritura, é uma das representações do traço em geral; não é o traço mesmo. O traço mesmo não existe”⁴.

Segundo a autora, os indivíduos, ao longo do tempo utilizaram-se de diferentes tecnologias para se comunicar, capturar e transmitir suas histórias, armazenando-as, estruturando-as e representando-as de maneira seletiva. “[...] A tinta na caverna, a talha sobre o monólito, a pintura em folha de argila, o sarcófago da múmia, o manuscrito sobre um rolo, a gravação de um som em CD, os bits em um disco de computador, a imagem na película”. Muitas foram e são as formas de ter contato, comunicar, expressar e executar manifestações do pensamento do homem: “[...] as histórias contadas, cantadas, dançadas ou executadas, capturadas em rituais e cerimoniais” (McKEMMISH, 2007, p. 21-22, tradução nossa). Todavia, apontou para uma questão fundamental: as relações dinâmicas e múltiplas existentes no processo de *vir a ser* dos registros e, a partir do nosso enfoque, dos documentos. Ou seja, os procedimentos para a transformação desses tantos elementos em documento seria um constante tratamento do *ser* (registro) em um *vir a ser* (documento).

Seja de forma gráfica, textual, sobre variados suportes e utilizando de qualquer tipo de tecnologia, os documentos emergem em decorrência de agenciamentos, são eles próprios

⁴ DERRIDA, Jacques. Deconstrucción and the question of literature/Derrida. In: PARROL, David. **Paraesthetics**: Foucault, Lyotard, Derrida. New York: Methuem, 1987. cap. 4.

agenciados e agentes de dinâmicas sociais complexas. A política, a hierarquia, a soberania estatal, os diversos elementos da burocracia governamental e as configurações do universo cientificista acadêmico parecem ser algumas das relações e inter-relações que permitiram colocar o documento em foco; bases que fundamentaram valorizações e olhares específicos, múltiplos sobre o documento.

No processo de inserção e visualização dessas questões no campo da História, da Diplomática, da Arquivologia, da Documentação e da Ciência da Informação propomos sustentar a ideia de que o documento é um *vir a ser*, um estado de emergência possível de ser detectado enquanto dispositivo social através das apreensões e enunciados de cada um desses campos. Nesse sentido, verificaremos em um primeiro momento como que o pensamento do documento esteve vinculado as propostas de reconhecimento e validação da verdade no mundo ocidental.

2.2 Documento e verdade na jurisprudência e na História

Tratamos de mostrar até agora como em determinados momentos da história foram construídos pensamentos em torno do documento em uma variedade cada vez mais crescente. Todavia, em todos esses movimentos identificamos uma questão comum: a ideia de que seria necessário realizar registros, caso contrário, muito se perderia sobre os acontecimentos. Esta noção nos chama a atenção para o fato de que os processos de reconhecimento, validação e utilização do documento estiveram atrelados à sua possibilidade de garantir permanências. Ou seja, de que através dos documentos seria possível a transmissão de conhecimentos, deliberações e direitos de forma mais estável.

Nesse sentido, apontada a noção da permanência, é que destacamos a questão da verdade. Em outras palavras, a necessidade de algumas áreas do conhecimento de sustentarem sua produção com base nas “verdades” materializadas em alguns suportes. A História e a Diplomática aparecem nesse cenário não somente na construção desses instrumentos, mas também pela forma como utilizaram e auxiliaram na validação de muitas dessas “verdades” elaboradas e materializadas. As produções estatais e os registros judiciais, por exemplo, surgiram como auxiliares na construção desse olhar, na valorização e colocação do documento escrito como instrumento de materialização, transmissão e perpetuação de verdades. Assim, propomos como objeto de nossa discussão, a questão do documento judiciário.

Nas teorizações das áreas com as quais dialogamos, a questão da verdade é uma das primeiras operacionalizações para o reconhecimento do documento. Para tanto, cabe-nos tratar de forma mais pontual o que podemos conceber como verdade e formas de verdade no Ocidente.

Foucault (2003) nas conferências ministradas entre 21 e 25 de maio de 1973, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, abordou em cinco conferências os seguintes temas: as formas jurídicas e sua evolução no campo do direito penal como lugar de origem de um determinado número de formas de verdade; o nascimento do inquérito no pensamento grego a partir da História de *Édipo*; a relação que se estabeleceu na Idade Média do conflito, da oposição entre o regime de prova e o sistema de inquérito; e, nas últimas conferências, o nascimento do “exame”.

No percurso de seus estudos, as reflexões metodológicas apontaram em primeiro momento para uma pesquisa histórica através da qual pudesse verificar como se formaram os domínios de saber a partir de práticas sociais com o objetivo de mostrar que as formas de conhecimento e os sujeitos fazem parte de uma construção histórica. O segundo ponto considerado foi a análise dos discursos pela abordagem anglo-saxã, que compreende os fatos de discurso como jogos (*games*), isto é, estratégicos e polêmicos.

A hipótese de Foucault (2003) é a de que existe uma história interna e externa/exterior da verdade. A história interna da verdade seria aquela que se corrige a partir de seus próprios princípios de regulação, tal como se faz na ou a partir da história das ciências. A história externa/exterior da verdade seria a que tem visibilidade pelas práticas judiciárias, práticas regulares; formas pelas quais nossa sociedade definiu tipos de subjetividade, regras, formas de saber e relações entre o homem e a verdade.

Foucault embasou seus estudos nas teorias sobre o conhecimento de Nietzsche (1873 apud FOUCAULT, 2003, p. 13). Para o filósofo alemão, “[...] o conhecimento foi inventado sobre outro e em determinado momento”. Ao destacar a ideia de invenção, o fez em oposição à de origem, e lançou um olhar crítico às colocações de Schopenhauer. Por esta visão, Nietzsche concebeu que o conhecimento não está inscrito na natureza humana, não se constitui no instinto humano – embora tenha relação com os instintos – mas é resultado do jogo, do afrontamento, da junção, da luta e do compromisso entre os instintos. Somente porque houve embate entre os instintos é que pôde haver um compromisso que resultou em algo que passamos a chamar de conhecimento. Este, portanto, tem por base e por ponto de partida os instintos, mas não é da mesma natureza.

Com esses pensamentos, Nietzsche rompeu com a tradição da filosofia ocidental mostrando que o conhecimento só pode ser uma violação com as coisas a conhecer e não percepção, reconhecimento ou mesmo identificação delas ou com elas. Anulou, assim, a ideia de Kant de que havia semelhança entre o conhecimento e as coisas que seria necessário conhecer. Para ele, não há ser em si, como também não pode haver conhecimento em si; não há uma natureza, uma essência do conhecimento, mas este é o resultado histórico e pontual de condições que não são da mesma ordem (FOUCAULT, 2003).

Nessa linha, apontamos a nossa primeira hipótese de emergência e *vir a ser* do documento. A partir de alguns teóricos da Ciência da Informação que trataremos a seguir, concebemos que os elementos que compõem um documento são: informação e suporte. Todavia, tanto as ideias de documento como as de informação e suporte são bastante variadas.

Almeida Júnior (2007) defendeu que as áreas da Ciência da Informação não tratam a informação, mas uma possível informação, em estado latente ou, como passou a denominar, uma proto-informação; cujo conceito aponta para a não existência da informação *a priori*.

Essa ideia dialoga com a nossa concepção de *vir a ser* do documento. Se um dos componentes do documento é a informação e se esta é uma virtualidade, o que pensarmos, então, do “documento em si”? Primeiro, não existe “documento em si” como não existe informação ou “conhecimento em si”. Tanto a informação quanto o documento não são elementos *a priori*, mas evidências construídas como resultado de processos e agenciamentos, relações e interações. São elementos que se concretizam a partir de procedimentos de mediações. Segundo, para percebermos a construção desses elementos temos que compreender que são de uma ordem perspectiva; possuem uma história, e esta leva a perceber tais emergências dadas as circunstancialidades⁵ em que estão inseridas. Assim, pelos encaminhamentos de campos de fazer e saber, vinculados à construção do entendimento da verdade, buscaremos demonstrar como as formas de verdade apareceram e, ao lado destas, as emergências informação e documento.

Como ponto de partida para compreensão de como a verdade se estabeleceu no mundo ocidental, Foucault (2003) foi buscar na civilização grega duas formas ou dois tipos de regulamentos judiciais: o de litígio e o de contestação ou de disputa. Através destas concepções, o filósofo tentou perceber como se estabeleceu e se transformou a questão da verdade a partir de duas situações diferentes.

⁵ BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que La documentation?** Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

A primeira foi encontrada em “Íliada”, de Homero, e apresenta um julgamento sem intermediários, forma de inquérito ou testemunho. Todo procedimento para decisão de um culpado ou inocente configurava-se no risco que cada um assumia e vivenciava através do confronto físico e do desafio de contar com o julgamento de Zeus. A segunda forma se fundamentou em torno da história de *Édipo-Rei*, a qual se desenvolveu na busca do assassino do rei Laio. Nesse cenário, apareceu um personagem mediador: o pastor. Nesse tipo de julgamento, o elemento central passou a ser o testemunho. Esta história mostra o processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar e dizer a verdade, mesmo que em oposição à verdade de seus senhores. Para Foucault, esse direito de testemunhar “[...] de opor uma verdade sem poder a um poder sem verdade deu lugar a uma série de grandes formas culturais características da sociedade grega” (FOUCAULT, 2003, p. 53-54).

Do mundo grego antigo, adentramos no mundo medieval (séculos V ao XV); um universo fragmentado, com múltiplas características culturais que se confrontavam, principalmente, em função dos movimentos de dominação e conquista. Nesse período, Foucault (2003) foi verificar a relação que se estabeleceu pelo conflito, pela oposição entre o regime de prova e o sistema de inquérito.

No Direito Feudal, essencialmente de tipo germânico⁶, o litígio entre os indivíduos era regulamentado pelo sistema de prova (*épreuve*); em que se provava não a verdade, mas, antes, a força, o peso, a importância de quem dizia o quê. As principais características desse sistema estavam fundamentadas nos seguintes pontos. Primeiro, tratava-se não da pesquisa da verdade, mas de uma espécie de jogo de estrutura binária: aceitação ou renúncia da prova. Segundo, o que estava em jogo não era atingir a verdade ou mentira, mas a vitória ou o fracasso frente a um desafio. Terceiro, a prova era de certa maneira automática, não havia intermediário, uma autoridade só intervinha como testemunha da regularidade do processo e o papel do juiz era constatar a regularidade da luta. Quarto, a ideia de força era igual a da razão: quem era forte tinha razão (FOUCAULT, 2003).

Entre os séculos XII e XIII essa estrutura foi perdendo força e desapareceu, dando lugar a uma maneira de saber, a uma condução do saber que foi capital no mundo ocidental: o inquérito. Isso se deveu ao aparecimento de uma nova configuração social, diferente ao Império Carolíngio e às velhas regras do Direito Romano. As principais mudanças puderam ser vistas na configuração de uma justiça que não se fundamentava mais na contestação entre os indivíduos, mas que se impunha do alto. Apareceu entre essas transformações um novo

⁶ Entre os séculos V e XII houve a predominância do Direito Germânico no cenário europeu. Somente por volta do século XII e XIII podemos verificar o reestabelecimento do Direito Romano.

personagem, o procurador, que era representante do soberano. Além disso, surgiu a noção de infração e dano. O dano, por exemplo, passou a ser colocado não somente como uma ofensa de um indivíduo a outro, mas, também, de uma afronta de um indivíduo ao Estado e à lei. Outra invenção, em meio a essas mudanças, trazia uma formulação através da qual fosse criado um espaço para confiscação de bens, ou seja, o soberano além de ser lesado exigiria reparação. É nesse ponto que reside o pano de fundo político dessa transformação. Definidas essas questões, como eram aplicadas as sentenças? (FOUCAULT, 2003).

Existiam dois modelos de sentença: o infra-jurídico (flagrante delito) e o extra-judiciário (inquérito administrativo e/ou eclesiástico). O primeiro era estabelecido quando o crime era surpreendido em sua atualidade e o infrator era levado ao soberano, ao detentor de um poder político, para que, com base no relato das testemunhas, fosse imposta uma sentença. O segundo, inquérito administrativo, era estabelecido pelo poder político (personagem central) que elaborava questionamentos no intuito de procurar a verdade; a qual era determinada pelos notários que tinham a capacidade de saber e dizê-la em função da sua situação de riqueza, idade e notabilidade. Já pela forma eclesiástica (Alta Idade Média - Igreja Merovíngia e Carolíngia) o procurador (um bispo) ao chegar em uma localidade realizava questionamentos em três momentos processuais. No primeiro, inquisição geral, questionava a todos os moradores de um local para saber sobre os acontecimentos ocorridos durante a sua ausência. No segundo estágio, inquisição especial, apurava quem, de fato, havia feito o quê. Na terceira etapa, buscava-se a confissão do culpado – mesmo que com o uso de violência (FOUCAULT, 2003).

Para Foucault (2003), o surgimento do inquérito não deve ser pensado como a racionalização dos procedimentos judiciários, mas como um fenômeno político complexo. Ou seja, foi uma determinada maneira do poder se exercer, ele derivou de um tipo de relações de poder e apareceu no século XII em consequência das transformações nas estruturas políticas e nas relações de poder, reorganizando inteiramente todas as práticas judiciárias da Idade Média e Moderna. O inquérito foi uma forma de política e de saber que apareceu na cultura ocidental como maneira de validar a verdade. Tais mecanismos e efeitos da estatização da justiça penal na Idade Média repercutiram, em fins do século XVIII e início do XIX, no processo de formação da sociedade disciplinar e na construção de uma nova noção: o exame – questão que veremos mais adiante.

Embora o documento estivesse presente nas sociedades antiga e medieval é interessante começarmos a perceber como este foi utilizado pelo poder e através de quais manifestações, principalmente, pela materialização das ações jurídicas e judiciárias. O que vai

determinar e garantir a emergência do documento é, portanto, a sua utilização pelo e para o poder. Mas, como verificamos isso? Como o documento, além dos testemunhos orais, pôde ser instrumento a favor e contra o poder do Estado?

Mesmo na historiografia o documento judiciário foi objeto de interesse principal. Ao abordar sobre o ofício do historiador, Bloch (2002) apresentou algumas visões sobre as utilizações do documento no processo de escrever a História. O autor pontuou que o escrito facilitou imensamente, entre gerações às vezes muito afastadas, as transferências de pensamentos que foram instrumentos para a continuidade de uma civilização. Os relatos das pesquisas de Heródoto e Tucídides, por exemplo, são apresentados como produtos elaborados, cujo intuito era perpetuar as ações do homem, para que as coisas feitas tanto pelos gregos como pelos bárbaros, não fossem esquecidas com o passar do tempo e, assim, não perdessem seu brilho. Na explicação de Bloch (2002, p. 147)

Nas historiografias que herdamos, a história era, antes de tudo, uma crônica de líderes. Era das vicissitudes da soberania que ela extraía, tradicionalmente, as articulações de seu relato, isso quando não se contentava, transformando-se em anais, em claudicar de milésimo em milésimo.

Para Bloch (2002, p. 90) o verdadeiro progresso da historiografia ocorreu no dia em que a dúvida tornou-se, como dizia Volney, “examinadora”. Ou seja, o avanço veio no momento em que as regras objetivas foram pouco a pouco elaboradas para fazer uma triagem entre a mentira e a verdade; a autenticidade e a falsificação, tal como mencionamos anteriormente à respeito da verdade jurídica.

A questão da verificação da verdade ou falsidade dos documentos já era uma preocupação desde o século VI. Vemos, por exemplo, pelo Código de Justiniano as primeiras ações nesse sentido através do estabelecimento de regras práticas para distinguir documentos autênticos dos falsos, sendo estas pensadas e aplicáveis somente à análise de documentos contemporâneos. O fato é que a questão da autenticidade dos documentos mais antigos continuou sendo uma preocupação, principalmente, entre os estudiosos do passado. Dessa maneira, no interior da Igreja Católica é que começaram as ações mais elaboradas para o tratamento dessa questão.

Além do Código de Justiniano (século VI), outras ações foram desenvolvidas. Durante o pontificado de Inocêncio III (1198-1216) foi estabelecida a regulamentação da redação e transcrição de documentos da chancelaria papal. Posteriormente, Francesco Petrarca (século

XIV) e Lorenzo Valla (século XV) começaram a utilizar-se da crítica filológica para análise de documentos políticos e religiosos. Assim, conseguiram provar, por exemplo, que os documentos que comprovariam as doações feitas por Constantino ao papa Silvestre, no século IV, eram falsos (TOGNOLI, 2010).

Com a publicação das *Acta Santorum* (1643), a Igreja Católica começou a avaliar os testemunhos da vida dos santos, procurando identificar o que era fato e o que era lenda nestes registros. O padre jesuíta Daniel Van Papenbroeck, na introdução do segundo volume da *Acta Santorum* (1645), utilizando a crítica documental nos documentos merovíngios, preservados na Ordem de São Bento, posicionou-se afirmando que todos eram falsos. A esse posicionamento, o monge beneditino Jean Mabillon em oposição argumentou afirmando que: incontestavelmente, existiam diplomas forjados, remanejados ou interpolados, mas também existiam os diplomas autênticos. Por isso, era possível distinguir uns dos outros. Eis que se estabeleceu a “guerra” diplomática e, em 1681, com a publicação do *De re diplomatica*, podemos dizer que foi fundada a crítica dos documentos. Pela visão de Jean Mabillon, a Diplomática teria por função estabelecer regras e termos precisos para a realização da crítica documental. No entanto, cabe ressaltar que a doutrina da pesquisa diplomática foi desenvolvida ao longo do século XVII (BLOCH, 2002; TOGNOLI, 2010).

Neste percurso, o nascimento da Diplomática foi importante tanto ao trabalho dos historiadores quanto na elaboração de procedimentos para configurar e apresentar elementos que pudessem ser utilizados inclusive juridicamente para a comprovação da verdade e da falsidade. Outras consequências da crítica diplomática são verificadas: reconhecimento e transformação de fatos escritos em fontes históricas; validação de certos diplomas como documentos fiáveis e autênticos; configuração de olhares e tratamentos específicos sobre certos caracteres dos registros; estruturação de novos campos e abordagens sobre os documentos diplomáticos (DURANTI, 1996).

Apresentadas essas contextualizações, podemos começar a pensar na formação de uma sociedade de exame, de uma sociedade disciplinar que não somente recebeu e validou os instrumentos pelos quais se obtinha a verdade, mas que determinou e foi determinada a partir de dúvidas examinadoras e transformadoras sobre esses mecanismos de verificação. Segundo Foucault (2003), a formação dessa sociedade foi impulsionada por dois fatores contraditórios: a Reforma Protestante e a reorganização do sistema judiciário e penal em diferentes países da Europa e do mundo.

Na França, verificamos o início desse movimento através da redefinição dos princípios que regulamentavam uma infração, os quais foram postos da seguinte maneira: 1) os teóricos

mostravam que para haver uma infração era necessário haver um poder político, uma lei que tivesse sido efetivamente formulada; só haveria penalidade às condutas definidas como repreensíveis pela lei; 2) essa lei deveria representar simplesmente o que era útil à sociedade, não somente transcrever leis naturais, religiosas ou morais; 3) o crime não deveria ser definido como algo aparentado com o pecado e com a falta, mas como algo que danifica a sociedade, seria um dano social, uma perturbação, um incômodo para toda a sociedade; 4) o criminoso seria definido como quem danifica e perturba a sociedade, é aquele que, nos termos de Rousseau, teria quebrado o Pacto Social. As punições para essas infrações eram as seguintes: deportação, isolamento, trabalho forçado e pena de Talião. Todas essas formas de punição foram substituídas no século XIX pelo aprisionamento pela prisão (FOUCAULT, 2003).

A partir da questão posta pela prisão o foco sobre a penalidade foi alterado, sendo direcionado à vigilância da periculosidade dos indivíduos, ou seja, sobre o que seriam capazes de realizar. Assim, como o controle sobre os indivíduos não era somente uma reação penal às infrações contra a lei, a instituição penal não pode mais estar inteiramente nas mãos de um único poder, o judiciário. Por isso, foram criados poderes laterais e à margem da justiça: a polícia e toda uma rede de instituições de vigilância e de correção. Tais instituições - de caráter psicológico, pedagógico, psiquiátrico, criminológico, médico - teriam a função não de punir, mas de corrigir virtualidades (FOUCAULT, 2003).

Na Inglaterra, as comunidades religiosas dissidentes do anglicanismo passaram nesse cenário a exercer uma tarefa dupla: vigilância e assistência. A ação desses grupos foi realizada, em um primeiro momento, como uma forma de fugir do instrumento aterrorizador representado pela legislação penal e atuavam como um contrapoder; e não necessariamente para fazer a ordem reinar. Já, no decorrer do século XVIII, tais grupos mudaram sua inserção social e não estavam mais voltados ao recrutamento popular ou pequeno burguês, mas o empreendimento inicial de reforma moral e de autodefesa da legislação penal passou a ser operacionalizado como reforço ao poder da própria autoridade penal (FOUCAULT, 2003).

Na França, em processo bastante diferente e caracterizado pela monarquia absolutista, havia um duplo instrumento judiciário: o clássico (composto por parlamentares e corte) e o para-judiciário (a polícia). No segundo instrumento, as *lettre-de-cachet* eram o dispositivo de controle que a sociedade exercia sobre si mesma. O interessante é notar que a prisão não fazia parte de uma pena do direito no sistema penal dos séculos XVII e XVIII; a punição nesse período era estabelecida pela condenação à morte. Dessa forma, verificamos que a prisão teve origem na *lettre-de-cachet* que trazia a ideia de aprisionar para corrigir. Surgiu, como vimos,

a nova noção de que a penalidade teria por função não ser uma resposta a uma infração, mas, antes, corrigir. A penalidade procuraria corrigir pelo aprisionamento. Essa foi a ideia policial, nascida paralelamente à justiça francesa e, a partir desse momento, verificamos que o documento passou a determinar as ações comuns dos indivíduos (FOUCAULT, 2003).

Foucault (2003) pontuou que poder e saber encontram-se firmemente enraizados; não se sobrepondo às relações de produção, ao contrário, encontram-se arraigados muito profundamente naquilo que as constitui. Nesse sentido, mostrou que o inquérito e o exame são precisamente formas de saber/poder que funcionaram ao nível da apropriação dos bens na sociedade feudal e no âmbito da produção e sobre-lucro no mundo capitalista. Exerceram, portanto, controle sobre o ócio, disciplinaram a existência do homem, realizaram formas de poder econômico, político e judiciário e, principalmente, desenvolveram o poder epistemológico – extraindo o saber dos próprios indivíduos a partir do seu comportamento; um saber construído pela observação dos indivíduos.

Em analogia a essas ideias, dialogamos com Frohmann (2001, p. 7, tradução nossa) quando ele diz que

O “poder da escrita” que “captura e fixa” indivíduos não é o poder de simplesmente transcrever os indivíduos, não é o poder de simplesmente transcrever o pré-existente, características individuais objetivas em forma de escrita, assim permitindo que a informação sobre o indivíduo seja comunicada. Em vez disso, o poder da escrita é uma parte essencial do mecanismo da disciplina; ou aparatos disciplinares pelos quais indivíduos são construídos como objetos do conhecimento.

Essa sociedade disciplinar, de normalização, é a representação para a construção de um dispositivo, a norma, que perpassa por dois momentos e mecanismos importantes: disciplina e regulamentação.

É de nosso entendimento que, somente quando Foucault percebeu que tais processos não estão no mesmo nível, é que construiu a possibilidade de articulação entre eles. Isso porque não são contraditórios, mas, em certo sentido, possíveis de intersecção, entrelaçamento, dada as circunstancialidades de operacionalização.

Dentro dessa discussão, a construção que queremos estabelecer é que no interstício dessa conexão torna-se possível pensar as relações de poder dentro da perspectiva de uma microfísica do poder. Isso porque os vários estratos burocráticos de poder se estabelecem tanto em nível hierárquico governamental quanto pelas práticas sociais e culturais – mesmo

que não hierarquizadas, estatizadas, institucionalizadas ou normalizadas em primeiro momento.

Assim retornamos à ideia da Diplomática que foi fundamentada, como expusemos, na construção de regras para a normalização da crítica dos documentos. Mas em que consistia a crítica documental no interstício, nas subjacências da visão tradicional da Diplomática?

Em nossa concepção, a crítica com o intuito de verificar a autenticidade dos documentos tem sentidos paradoxais e múltiplos, configurando-se em outros tipos de agenciamentos. Desde o século XVII, esta técnica começou a colocar em pauta tanto o poder da Igreja Católica, externamente, quanto as práticas de produção da verdade pelos clérigos, internamente. Esse movimento pôde alocar no documento o espaço para materialização de confrontos de poderes internos e externos. É interessante observarmos o documento não como objeto de tratamento ou crítica por este ponto de vista, mas como sujeito dos agenciamentos para validação ou enfraquecimento de campos de poder. Ainda mais instigante é verificarmos a forma como o interesse da crítica documental foi alocada para outro campo de domínio; um espaço que confronta com certos campos de poder, porém encontra uma funcionalidade paralela em campos de saberes à serviço dos mesmos poderes confrontados – o que não impede, nem exclui, a construção de novos espaços ou mesmo diminui a importância dessa prática⁷.

Se a crítica e o estabelecimento de regulamentações para verificação da autenticidade de documentos já haviam sido postas, desde o século VI, em seu teor externo, movimentos posteriores também passaram ao tratamento do teor intelectual dos documentos antigos. Muito provavelmente, a Reforma Protestante, como mencionamos anteriormente, contribuiu para isso. Podemos dizer que os movimentos de Martinho Lutero tanto permitiram a divulgação dos escritos sagrados como lançaram dúvidas sobre os instrumentos através dos quais a Igreja Católica embasava seus dogmas, suas verdades incontestáveis.

Para melhor esclarecermos nossas proposições, tomemos como exemplo os documentos de processos inquisitoriais (eclesiásticos ou administrativos). Apresentamos os movimentos da inquisição (geral e especial), mas queremos pontuar que no processo documental e a partir do processo de produção das materializações dessas inquisições – das

⁷ A própria configuração e/ou existência da Diplomática foi possível em função dos interesses do poder vigente, podendo ser pensada como uma das formas de desvio de olhar sobre algumas práticas de documentar. Embora tenha fundamentado, estabelecido uma crítica documental e colocado em pauta as práticas de produção de registros preexistentes pode ser vista tanto como uma atividade ligada ao poder quanto como um instrumento subjacente de contrapoder. Ou seja, auxiliou na revisão da produção documental de poderes anteriores e criou condições para novas estruturas burocráticas, que tiveram papel importante na grade da governamentalidade estatal moderna.

diferentes formas de inquérito - foi construído um campo de observação e alocação não somente da verdade, mas um *corpus* pelo qual e através do qual se pôde fundamentar e perpetuar dúvidas e pensamentos em torno do tratamento destas verdades. Cabe destacar que tanto nos processos de materialização das inquisições como, posteriormente, nas *lettre-de-cachet* é que começaram a se configurar campos de poder/saber, campos por meio dos quais puderam ser construídas novas percepções com relação às emergências documentais e também novas possibilidades do homem se posicionar frente à verdade e construir instrumentos materializados de confronto. Dessa forma, nos processos de inquisição não encontramos somente o posicionamento do poder vindo do alto, mas, nas contestações materializadas e registradas, o contrapoder vindo de saberes de baixo.

Assim, verificamos movimentos das emergências do documento desde a Idade Média pela crítica documental; pela transformação da ideia de monumento em documento; pelo papel emergente do documento nos cenários de julgamento e validação da verdade; pelo surgimento da imprensa; e, por fim, pelo triunfo do documento escrito.

O olhar sobre a história da verdade permitiu-nos, portanto, alocar de forma diferenciada a emergência do documento no campo jurídico e suas consequências no campo historiográfico. Através das visões apresentadas, nesse domínio de poder, uma série de questões e possibilidades de análises e tratamento surgiu em campos de saberes. Assim, seguindo essa abordagem, vejamos como que o documento foi operacionalizado a partir de novos espaços de tensões, confrontos, descobertas, necessidades; nos campos de saber/poder.

2.3 Os enciamentos do documento no regime do saber/poder

Entre os séculos XVII e XVIII, uma nova forma de poder foi estabelecida, o poder disciplinar. As relações de poder disciplinares, ao criarem aparelhos de saber e campos múltiplos de conhecimento, estruturaram-se no corpo de um discurso disciplinar. Este, alheio ao da lei e da regra do soberano, passou a vincular-se não ao edifício do direito, mas ao campo das ciências humanas. A disciplina, assim, trouxe o discurso da ordem. O código não será mais, portanto, o da lei, mas o da normalização (FOUCAULT, 2005).

Foucault (2005) pontuou que existe uma vinculação entre as relações de força e as relações de verdade. Para ele, a relação de força libera a verdade e a verdade, por sua vez, vai atuar e só será procurada na medida em que puder, efetivamente, tornar-se uma arma nas relações de força.

No campo da História, o discurso histórico foi tomado como um operador, um intensificador do poder, um modificador. O saber histórico apareceu como um contrassaber, isto é, um saber/poder que desde o século XVII começou a vincular o aparelho administrativo ao absolutismo do Estado, desempenhando um papel político importante, sob o qual o poder régio não podia deixar de retomar o controle. O que, de fato, foi feito através da instituição do Ministério da História no contexto francês. A partir de 1760, os movimentos para constituição desse Ministério tiveram o intuito de organizar o saber histórico e, de certo modo, recolocá-lo em seu jogo de saber e de poder entre o poder administrativo e os conhecimentos que se formavam a partir dele. Os aparelhos do Ministério da História se constituíram da seguinte maneira: na década de 1760 pela criação da Biblioteca das Finanças; em 1763 com a criação do Arquivo de Documentos (auxiliar nas pesquisas de história e de direito público); e, em 1781, com a união dessas duas instituições para a criação da Biblioteca de Legislação, Administração, História e Direito Público (FOUCAULT, 2005).

Foucault apresentou que no século XVIII foi constituído um campo histórico-político através do qual a história passou a ser tomada não como a história do poder, mas como uma história constituída através de relações de força e jogos de poder. Ou seja, “[...] se há história, se há acontecimentos, se ocorre alguma coisa cuja memória se pode e se precisa guardar, é precisamente na medida em que atuam entre os homens relações de poder, relações de força e certo jogo de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 202).

No século XVIII houve, portanto, um movimento de disciplinamento dos saberes; o que é diferente de uma história das ciências, na perspectiva da genealogia dos saberes. Para maior esclarecimento, ressaltamos que uma história das ciências se situaria no eixo do conhecimento-verdade, que vai da estrutura do conhecimento à exigência da verdade. Já a genealogia dos saberes se situaria na linha do discurso-poder ou na prática discursiva/enfrentamento de poder. Portanto, no processo de disciplinamento dos saberes o Estado passou a articular quatro operações: seleção, normalização, hierarquização e centralização dos saberes. Estas organizaram um novo modo de relação entre poder e saber, fazendo aparecer uma nova regra: a da ciência – não mais a da verdade (FOUCAULT, 2005).

As operacionalizações realizadas pelo Estado tiveram como ponto para articulação não o discurso histórico motivado por um produto ideológico da nobreza, mas essa forma de disciplinamento tratava-se, acima de tudo, de uma tática discursiva, de um dispositivo de saber e de poder que se tornou elemento instrumental para a lei de formação de um saber. Tais operações foram uma generalização do discurso histórico enquanto tática estratégica do Estado e da nobreza para o controle do saber e rearticulação do poder e do saber. A sociedade

de normalização foi, portanto, uma sociedade de operação na qual se cruzavam a norma da disciplina e a norma da regulamentação, tendo nesse processo um jogo duplo entre as tecnologias de disciplina, em uma parte, e as tecnologias de regulamentação, em outra (FOUCAULT, 2005). Importante reafirmarmos que disciplina e regulamentação não se excluem, mas são operacionalizadas pela norma, entendida como dispositivo de agenciamentos em direção ao poder e ao saber.

Enfim, o pano de fundo político para o direcionamento do olhar sobre a verdade e os instrumentos utilizados para sua busca e tratamento começou a ser tratado de forma diferenciada desde o século XVIII e, nos séculos XIX e XX, podemos verificar como que este movimento foi articulado na emergência de novas categorias documentais.

Vimos como que em práticas direcionadas à busca da autenticidade foi constituída a emergência do documento como objeto da Diplomática e fonte histórica. No entanto, no decorrer desses processos podemos perceber outras questões⁸. Primeira, as regras e normas desenvolvidas pela Diplomática colocaram em foco a possibilidade de melhor analisar e determinar a autenticidade e fidedignidade dos documentos e permitiram a prova de ações jurídicas e administrativas, além da avaliação do documento como prova do passado. Segunda, verificamos que os documentos escritos autênticos e fidedignos nasceram articulados ao poder político e que, ao institucionalizarem e estatizarem certos domínios também hierarquizaram os instrumentos necessários ao desenvolvimento de realidades documentais. Nesse ponto é que averiguamos os procedimentos para construção de categorizações gerais e específicas do documento.

Sobre os documentos diplomáticos Rabello (2009, p. 117) concebe que

[...] são testemunhos fixados por escrito que podem apresentar conteúdo variado e serem utilizados instrumentalmente como “fonte de informação” ou “prova” (em um contexto jurídico e/ou arquivístico) para a garantia e/ou sistematização de direitos, contratos, normas, ações, etc. e para a atualização da memória. Além disso, a sua estrutura, conteúdo e tipologia documental (que lhe garantem validez, solenidade e fidedignidade) são afetados diretamente pelos seus usos e costumes que são históricos e que, portanto, são influenciados pelos valores socioculturais a eles inerentes.

De forma similar, no Direito o documento esteve atrelado ao conteúdo de natureza jurídico-administrativa dos registros bem como aos requisitos formais de redação. Assim, em meio a processos específicos e gerais houve a configuração de espaços não só para o

⁸ Para maior esclarecimento sobre essa questão ver: Romero Tallafigo (1994), Núñez Contreras (1983) e Galende Díaz e García Ruipérez (2003).

desenvolvimento de novos campos de saberes técnicos, mas de campos de saberes que se fundamentariam em operações diferenciadas dos registros escritos, colocando em emergência o protagonismo do documento.

Uma terceira questão que consideramos é que, a partir da criação do Ministério da História, foram construídos novos caminhos – mesmo que controlados pelo Estado – para dar visibilidade aos elementos que poderiam servir a planos estatais mais amplos, por exemplo: a construção das ideias de nação e nacionalismo. Observamos, nesse processo, o surgimento de uma série de ações que tiveram no documento a base para a construção da imagem de uma nação e sustentação do poder em vigência. A partir da Revolução Francesa (1789), por exemplo, o Estado começou a controlar os documentos administrativos da República. Nesse sentido, tanto as bibliotecas como os arquivos foram articulações institucionais estratégicas para a construção/incorporação de novos campos de saberes.

Propomos, portanto, que foi na interseção da produção massiva dos documentos pela administração pública e da guarda destes como responsabilidade do próprio Estado para seu uso e funcionamento, além do conhecimento do passado, que podemos identificar o arquivo como um espaço específico de produção de um saber/fazer. Também, podemos apontar para o surgimento da Arquivologia no sentido de que a tecnologia do ordenamento proposta por Natalis de Wailly, que coloca como princípio o respeito aos fundos (proveniência), em 1841, se harmoniza com o dispositivo de poder da ordem. O saber/fazer a partir e sobre o documento (CRUZ MUNDET, 2001).

Ao lado da Diplomática e da Paleografia, a Arquivologia passou a desempenhar, em primeiro momento, um papel importante para auxiliar a Administração e, posteriormente, a História. Com as propostas surgidas a partir da Revolução Francesa, novos olhares foram direcionados aos registros do passado e vários movimentos foram articulados no sentido de centralizar documentos e buscar maneiras de disponibilizá-los. Em 1789 foi criado o Arquivo Nacional da França, anteriormente Arquivo da Assembleia; e em 1794 os Arquivos Nacionais passaram a ser o espaço para a guarda da documentação oficial do regime. Pela Lei 7 de Messidor, Ano II da Revolução, os arquivos foram abertos aos cidadãos comuns como fonte de conhecimento e direitos. Os Arquivos Públicos passaram a ter, então, a função de serem os *lugares da memória* para a História, mas também o lugar dos direitos e deveres dos cidadãos. Em 1821, com a criação da *École Nationale des Chartes*, foi estabelecido um espaço para o fortalecimento da ligação entre a História e a Arquivologia. Ainda no século XIX, outras escolas foram criadas na Áustria (1854), na Espanha (1856) e na Itália (1857) (TOGNOLI, 2010).

Assim, podemos identificar a gestação da noção de documento de arquivo. Quem pela primeira vez reflete sobre ele de forma organizada e aprofundada foi o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos, o Manual dos Arquivistas Holandeses, publicado em 1898. Nos termos postos pelos holandeses

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1975, p. 13).

Além disso, as regras apresentadas nesse Manual propõem questões fundamentais ao desenvolvimento dos princípios da Arquivologia, tais como as noções de proveniência, organicidade e respeito aos fundos. Do mesmo modo, demonstra as regras e os procedimentos adotados nos movimentos de centralização dos arquivos no contexto holandês, podendo ele próprio ser concebido como um documento importante para visualizarmos a maneira como as novas propostas, colocadas por diferentes governos, se desenvolviam no interior dos espaços de poder e saber. Entendemos, portanto, que dessa forma o documento foi tomado como um objeto de tratamento pelos arquivistas holandeses que também apontavam para ele como um sujeito no processo de construção de conhecimentos e operacionalizações do Estado no intuito de controlar o acesso e as formas de construção de saberes.

O *Manual of Archival Administration* (1922), do inglês Jenkinson, teve por objetivo analisar as características dos documentos de arquivo com o intuito de pensar procedimentos para o tratamento da grande massa documental produzida e acumulada até a Primeira Guerra Mundial. Como mostrado por Tognoli (2010), na visão de Jenkinson (1922) o documento de arquivo seria aquele produzido ou usado no curso de uma transação administrativa ou executiva (pública ou privada) da qual ele mesmo faz parte; sendo preservado pela informação que contém. Assim, pelo viés administrativo, o documento era tomado somente pela sua informação e uso, não pelo seu valor e finalidades históricas; era conservado somente pelo seu valor de prova. O arquivista, nesses termos, era o guardião dos documentos e sua tarefa era manter a integridade dos fundos, a imparcialidade e a autenticidade dos documentos. Nesse ponto, vemos a retomada da ideia de verdade, pois a verdade dos arquivistas passou a ser diferente da dos historiadores. Isso porque os arquivistas, ao terem que respeitar os processos de avaliação feitos pelos próprios criadores dos documentos, não discutiriam os demais valores contidos ou que pudessem ser atribuídos a eles.

A questão da avaliação valorativa dos documentos foi colocada em pauta por Schellenberg na publicação da obra “Arquivos Modernos: princípios e técnicas” (2004). Nesta publicação foram propostas novas categorizações para os documentos e os arquivos, a saber: os arquivos correntes seriam compostos por documentos de valor primário (*records*), os quais seriam gerenciados no lugar em que agem na instituição; e os arquivos permanentes (*archives*) guardariam os documentos de valor secundário (probatório, informativo e histórico).

Em 1935, Schellenberg começou a trabalhar no Arquivo Nacional dos EUA. Neste período, tratou de abordar as questões postas na realidade por ele vivenciada. Seu olhar acerca da natureza dos documentos modernos em muito contribuiu para a estruturação das suas colocações, uma vez que percebeu que o aumento da massa documental estava ligado tanto ao aumento da população quanto ao da máquina burocrática moderna e que, devido à expansão das atividades, expandia-se também a produção documental. Assim, o interesse do governo pela administração eficiente dos arquivos correntes estava ligado à ideia de que o aperfeiçoamento na administração e organização destes influiria na execução das funções governamentais (SCHELLENBERG, 2004).

Dessa forma, Schellenberg (2004) auxiliou no universo das estratégias governamentais com o desenvolvimento de tecnologias de saber direcionadas a cada uma das funcionalidades e valores postos ao documento com a separação e realocação do olhar sobre este para campos de saberes específico: a Administração e a História.

No campo da Documentação, averiguamos que entre as décadas de 1890 e 1930 foram estabelecidas e fundamentadas questões sobre a “bibliografia”, que se voltaria ao tratamento dos registros bibliográficos. Já a partir da década de 1930, pelas propostas do pensador francês Paul Otlet, o termo “documentação” ganhou forma e passou a ser tomado em movimento “próprio”, o qual visava o tratamento e desenvolvimento de técnicas para melhor abordar obras bibliográficas especiais através de uma visão universalista. Importante pontuar que desde a década de 1910 este termo já era utilizado, concomitantemente ao termo “bibliografia”, para tratar bibliografias especiais, advindas das produções de campos científicos (RABELLO, 2009).

A proposta de Paul Otlet sugeriu o tratamento do valor informacional e evidencial dos documentos. Para o autor, todos os objetos poderiam *vir a ser* documento, desde que trouxessem conteúdos informativos; rastros, vestígios que ajudassem a explicar os fenômenos naturais, biológicos, antropológicos e sociais. O projeto de Otlet colocava em pauta o tratamento e disponibilização de um conhecimento especializado, científico; almejando,

assim, construir uma disciplina no rol das ciências humanas tendo como referencial o caráter positivo presente nas leis das ciências naturais. Desse modo, verificamos a emergência de uma preocupação com o documento não atrelada à ideia de conhecimento-verdade, mas a um amplo projeto desenvolvido para a organização do conhecimento universal (RABELLO, 2009).

O segundo momento da Documentação teve início na década de 1950, tendo como principal expoente Suzanne Briet. Na abordagem proposta por ela, o *vir a ser* do documento estaria ligado a um processo de objetivação, a um procedimento de atribuição de valor a objetos a fim de transformá-los em documento. Este seria, então, fruto de uma ação interpretativa de um sujeito que vive em uma sociedade que exerce influência e é ao mesmo tempo influenciado por esses elementos documentais (RABELLO, 2009). Percebemos, novamente, que o documento emergiu nesse cenário de tratamento através de jogos estratégicos entre o sujeito e o objeto a ser transformado em documento. A partir de dinâmicas e relações entre o homem e o objeto estruturaram-se campos de análises e transformação científicas, a materialidade da informação através de caminhos técnicos e tecnológicos para garantir a existência do documento e sua estabilidade.

No cenário após a Segunda Guerra Mundial, verificamos a constituição de processos através dos quais podemos pensar mais especificamente na configuração de um novo campo de saber/poder, a Ciência da Informação, que também passou a tratar questões em torno do documento. Os movimentos de especialização da Arquivologia e da Documentação; o surgimento de novos suportes para a inscrição de informações; as novas possibilidades de inter-relacionamento entre diferentes áreas para garantir uma melhor gestão documental; as novas áreas profissionais que começaram a colocar no registro de informações e nos documentos o foco de suas preocupações; e, principalmente, a relação que passou a ser considerada entre informação e documento são alguns pontos que levaram à gênese desse novo campo de saber/poder.

A tese de Rabello (2009) intitulada “A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação” apresenta questões interessantes sobre o documento para a Ciência da Informação e nos mostra como esse campo se desenvolveu a partir de perspectivas prático-disciplinares e epistemológicas no intuito de tratar problemáticas em torno da ideia de informação. Esta foi analisada em seu aspecto intangível/abstrato e, posteriormente, por processos de objetivação que a colocaram como produto material e tangível. Ao longo de seu trabalho, o autor buscou na literatura da área os movimentos que mostram a gênese e o desenvolvimento desse campo a partir de concepções clássicas e

inovadoras, exaltando também que uma não exclui a outra, e, sim, que o próprio processo dinâmico da área permite a conexão e entrelaçamento entre elas.

Rabello (2009) percorreu, portanto, um longo caminho através de diferentes visões teóricas, práticas, conceituais e históricas para fundamentar as ideias de informação e documento. Assim, o autor pode sintetizar as noções em torno da informação em três dimensões. A primeira estaria ligada à informação objetiva, cuja ênfase está colocada no dado e no processo comunicativo. A segunda seria a da informação subjetiva, embasada na interpretação do indivíduo isolado (profissional da informação e usuário) com relação aos elementos informativos. Já a terceira dimensão, apresenta ideias em torno da informação objetiva social, aquela materializada e contextualizada em um sistema de informação documental; uma informação que terá valor institucional e socialmente atribuído.

A partir da ideia de informação objetiva social nos aproximaremos das abordagens de Meneses (1998) e Murguia (2008; 2010), pois a visão desses autores dialoga de forma mais aproximada às concepções que desenvolveremos sobre o documento. Pelo enfoque de Meneses (1998), alguns objetos são documentos de nascença, pois são produzidos especificamente para registrar informação. Todavia, enfatizou que qualquer objeto pode funcionar como documento e que os de nascença também podem fornecer informações não previstas pelos interesses que motivaram a sua produção. Para o autor,

O que faz um objeto documento, não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indispensável, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono pragmático. (MENESES, 1998, p. 95).

Na concepção de Murguia (2008; 2010), todo objeto é um documento. No entanto, cabe esclarecermos que sua visão foi embasada em uma concepção de objeto posta a partir dos estudos da Cultura Material. Sendo assim, o autor entende o objeto como uma exterioridade material que alonga alguma função do pensamento ou ação humana; seria um suporte para o pensamento, uma prótese; uma forma de alocar o pensamento humano em objetivações materiais. Ou seja, um documento seria mais do que a informação nele contida, seria mais do que um suporte para dadas informações; seria, sim, o resultado de agenciamentos sobre o objeto. Portanto, a materialidade do documento e as atividades profissionais em informação (os agenciamentos direcionados à operacionalização dos elementos informativos) direcionam as funções de um objeto para fins específicos, determinando, assim, a sua institucionalização. Nesse processo e nos procedimentos postos

nas dinâmicas sociais para a institucionalização dos objetos é que um documento emerge em detrimento dos valores que lhe são atribuídos em ambientes específicos como as bibliotecas, os arquivos e os museus. Como o autor pontuou, essas instituições são

Constituídas para guardar a objetivação do conhecimento, da imaginação e da memória, essas instituições geram sua própria dinâmica para alcançar objetivos que lhes são atribuídos. Na medida em que um espaço é institucionalizado, ele age na história. Intervém de forma direta nos agenciamentos da sociedade e na valorização que a sociedade outorga a suas funções. É essa valorização que também dá origem a sua sustentação ideológica cumprindo um importante papel no imaginário social, e como dispositivo para a construção de identidades. (MURGUIA, 2008, p. 231).

A colocação de Murguia (2008) nos permite retornar às primeiras relações que estabelecemos e à nossa ideia central acerca da vinculação entre a escrita e o documento no imaginário ocidental. Sobre essa relação, o autor pontuou que até pouco tempo atrás o documento era um termo consensual que se referia unicamente a uma escrita registrada num papel. Isso porque remetia a alguma coisa objetivamente verdadeira, instaurando assim um regime de validação do documento pela escrita. Todavia esclareceu que o que diferencia um documento escrito de um objeto documento é a sua intencionalidade de registro. Assim, os objetos podem *vir a ser* documentos através de processos institucionais que assim o determinam. Além disso, inferiu que no caso específico dos documentos textuais, acredita-se, de comum acordo, que eles provam alguma coisa, entre tantas, a intencionalidade da sua própria existência (MURGUIA, 2010). Para o autor,

A razão de ser de um documento é a verdade. A prova, a demonstração e a autoridade são os critérios que definem a veracidade do documento. Devido a essas características, ele se insere nos agenciamentos sociais. Porém, esses critérios são válidos dentro de um dispositivo do poder. (MURGUIA, 2010, p. 138).

Nos processos de construção do pensamento do documento, disciplinado pelas formas de objetivação da verdade, foram construídos instrumentos por meio dos quais passamos a reconhecer algumas coisas como documento. Estes procedimentos articulados pela Diplomática, pelo Direito e outras áreas em seu percurso cientificista (História, Arquivologia, Documentação e Ciência da Informação), estabeleceram regimes para validação da verdade e do documento postos por três *epistemes*: a jurídica, a histórica e a científica. Dessa maneira, operacionalizaram diferentes dispositivos para enunciar verdades, formas de verdades, e alocá-las em diferentes categorias documentais.

Somente por meio das articulações realizadas por essas áreas é que pensamos nos mecanismos, procedimentos e dinâmicas entre saberes e poderes e, principalmente, na forma como diferentes objetos são transformados em documento(s). Dessa maneira, propomos ainda um alargamento do conceito no que diz respeito ao agenciamento do documento enquanto objeto e sujeito. Na proposta de Murguia (2010, p. 123), existe “o deslocamento de um olhar privilegiado sobre a informação para a materialidade do documento, processo que podemos verificar através da institucionalização do documento”. Quem analisa de forma detalhada esta questão é Bernd Frohmann como apresentaremos no último capítulo. O que queremos destacar nesse momento é que a linha que perpassa pelos autores de base que trazemos à discussão para repensar o documento, tratando-o como um contínuo processo de *vir a ser* - tais como Buckland, Murguia e Frohmann - é a questão da condicionalidade e institucionalização, tendo como fio condutor as análises de Briet (1951). No clássico exemplo apresentado pela autora, um antílope na selva não seria um documento, mas em um zoológico ele poderia *vir a ser*.

Nesta perspectiva, visualizamos movimentos que apontam para ampliação da noção de documento e para as várias relações, contrarrelações e dinâmicas estabelecidas a partir da sua instrumentalização. É, dessa forma, no interstício dessas dinâmicas que percebemos as tantas emergências documentais: documento histórico, diplomático, jurídico, administrativo, arquivístico, patrimonial. Tais noções apontam também para uma questão valorativa revisitada recentemente: o patrimônio documental.

Com base nas últimas colocações, seguiremos para a próxima proposta de análise pautada no interesse de percebermos como essas questões estiveram presentes no universo estatal e fizeram parte de planos de governo que operacionalizaram a economia cultural através da instrumentalização do documento. Ou seja, como a governamentalidade estatal serviu para percebermos as emergências do documento através da seguinte proposição: o documento como um dispositivo social de saber/poder.

3 DOCUMENTO E PODER: UMA PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DO SABER PATRIMONIAL

A partir da relação entre documento, poder e patrimônio, este capítulo apresenta de que maneira a documentação patrimonial se configurou no interior das ações estatais como um dispositivo de poder para a constituição do patrimônio institucionalizado.

Assim, analisaremos o percurso da construção do saber patrimonial desde as políticas liberais voltadas ao tratamento da questão nacional na história e dos projetos vinculados aos procedimentos de valorização dos objetos do passado, cujo fundamento foi o estabelecimento de práticas e políticas preservacionistas.

3.1 O documento como dispositivo e constituição do discurso nacionalista na delimitação do patrimônio

Como já demonstrado, pretendemos dar visibilidade às condições subjacentes aos processos de validação e estabilização do documento com o intuito compreendê-lo como objeto/agente. Para tanto, uma questão deve ser levada em consideração: a ampliação dos mecanismos de instrumentalização dos pensamentos objetivados em diferentes suportes aloca para cada campo do saber condições e normas específicas para o disciplinamento de operações sobre os documentos.

Nesse sentido, percebemos como as áreas com as quais dialogamos construíram instrumentos que agindo sobre o documento chamaram para si a responsabilidade sobre o controle da produção, organização, avaliação, disponibilização e utilização do conhecimento materializado e a ser produzido pelo homem e, assim, constituíram bases referenciais para garantir condições de estabilidade ao documento. Tais ações são possíveis através das múltiplas relações e jogos estratégicos estabelecidos em campos que englobam o universo científico e o político de uma forma mais específica: o saber/poder.

O fundamento de nossas preocupações teóricas está, conseqüentemente, no documento como dispositivo de poder em um meio específico: o campo do patrimônio. Nessa proposta, não nos afastamos das ideias disciplinares e científicas em torno das compreensões e alocações do documento em diferentes campos de saberes. No entanto, nossa inquietação com relação a esta questão é outra: em que medida podemos pensar o documento como um dispositivo.

Primeiramente, destacamos que algumas áreas do conhecimento ao disciplinarem o olhar sobre o seu objeto tendem, através de suas operacionalidades, a racionalizar a sua dinâmica. Os enquadramentos, as categorizações e os tipos documentais são bastante específicos, sendo que as ações disciplinares ocorrem sempre no sentido de garantir condições de estabilidade aos objetos para que, assim, possam ser desenvolvidas técnicas para o seu tratamento.

As disciplinas e as ações disciplinares lidam, então, com o isolamento, com a determinação de segmentos, normas e regulamentações. Portanto, o documento em meio a essas ações é determinado pelo resultado de regras, hierarquias e leis que são estabelecidas em espaços de saber pré-determinados. Todavia, ao mesmo tempo em que é prescrito pelas práticas científicas e jurídicas em que está alocado, ele, simultaneamente, também direciona e fundamenta essas regras. Nesse ambiente de agenciamentos constantes, é que podemos verificar em que medida o documento se tornou um instrumento das relações de saber/poder e um dispositivo.

Em um segundo momento, defendemos que o documento não é somente um objeto – isolado e encerrado em hierarquizações e categorizações disciplinares/científicas –, mas uma realidade e, como tal, sua característica é confrontar os circuitos de controle e impulsionar tensões para ampliações e deslocamentos de significações. Ou seja, este é o resultado de diversas articulações e jogos estabelecidos em campos específicos, múltiplos, complementares, inter-relacionais, mas nunca excludentes. Pensá-lo, nestes aspectos, é atentar para os processos de circulação tanto das ideias quanto das relações entre o homem e os meios através dos quais são materializadas suas ações; é colocar em pauta a relação sempre dinâmica entre os homens e as coisas. Nestes termos, o documento é um dispositivo de saber/poder, tanto em campos científicos e epistêmicos quanto em esferas sociais e políticas, na medida em que se torna agente e, portanto, articulador para transformações.

Para Agamben (2009, p. 27), “dispositivo” é um termo técnico decisivo na estratégia de pensamento de Foucault, tendo sido pronunciado pela primeira vez, em entrevista de 1977⁹, para fazer menção a

[...] um conjunto absolutamente heterogêneo que implica discursos, instituições, estruturas arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, em resumo: tanto o dito como o não dito, eis os elementos do dispositivo. (FOUCAULT, 1994, p. 301 apud AGAMBEN, 2009, p. 28).

⁹ A referida entrevista consta na obra: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits III*. Paris: Gallimard, 1994.

A segunda hipótese de Agamben (2009) é a de que o dispositivo seria a relação que se estabelece entre elementos visíveis e invisíveis, ou seja, um jogo de entrelaçamentos que tem por função estratégica responder a uma urgência historicamente constituída. Esta condição estratégica seria, então, a consequência da manipulação de relações de forças. Para Foucault,

[...] O dispositivo está sempre inscrito num jogo de poder e, ao mesmo tempo, sempre ligado aos limites do saber, que derivam desse e, na mesma medida, condicionam-no. Assim, o dispositivo é um conjunto de estratégias de relações de força que condicionam certos tipos de saber e por ele são condicionados. (FOUCAULT, 1994, p. 299-300 apud AGAMBEN, 2009, p. 28).

Agamben (2009), no intuito de traçar a genealogia do termo, verificou que Foucault, em “A Arqueologia do saber”, ainda não o utilizava e, sim, a palavra *positivité*. A ideia de “positividade” já havia sido abordada por Hyppolite¹⁰ em aproximação com as ideias de Hegel e das obras hegelianas (1795-1796). Esta noção estaria vinculada ao que Hegel revelou como elemento histórico; “[...] com toda carga de regras, ritos, instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos” (AGAMBEN, 2009, p. 32). Na concepção de Agamben (2009), Foucault tomou emprestado esse termo e lançou sobre ele um problema fundamental na medida em que estabeleceu relação entre os indivíduos com os seres viventes e o elemento histórico - instituições, processos de subjetivação e regras em que se concretizam as relações de poder. A proposta de Foucault era, nesse cenário, a de “[...] investigar os modos concretos em que as positivities (ou os dispositivos) agem nas relações, nos mecanismos e nos ‘jogos de poder’” (AGAMBEN, 2009, p. 33).

O autor ainda percorreu um longo caminho para pensar a ideia de dispositivo e, ao buscar a tradução do termo grego *dispositio*, percebeu que este veio assumir toda a complexa esfera semântica da *oikonomia* teológica. Assim, o termo teria começado a ser aplicado para nomear “[...] aquilo que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso, os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, ou seja, devem produzir indivíduos”. Essa referência a *oikonomia* (administração do *oikos*, da casa), leva-nos ao pensamento que nos direciona a um conjunto de práxis, saberes, instituições que tem por objetivo governar, administrar, orientar os gestos e os pensamentos dos homens (AGAMBEN, 2009, p. 38).

¹⁰ Jean Hyppolite foi professor de Michel Foucault no Liceu Henri IV e na *École Normale*. Em 1970, Foucault assumiu o cargo de professor no *Collège de France* substituindo Jean Hyppolite (FOUCAULT, 1996).

Após pensar nessas aproximações e acomodações para a ideia de dispositivo, Agamben (2009) apresentou seu ponto de vista sobre a questão, dizendo que um dispositivo seria

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja extensão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – por que não – a própria linguagem, que talvez seja o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares, milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

Em suas considerações, pontuou ainda que o importante com relação aos dispositivos é percebermos que eles fazem parte da construção humana, sendo uma máquina que produz subjetivações e, somente como tal, tornam-se uma máquina de governo (AGAMBEN, 2009).

Wellausen (2006; 2007) ao tratar sobre esta questão destacou o duplo aspecto do poder: o visível (instituições) e o invisível (dispositivo). A autora demonstrou que no interior do dispositivo é que circulam intensidades de poder que refletem a paisagem mental de uma época. Por esta perspectiva, considerou que as propostas de Foucault tendem a uma análise microscópica, através da qual o Estado não é o poder central, mas, sim, os aparelhos e as instituições. Portanto, mostrou que o foco neste tipo de investigação são as técnicas minuciosas e detalhadas do poder sobre o corpo (sujeito) e a sua extensão ao corpo social por inteiro. Segundo Wellausen (2006; 2007), os dispositivos sociais de poder seriam os lugares de relações de poder no interior dos quais os sujeitos se tornam visíveis.

Em um ponto de vista semelhante, Silva (2009) analisou o problema das relações de poder e das racionalidades práticas no sistema judiciário, indicando que certos saberes, práticas e técnicas presentes nos dispositivos engendram-se para atuar como tipos normativos que propõem modos de ser. Todavia, enfatizou que tais fenômenos devem ser analisados como construções históricas.

Ao problematizar a questão da constituição do jovem-infrator no interior de um sistema judiciário, a autora focalizou nas racionalidades práticas, nas tramas de saber-poder do dispositivo jurídico pelo qual ele é capturado. Assim, questionou os jogos de verdade presentes nas relações de poder que constroem esse sujeito e o transformam em objeto a partir de um conjunto de saberes e práticas tidas como verdadeiras. O enfoque da autora esteve,

portanto, nas tramas de saber-poder de um dispositivo jurídico que é capaz de fabricar a categoria específica “sujeito-infrator” (SILVA, 2009, p. 16).

No decorrer de suas proposições, destacou o aspecto positivo do poder, sua condição de produzir realidades, conhecimentos e não apenas o aspecto negativo de coagir, censurar e proibir. O segundo ponto em que embasou seu trabalho refere-se ao abandono do modelo legal. Neste aspecto, buscou compreender as relações de poder para além de uma tradição em que se utiliza como parâmetro o modelo formal e centralizador do Direito. As relações de poder passaram a ser compreendidas a partir de uma perspectiva de governo como modo de ação; o poder foi abordado como um domínio de relações estratégicas, de técnicas e procedimentos diversos – dadas as circunstancialidades em que os jogos são estabelecidos (SILVA, 2009).

Todavia, esclareceu que “[...] o dispositivo jurídico não deve ser entendido como uma entidade que concentra o poder de engendrar modos de ser a partir de racionalidades práticas e saberes estáveis”, mas, sim, compreendido como “[...] algo instável e em permanente redefinição tendo em vista que é composto por forças móveis, instáveis e heterogêneas, o que torna incerta a sua estabilidade e produz a necessidade constante de rearranjos em sua configuração” (SILVA, 2009, p. 37).

Em continuidade a esse pensamento disse que, por mais paradoxal que possa parecer, estas reconfigurações têm por função sustentar algumas permanências na medida em que as mudanças objetivam também manter alguma constância (SILVA, 2009).

Para finalizar as nossas considerações sobre dispositivo recorreremos ao trabalho de Santos (2004) que traz observações sobre o caderno escolar como um dispositivo que mantém, através de uma rede complexa de estratégias, práticas específicas e calculadas que produzem saberes para a constituição de subjetividades.

O que nos chamou atenção nesse trabalho foi a proposta da autora de perceber e identificar que cada peça no interior desse suporte é fundamental para entendê-lo como um dispositivo. O caderno escolar seria, então, o suporte da escrita, um dispositivo inventado para reunir em um só instrumento o controle de uma multiplicidade de aspectos simbólicos como a obediência, produtividade, ordem e perfeição. Sendo assim, tomando-o como um documento, analisado em sua forma e conteúdo, Santos (2004) infere que ele é um dispositivo na medida em que emerge do cruzamento de muitas rupturas e, ao mesmo tempo, cria práticas de saberes através das quais se apoia para concretizar suas ações e sua própria permanência. Os cadernos em suas linhas e entrelinhas, em cada uma de suas peças documentais, encerrariam uma

codificação multiforme e desdobrável, ideal para a execução de jogos de poder; encerrariam sutis manobras de jogos de poder que pousam na superfície concreta para a feitura de sujeitos.

As abordagens que apresentamos sobre o dispositivo, tanto no intuito de compreendê-lo nos trabalhos de Foucault quanto em aplicações mais recentes, apontaram para questões que serão fundamentais na configuração dos nossos problemas e na forma como conduziremos nossas análises.

Como vimos, seja nos sistemas judiciários, nas práticas pedagógicas, nas formas de pensar a governamentalidade estatal, em propostas conceituais, epistemológicas e terminológicas, na instrumentalização de jogos e relações de poder, nas instituições, nos discursos, nas estruturas de pensamento ou nas edificações a ideia de dispositivo está presente quando a proposta é problematizar fenômenos ligados ao poder.

No final do capítulo anterior propusemos perceber o interstício através do qual se estruturam poderes e contrapoderes para instrumentalização da relação saber/poder tendo como pano de fundo os planos e projetos estatais que operacionalizam dada economia cultural em direção ao tratamento documental.

Embora a ideia de *oikonomia* tenha sido transformada e direcionada para campos de ação diferenciados ou mesmo para outras propostas de governo, devemos concordar que alguns dos pontos dessa prática permaneceram como referência, não ligados somente à gestão do *oikos* (da casa), mas às tantas e crescentes propostas que tiveram como problemática a administração de meios e corpos mais amplos como, por exemplo, a população. A permanência da ideia de gestão, administração como forma de melhor conduzir a vida; de ser o instrumento para garantir a liberdade, desenvolvimento e crescimento de um Estado nos levou a conceber que, de maneira bastante efetiva, a *oikonomia* é um dispositivo. Portanto, é dentro das problematizações da governamentalidade ou das governamentalidades estatais que colocamos a noção de economia cultural uma vez que esta pode ser vinculada aos propósitos do Estado-Nação e do Estado Cultural. Estes são os possíveis pontos explicativos para o propósito de colocar tal expressão em destaque, os demais poderão ser observados no momento em que analisaremos os projetos e planos estatais direcionados ao tratamento do patrimônio institucionalizado.

De certo, propomos recorrer à noção de economia, de economia cultural e de economia política porque identificamos a importância que subjaz dessas formulações, em suas teorias e práticas, na medida em que nos indicam tanto onde o governo buscou os princípios de verdade da sua própria prática governamental quanto à maneira como respondeu às possibilidades de inferências sobre a realidade que analisamos: o documento. Uma realidade

que é possível desde que entendida a partir dos dispositivos que impulsionam ações sobre ela, tanto no sentido de garantir sua dinâmica quanto para estabilizá-la, torná-la um instrumento inteligível e preservá-la.

Tais questões podem ser melhor compreendidas desde projetos e planos estatais que tiveram como preocupação o desenvolvimento de instrumentos para a construção das ideias de nação e nacionalismo. Verificamos que a experiência preservacionista francesa é a base para articulação entre os dois pontos que problematizamos: o documento (realidade) e o campo do patrimônio (meio).

Na concepção de Santos (2001), a questão nacional na história, isto é, a nação como construção imaginária foi um “fantasma” idealizado no século XVIII e constituído no século XIX. O autor sugere que com a Revolução Francesa, mais especificamente após a execução do Rei, a palavra nação passou a ocupar um lugar central tendo sido beneficiária dos atributos da soberania. Ou seja, toda a herança da antiga monarquia foi transferida a este novo ser coletivo¹¹ (NICOLET, 1982, p. 16 apud SANTOS, 2001, p. 160). A nação, portanto, se impôs no centro do novo direito público sem que tenha sido necessário ou possível defini-la e tornou-se um símbolo de identificação coletiva após a queda do Rei, assumindo as funções devolvidas à França pelos franceses. De certa maneira, a nação passou a assumir as funções internas do Estado e a pátria, as externas. Na concepção de Dellanoi¹² (1993 apud SANTOS, 2001, p. 162), a nação é um instrumento da consciência histórica e o nacionalismo uma forma ideológica.

Os saberes históricos foram em um primeiro momento, como vimos, articulados pelo Ministério da História para o fortalecimento da monarquia e, em um segundo, apropriados pelo Estado francês, após a Revolução Francesa, em meio aos interesses de fortalecer a questão nacional. O desenvolvimento e funcionamento, por exemplo, do Ministério do Interior e do Comitê de Instrução Pública estiveram vinculados às articulações do discurso histórico-político e ao reconhecimento da importância da busca das origens da nação através de informações recuperadas ou construídas. Tais informações poderiam auxiliar no projeto de definição do que seria a França e o povo francês a partir da sua multiplicidade de raças.

¹¹ NICOLET, Claude. **L’Idée Républicaine em France (1798-1924)**: essai d’Histoire Critique. Paris: Gallimard, 1982.

¹² DELANNOI, Gil. La Teoria Del nacionalismo y su ambivalência. In: DELANNOI, Gil; TAGUIEFF, Pierre-André (Org.). **Teorías del Nacionalismo**. Barcelona-Buenos Aire-México: Editorial Paidós, 1993. p. 1-17.

O tema do cruzamento de raças foi tratado por Jules Michelet¹³ com base na proposição de que a Europa moderna seria um organismo muito complexo e que a França estaria, sim, localizada nas questões de conjunto do mundo europeu, mas em oposição aos outros Estados. Para o historiador francês do século XIX, a mistura de raças na Itália e na Alemanha havia sido imperfeita; na Espanha e na Inglaterra teria ocorrido de forma desigual; e na França tinha sido um processo igual e perfeito. Na visão do autor, essa perfeição teria sido um dos fatores para garantir a unidade francesa, compreendida como organismo vivo com o poder de atrair, observar e identificar as diferentes França, neutralizá-las e convertê-las à sua substância. Assim, mostrou que a França não era uma raça, mas uma nação. Esta ideia foi essencial para a construção de uma teoria geral da Nação que foi aplicada, posteriormente, à política de outros Estados (MICHELET, 1962 apud SANTOS, 2001, p. 166-176).

Ao lado de Michelet, estavam outros historiadores que foram, muitas vezes, estadistas, entre eles: Augustin Thierry, François Mignet, François Guizot, Louis Adolphe Thiers e Edgar Quinet. No Novo Mundo, a inspiração da questão nacional francesa atingiu o universo letrado dos inventores, e, no Brasil pode ser identificada nos trabalhos de Pereira da Silva, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) (SANTOS, 2001, p.178).

Nesse cenário de revelação dos Estados nacionais, as Bibliotecas, os Arquivos e os Museus também passaram a fazer parte desse empreendimento estatal e foram institucionalizados, abertos ao acesso público e definidos como *lugares de memória* da nação (NORA, 1993). O interessante é percebermos como que nessas ações foram construídas as bases para o tratamento dos objetos nos museus, para além dos gabinetes de curiosidades, e de todo um corpo de objetos que passou por novos mecanismos de valorização. Assim, as práticas conservacionistas e preservacionistas também foram incorporadas e disciplinadas por projetos governamentais que visavam à institucionalização estatal dos saberes, das metodologias e dos métodos para a atribuição de valores aos objetos/documentos do passado.

Um saber sobre o passado, a busca de informações e instrumentos através dos quais o Estado pudesse verificar espoliações e aquisições, elementos de valor, valorativos, valorizáveis e valorizados para sustentar um poder em vigência. É em meio a estas ações que percebemos os processos que possibilitaram uma compreensão mais pontual de vários elementos informativos como documento. No Estado francês, tal compreensão foi mais evidente na medida em que os documentos foram colocados em patamar semelhante de valor aos monumentos históricos. Isto porque, no processo de busca das origens da nação francesa

¹³ MICHELET, Jules. **Introduction à L'Histoire Universelle**. Paris: Armand Colin, 1962.

foi constada a necessidade de unir registros e testemunhos orais a vários outros elementos culturais (monumentos, obras bibliográficas) como forma de compreender o passado francês e poder preservá-lo. Enfim, foi necessário, buscar em todo território francês e além França informações, registros e testemunhos que unidos, valorizados e centralizados pudessem se transformar em um *corpus* documental que servisse ao projeto francês para a construção de uma nação.

O saber histórico serviu, portanto, a essa iniciativa e, com relação ao campo do patrimônio, foi fundamental para construção de mecanismos, técnicas e tecnologias para a transformação de registros em documentos e de objetos em patrimônios. Assim, pela união entre as ideias de Arte, História, Povo e Nação houve a articulação de saberes a serviço de poderes. Em outros termos, no interior dos projetos estatais da França percebemos o desenvolvimento de estratégias de poder, que encontrou no documento o espaço para fundamentar suas ações: um espaço para que as relações de poder pudessem ser desenvolvidas e para que campos de disputas fossem constituídos, fundamentados e identificados em sua materialidade.

A nossa concepção de poder e relações de poder dialoga diretamente com a do filósofo Michel Foucault. Segundo o autor, o poder não é algo em si, não é uma substância, um fluido, não se funda ou se fundamenta em si mesmo, não se dá a partir de si mesmo; não é algo que decorre disso ou daquilo. O poder seria, na verdade, “[...] um conjunto de mecanismos e de procedimentos que têm como papel ou função e tema manter – mesmo que não consigam – justamente o poder” (FOUCAULT, 2008a, p. 4).

Como o poder não é algo em si, mas um conjunto de procedimentos, apreendemos que ele se dá em função de diversos mecanismos que impulsionam relações e jogos estratégicos de e com o poder. Na medida em que existem relações, estratégias, mecanismos e procedimentos para compreensão, apresentação, estruturação, manutenção e desenvolvimento de realidades específicas ou gerais é que se configura – subjetiva e objetivamente – campos de disputas. A configuração desses campos é exatamente o que nos permite pensar no poder, nos jogos e nas relações de poder. Isso porque o que está em pauta é o tratamento de dada realidade, que especificamente no nosso caso se configura no documento. Portanto, a partir do estabelecimento de certas realidades e quando há o interesse de perceber e travar um jogo que permita sua permanência ou destruição é que se configura um campo de batalha para o desenvolvimento de uma série de relações que são ou se tornam relações de poder para garantir a conservação de certos saberes a serviço de poderes.

Mais adiante, retornaremos a essa questão. Todavia, o que queremos chamar a atenção é que, desde o século XVIII, no interior do Estado francês, em particular, e na Europa, em geral, foram estruturados campos de relações e estratégias em torno da ideia e sobre a noção de documento; o que nos faz percebê-lo como um dos tantos mecanismos, procedimentos e dispositivos de poder. O governo francês construiu, então, condições para a visibilidade de emergências documentais e também, nos processos de fiscalização e construção de mecanismos para seleção, definição e revelação de itens a serem preservados, estabeleceu relações entre as noções de monumento-documento, chamando-as para uma nova condição: documento-monumento. É nesse meio que pensamos na gênese do patrimônio institucionalizado e de um espaço para articulação entre saberes e poderes no intuito de identificar, revelar e preservar o patrimônio cultural de uma nação.

3.2 Documento e patrimônio: suas associações nas ações de governo

No Ocidente, desde a Antiguidade, verificamos o intuito de preservar obras do passado, seja pela admiração dos atributos artísticos ou mesmo pelo valor testemunhal que representavam; podendo ser utilizadas como monumentos que auxiliavam os historiadores ou os artistas. Esta ideia foi mais bem elaborada no século XV pelo diálogo que começou a ser estabelecido entre historiadores, historiadores da arte e conservadores que colocaram em foco as preocupações destes três campos para o tratamento dos elementos do passado.

Como apresentado por Choay (2006), nesse período, o fascínio dos homens pelas obras antigas teve uma nova configuração e estas começaram a ser reconhecidas por representarem vestígios do passado, confirmando e ilustrando os testemunhos dos autores gregos e romanos. Já, entre os séculos XVI e XIX, com a aproximação das perspectivas histórica, artística e conservacionista, houve um novo direcionamento para o tratamento das antiguidades, o que culminou na expansão dessa ideia para a de antiguidades nacionais e, posteriormente, monumentos históricos.¹⁴

As ações direcionadas para a revelação e o tratamento das antiguidades estiveram presentes inicialmente na Itália e expandiram-se para outras localidades que, através da ideia de antiguidades nacionais, buscaram nos vestígios do passado pontos de referência para a identificação de suas origens e construção de uma identidade nacional. Por meio dos elementos de cultura, pretendia-se o reconhecimento das potencialidades de cada nação e a

¹⁴ Ao longo da história da preservação, várias foram as denominações e valores atribuídos às obras do passado por diferentes nações, sendo que o termo *patrimônio cultural* ganhou destaque somente no século XX.

sua valorização perante as demais. Dessa forma, as antiguidades tornaram-se objeto de conceituações e inventários a serviço do interesse de valorização e de identificação dos itens merecedores das ações conservacionistas/preservacionistas. Os inventários, nesse intento, serviam para garantir um mapeamento mais preciso e devidamente “ilustrado” dos objetos que poderiam servir para a construção de uma nação e para demonstração das riquezas (históricas, artísticas, econômicas) dignas de reconhecimento e visitação. É importante enfatizarmos que os critérios de valor histórico e artístico foram os primeiros utilizados no processo de valorização das antiguidades e que somente mais tarde o valor nacional passou a ser preponderante (CHOAY, 2006).

Para Gonçalves (1988), uma nação seria definida a partir das posses dos seus bens culturais. Ou seja, da mesma forma que a cultura é pensada como uma coisa a ser possuída, preservada, restaurada, uma pessoa pode ter a sua identidade definida pela posse de determinados bens. Para o autor, muitos dos bens culturais que compõem um patrimônio – relíquias ou monumentos - estão associados ao “passado” ou à “história” da nação. Dessa maneira, considera que a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos – conjunto de bens culturais – associados ao passado nacional. Essa colocação remete-nos às visões sobre o patrimônio como representação para antiguidades, objetos antigos. Tal ideia de passado longínquo nos leva a pensar nos elementos preservados com o intuito de vangloriar uma nação. Assim, por meio da preservação de monumentos ou da memória de alguns fatos e personagens da história, tentava-se criar nos indivíduos o sentimento de pertencimento, de identificação com a nação.

No cenário inicial de revelações e intencionalidades conservacionistas, destacamos o papel dos antiquários, conhecidos como grandes eruditos e colecionadores. O objetivo primeiro desses profissionais era tornar visível o passado, sobretudo o silencioso e não expresso pelos historiadores. Assim, acumulavam em seus gabinetes, através de “compilações” e “portifólios”, verdadeiros “dossiês” com descrições e representações figuradas das antiguidades. Para eles, os relatos dos historiadores não eram confiáveis, por isso, fiavam-se nas produções da civilização material (prédios e monumentos do passado) e nos testemunhos involuntários para obterem informações sobre o passado (CHOAY, 2006).

O papel do Estado frente às práticas conservacionistas até o século XIX era, de certa maneira, secundário e ocorria para atender determinadas contingências relacionadas a ações predatórias. Na Inglaterra, por exemplo, em 1560 foi instituído um ato pela rainha Elizabeth I para evitar a destruição de monumentos – maioria obras religiosas – que estavam sendo alvo de reformistas protestantes. Depois dessa ação, foi criada a instituição *Society of Antiquarian*

of London (1585), cuja função era fazer progredir a história e ilustrar as antiguidades da Inglaterra. Ainda no universo inglês, foi aberto o debate no campo conservacionista sobre as técnicas de restauração e a natureza das intervenções sobre os monumentos históricos¹⁵ (CHOAY, 2006).

Na experiência francesa verificamos outra contingência, tida como motivo para o estabelecimento das primeiras políticas preservacionistas. Em meio à Revolução Francesa tornou-se necessário que o Estado interviesse sobre as ações que estavam sendo realizadas por muitos revolucionários. Estas ações predatórias visavam destruir os monumentos que representassem o Antigo Regime e que, até então, eram o grande espólio da nação. Interessante observar, nesse contexto, a questão do interesse e do utilitarismo dentro das competências do Estado para definir o que era, efetivamente, de valor e instituir ações protecionistas. Tais questões foram os fundamentos das políticas e discursos preservacionistas que colocaram em foco a ideia de que os bens do passado eram a herança da nação e que deveriam ser protegidos tendo como base dois pontos distintos: a preservação pela riqueza e a destruição pelos metais.

A questão do utilitarismo, mais evidente nos elementos filosóficos e jurídicos do governo inglês, é que passou a definir qual deveria ser a competência estatal em termos de utilidade. Na concepção de Foucault (2008b, p. 55), o utilitarismo seria no Estado liberal

[...] uma tecnologia do governo, assim como o direito público era, na época da razão de Estado, a forma de reflexão ou, se quiserem, a tecnologia jurídica com a qual se procurava limitar a linha de tendência indefinida da razão de Estado.

Esta nova ideia, teve ancoragem na categoria geral dos interesses que abrangia as ações governamentais (econômicas, pedagógicas, culturais), sendo, então, o princípio para a definição dos critérios de governamentalidade. O que a razão governamental deveria obedecer eram, portanto, os interesses entendidos como:

¹⁵ A experiência italiana também merece algumas observações, principalmente no que concerne à constituição de campos disciplinares para abordagem de ações direcionadas à conservação e restauração. Embora não estejam dentro do nosso propósito de estudo, essas ações foram importantes no processo de desenvolvimento de tecnologias para o tratamento do patrimônio. Em três congressos de engenheiros, ocorridos em Milão e em Roma, entre os anos de 1879 e 1883, foram formuladas as diretrizes para a conservação e restauração dos monumentos históricos por Camillo Boito – arquiteto italiano. Essas diretrizes foram incorporadas à lei italiana de 1909 e reportadas por Boito no contexto da Conferência de Atenas (1931) (CHOAY, 2006, p. 164-165). Ainda sobre o tema da restauração, sugerimos a leitura do artigo “A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico” (2006; 2007), da arquiteta Beatriz Mugayar Kühl.

[...] conjunto complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e o benefício econômico, entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público, é um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. O governo, em todo caso nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses. (FOUCAULT, 2008b, p. 61).

O governo nesse novo regime se exerceu sobre uma *república fenomenal dos interesses*, sendo que a questão fundamental do liberalismo estava no valor de utilidade do governo e de todas as suas ações que determinariam o valor das coisas (FOUCAULT, 2008b).

A noção dos valores dos monumentos históricos começou a ser apresentada pelo Estado francês como algo já existente e que deveria ser apenas revelado e, tomando a história e a arte como elementos inquestionáveis, mostrou que as coisas do passado não são resgatadas, mas que é estabelecido um lugar para elas. Algumas categorias de valor elaboradas entre os séculos XVIII e XIX foram as seguintes: 1) valor cognitivo: bens como suporte ao conhecimento, ao valor testemunhal e aos usos pedagógicos; 2) valor econômico: ligado ao fim utilitário dos bens como modelos para indústria e para o turismo; 3) valor artístico: as obras de arte como modelo para formação de artistas; 4) valor nacional: bens como suporte para a construção da identidade nacional, sendo propriedade de todo o povo francês (CHOAY, 2006).

Fonseca (1997) pontua que as noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação só começaram a ser elaboradas a partir do momento que surgiu a ideia de estudar e conservar um edifício pela única razão de ser testemunho da história e/ou de uma obra de arte.

Os instrumentos para definirem o delineamento das competências do Estado francês frente às ações preservacionistas foram estabelecidos por meio de alguns atos e deliberações. Em 02 de novembro de 1789, a Assembleia Constituinte deliberou que o tombamento de monumentos históricos seria um ato jurídico, além disso, estabeleceu os métodos para elaboração de inventários e regras para a gestão de obras do passado. A Comissão dos Monumentos da Constituinte ficaria a cargo das seguintes ações: inventariar e definir o estado de conservação dos bens, tomba e proteger as diferentes categorias de bens de valor para a nação. Em 1793, este órgão foi substituído pela Comissão das Artes, por ser considerado muito liberal. Nesse cenário, o Comitê da Instrução Pública, em ação dialética, foi que criou os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus Nacionais para preservarem o patrimônio cultural da nação e para atuarem na destruição ideológica dos bens do passado (CHOAY, 2006).

Após uma série de experimentações nesse campo, destacamos o período iniciado em 1830, em função do relatório apresentado por François Guizot (ministro do Interior) ao rei

Luís Filipe sugerindo a criação do cargo de inspetor dos monumentos históricos. Consideramos que este documento trouxe contribuições determinantes para o tratamento do monumento histórico no solo francês, pois propôs questões que fundamentaram a atualização da política preservacionista até então vigente.

Para Guizot (1830 apud CHOAY, 2006, p. 261), era necessário inventariar as diferentes formas existentes no território, encontrar documentos que permitissem a construção de um conhecimento metodológico que pudesse revelar o valor dos bens locais para toda a nação. Para tanto, mostrou que a pessoa responsável por esse serviço, o inspetor geral dos monumentos históricos, deveria

[...] percorrer, um após outro, todos os departamentos da França, certificar-se *in loco* da importância histórica ou do valor artístico dos monumentos, colher todas as informações referentes à distribuição dos documentos ou objetos acessórios que podem esclarecer sobre a origem, os progressos ou a destruição de cada edifício; verificar sua existência recorrendo a todos os depósitos, arquivos, museus, bibliotecas ou coleções particulares; entrar em contato direto com as autoridades e as pessoas que se dedicam a pesquisas relativas à história de cada localidade. (GUIZOT, 1830 apud CHOAY, 2006, p. 261).

Além disso, demonstrou a necessidade de se preparar um catálogo preciso e completo dos edifícios ou monumentos isolados que merecessem atenção do governo; cuidando para que, na medida do possível, fosse acompanhado de desenhos e de plantas.

Este documento além de significativo para a história da preservação na França pode ser considerado como um marco/modelo para muitas das recomendações que encontramos nas cartas patrimoniais e em outras disposições elaboradas a partir do século XX. Algumas das questões apresentadas por Guizot podem ser analisadas como métodos que passaram a ser incorporados nos processos de elaboração de inventários e da documentação sistemática que serve como instrumento para: acompanhamento de ações conservacionistas, atribuição de valores a bens culturais e institucionalização de bens como patrimônio. Esta rede de inscrições ou repertório de informações materializadas constitui-se como um dispositivo de saber/poder, que agindo e interagindo com realidades diferenciais, amplia o poder de atuação do Estado sobre os objetos que patrimonializa. São, portanto, resultado de agenciamentos, cujo percurso inicia-se no reconhecimento e delimitação de um campo para, posteriormente, poder agir sobre ele.

Pelo exposto, inferimos que a intenção de atribuir significados diversos aos objetos servia tanto para diferenciar uma nação, frente às outras, quanto para criar imagens e identidades nacionais vinculadas a objetos, eventos e personagens; fatores que possibilitariam aos cidadãos a construção de sua identidade vinculada ao seu território. Para Arantes (1987), o patrimônio é uma prática de valorização e, portanto, de intervenção sobre o objeto. O autor pontua que através dos acréscimos de significados e transformações simbólicas os bens patrimoniados são recriados culturalmente pela preservação e passam a carregar marcas do processo que os transformaram em patrimônio.

A primeira lei preservacionista francesa foi promulgada somente em 1887. Em 1913, foi dado o seu formato definitivo, sendo este texto uma referência para os procedimentos jurídicos, centralização estatal e infraestrutura técnica e administrativa vinculada à preservação de bens culturais.

Esse momento inicial da constituição legal do campo do patrimônio trouxe em seus pressupostos muitas questões da arte de governar. Foi em meio às urgências que surgiram na esfera política-econômica que o Estado francês precisou intervir na condição de liberdade sobre a ação dos revolucionários, as quais teriam consequências nestas e em outras dimensões. Os pontos da ideologia política revolucionária de quebra do Antigo Regime assumiram proporções que partiram do campo simbólico para se instaurar em um campo de batalha corpo a corpo entre homens e coisas, entre os revolucionários e os elementos que, objetiva e materialmente, eram vistos como a representação de todo um mundo monárquico absolutista.

No sentido de arbitrar e determinar os princípios de interesses em meio a este campo de disputas foi necessário que o Estado recorresse a saberes específicos (História, História da Arte, Engenharia, Arquitetura), que já atuavam diretamente sobre os elementos foco de destruição, os monumentos antigos. Assim, o poder público ao criar uma série de critérios e enquadramentos valorativos sobre os monumentos do passado construiu um campo de saber que passou a ter poder dentro da própria estrutura governamental. O Estado utilizando-se de sua competência para incorporar saberes, enunciar discursos e fazê-los funcionar, recorreu ao princípio de utilidade para determinar novas condições para a noção de propriedade e transformar objetos do passado não em inimigos, mas em instrumentos para a legitimação do poder estatal e de uma nova ideia de povo francês.

Se em períodos anteriores as questões postas sobre as antiguidades e os monumentos do passado eram desenvolvidas por campos de fazeres, saberes, por campos profissionais específicos, foi a partir das ações governamentais francesas que se criaram as bases para o

tratamento destes elementos na esfera estatal. As ações do poder público, delimitadas pelo edifício do direito, por leis e normas diretamente voltadas às ações preservacionistas, criaram as condições para a estruturação do campo do patrimônio. A partir dessas questões e em meio às possibilidades de governamentalidade estatal foram criados os instrumentos para a construção desse saber, das suas ações e de seus limites. O saber patrimonial estava delineado e a partir dele novas problemáticas foram surgindo em um cenário político-cultural mais amplo.

É importante percebermos as competências e os limites dessas ações preservacionistas desde o contexto da política liberal. Para tanto, analisaremos o desenvolvimento dos mecanismos (internos e externos) de limitação e autolimitação das ações estatais no campo do patrimônio, os quais ainda podem ser identificados nas práticas e políticas preservacionistas atuais.

Primeiro, compreendemos que os instrumentos externos (leis, atos e deliberações), embora possam ser dinâmicos - em sua compreensão e aplicação - servem como contrapeso não só em seu aspecto de autolimitação, mas para operacionalizar estabilidades dentro de instabilidades impulsionadas por dinâmicas postas em meio aos diversos interesses sociais ou gestacionais. Ou seja, esses instrumentos regulamentam a forma como deverão ser operacionalizadas as abstrações com relação à definição e revelação de bens/expressões culturais como patrimônio. Isso porque entre a manifestação do interesse de preservar um elemento cultural e a ação de fazê-lo existe um campo de disputa – o campo do patrimônio – que deverá arbitrar sobre o que é, efetivamente, do escopo estatal. Outra questão é a busca por uma estabilidade que responderá aos interesses estatais presentes em planos governamentais (culturais, políticos e econômicos) que determinarão, dentro de um imaginário construído e perpetuado historicamente, os encaminhamentos de base (nacionais e globais) para conduzir ações preservacionistas que atendam interesses individuais e coletivos, locais e nacionais, nacionais e globais. Em outras palavras, embora a ideia de patrimônio possa ser bastante ampla, existem alguns encaminhamentos que foram pensados para conduzir as ações de revelação de itens merecedores de serem reconhecidos como tal. Portanto, são os critérios e as categorias de valores (histórico, arquitetônico, arqueológico, turístico, imaterial, documental, etc.) a base posta em diferentes dispositivos legais para servir como instrumentos externos de regulamentação de saberes e intencionalidades em esferas governamentais e no âmbito do patrimônio.

Os mecanismos internos (normativas, portarias, enquadramentos categóricos e valorativos, níveis de preservação/conservação, etc.) passam a funcionar, com base nos

mecanismos externos, como instrumentos a serviço dos trabalhos de campo e das realidades específicas das instituições preservacionistas em diferentes localidades. Dadas às particularidades de interesses, esses instrumentos formam a base para o controle e autocontrole que o Estado exerce sobre as ações dos agentes preservacionistas. Esses sujeitos devem, portanto, agir como mediadores, árbitros, na operacionalização dos interesses públicos frente a uma ação preservacionista que deve ocorrer tendo como recurso a recorrência aos mecanismos internos e externos de regulamentação.

Enfim, enquanto os mecanismos externos tendem a incorporar saberes específicos para a construção de critérios operativos gerais, os instrumentos internos recebem o geral e realocam em domínios específicos. Em ambos os casos, verificamos de que forma o documento ou diferentes instrumentos documentais interagem no campo do patrimônio como dispositivos de poder. Dispositivos disciplinares que estiveram presentes e que serviram às políticas culturais produzidas em âmbitos locais ou globais desde as primeiras configurações para a valorização e preservação de itens do passado. Pelo documento são estabelecidos os campos de disputa, que, por exemplo, transformam indivíduos ou massas de indivíduos em sujeitos e, também, monumento/objeto/documento em herança/patrimônio nacional.

As práticas preservacionistas em suas dimensões e fundamentos definem e organizam o campo patrimonial; não diríamos que operacionalizam na construção de um campo patrimonial, mas através de mecanismos externos e internos apontam para a orientação do que poderíamos compreender como uma determinação e, ao mesmo tempo, uma autodelimitação das práticas preservacionistas. Em nossa concepção, a existência do saber patrimonial e, ao lado deste o campo do patrimônio, ocorre a partir da materialização desses embates no documento.

Assim sendo, os documentos patrimoniais nascem em meio à articulação desses instrumentos e aparecem não somente como dispositivos reguladores e disciplinares, mas configuram um campo de contrapoder dentro do próprio poder. Em outras palavras, tais documentos – entendidos como os processos para transformação de bens culturais em patrimônio registrado institucional e estatalmente – são a dimensão onde os sujeitos preservacionistas agem na intersecção dos imperativos de autolimitação internos ou externos. Isso porque na medida em que operacionalizam esses mecanismos também instrumentalizam elementos diversos e não disciplinados em um campo de regulamentações. Ou seja, os agentes patrimoniais no ato de documentar trabalham na mediação tanto dos saberes e poderes vindos do alto quanto dos fazeres e saberes vindos de baixo – os quais nem sempre são inteligíveis em sua condição de emergência ou acontecimento.

Nesta perspectiva, colocamos estes documentos não somente como um dispositivo de poder em seu aspecto negativo de instituir um patrimônio categorizado. O que defendemos é que esta documentação é, sim, um instrumento que diz certa forma de verdade, que determina e impõe a manifestação de uma vontade, é prova e comprovação de uma ação materializada; é o espaço para materialização de regras e normas disciplinares, científicas e legais. Entretanto, é um dispositivo de poder em seu aspecto positivo na medida em que é o espaço através do qual são negociadas as diversas tensões entre os interesses do Estado e do corpo social.

Esses instrumentos/dispositivos, no sentido posto pela razão de Estado, seriam de certa maneira ilimitados – dados os seus objetos e objetivos. Nessa dinâmica, o Direito e os sistemas jurídicos aparecem como princípios de limitação dentro desta razão de Estado. Já, os elementos de autolimitação seriam postos por regimes de verdade e práticas que podem fazer com que o que não existe (o patrimônio, a loucura, a doença, a sexualidade, etc.) se torne uma coisa que, no entanto, continua não existindo. O agenciamento da série prática/regime de verdade é, portanto, que permite demarcar “[...] algo que não existe e no entanto está inscrito no real” (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

Até o século XX, poucos Estados tinham a questão da conservação e preservação inserida em suas políticas. Após esse período, foi dada maior atenção a estas práticas em função de movimentos que colocavam em pauta o valor das nações através de vários aspectos, entre eles, o cultural. Ou seja, o poder de um Estado começou a ser configurado e reconhecido através da sua competência para gerar ações em diferentes âmbitos e de apropriar-se de saberes para o exercício de seu poder.

A partir da prática governamental no seu exercício público pensamos, então, nas ações desenvolvidas para a emergência do patrimônio institucionalizado tendo como princípio a instrumentalização de fazeres conservacionistas/preservacionistas no âmbito de uma economia cultural estatal. Nesse sentido, compreendemos que as normas e as regulamentações estatais disciplinam a realidade documental no campo do patrimônio a partir de instrumentos legais, jurídicos e administrativos. No entanto, temos que levar em consideração que tais instrumentos impulsionam outras ações.

Na década de 1930, por exemplo, verificamos que o diálogo entre diferentes nações sobre as ações ligadas aos monumentos históricos começou a ser concretizado de forma mais organizada. No contexto dos encontros realizados entre profissionais de diferentes nacionalidades (engenheiros, arquitetos, artistas, conservadores, historiadores, etc.) foi criado um espaço para o debate sobre problemáticas que a cada época se impunham nesse ambiente através de um quadro específico de temáticas.

O pano de fundo político desses movimentos teve seu impulso inicial em uma organização internacional criada após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Sociedade das Nações ou Liga das Nações (1919), que tinha por objetivo principal assegurar a paz. No interior dessa organização, o Escritório Internacional de Museus da Sociedade das Nações¹⁶ realizou, na cidade de Atenas, uma conferência que culminou na elaboração da Carta de Atenas, rubricada em 1931. Neste encontro foi colocada em discussão a racionalização dos procedimentos preservacionistas e conservacionistas em arquitetura com o intuito de propor normas e condutas para estas ações. Tal racionalização visava garantir práticas uniformizadas internacionalmente para o tratamento de monumentos históricos.

O foco principal desse documento era chamar a atenção sobre a importância da preservação dos monumentos visando à manutenção do seu caráter histórico, artístico e científico. Para tanto, discutiu-se os interesses públicos e privados ligados aos monumentos e a relevância do seu entorno para que fosse mantida a fisionomia das cidades. Outros pontos mencionados estiveram relacionados à crescente deterioração dos bens, devido aos agentes atmosféricos bem como as melhores maneiras de intervenção; cabendo ao Estado atuar, quando necessário, para uma conservação de qualidade.

No que concerne às determinações internacionais voltadas à preservação, as recomendações dizem respeito: 1) a importância de se criar uma cultura preservacionista, através de práticas educacionais direcionadas aos cidadãos desde a sua infância; 2) a publicação de um inventário, pelo Estado ou instituições competentes, dos monumentos nacionais com fotografias e informações; 3) a constituição de arquivos, com documentos relativos aos monumentos nacionais e sua eficiente gestão, para uma melhor utilização das informações centralizadas.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), as atividades da Sociedade das Nações foram paralisadas e suas responsabilidades transferidas para a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945. No interior da ONU, foi criada, em 1946, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Já em 1964, durante o II Congresso Internacional de Arquitetos, realizado em Veneza, foi criado o *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), organização civil ligada à UNESCO. As atividades do ICOMOS foram fundamentadas a partir da ideia-base de acolher

¹⁶ “O Escritório foi criado, em 1926, pela Comissão Intelectual da Sociedade das Nações, que era presidida por Henri Bergson, no quadro do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, através da proposta de Henri Focillon”. (KÜHL, 2010, p. 291).

todas as disciplinas e competências envolvidas na salvaguarda de bens culturais para atuarem a partir desse órgão (KÜHL, 2010).

Entre essas transformações, foi produzido o documento denominado Recomendação Paris, elaborado em 12 de dezembro 1962, cuja base estava vinculada às discussões da Conferência Geral da UNESCO. Desta recomendação, destacamos a consideração feita sobre a necessidade de se levar em conta a vida coletiva, sua evolução e o rápido desenvolvimento do progresso técnico; elementos que foram tratados como geradores de consequências, que deveriam refletir na urgência de adoção de medidas para salvaguardar a beleza e o caráter das paisagens e dos sítios em toda parte. O que também chama a atenção neste documento foi a utilização do termo *patrimônio cultural*, não mencionado anteriormente.

Para atender esses interesses, melhor executar e fiscalizar os trabalhos em andamento, o texto traz como recomendação a criação de órgãos especializados, de caráter executivo ou consultivo. Ao primeiro caberia a realização de pesquisas de campo para melhor conhecimento dos problemas de cada localidade; e o segundo deveria realizar estudos prévios sobre determinados bens e elaborar pareceres como resultado deste trabalho.

Compreendemos que um passo importante para o avanço das práticas preservacionistas foi dado com o II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, reunido em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964, que teve como ponto principal reexaminar e aprofundar os princípios da Carta de Atenas, de 1931. Pela Carta de Veneza, de 1964, foram oficializadas as recomendações para a conservação e preservação dos monumentos com a finalidade de salvaguardar tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. Estas duas ações (conservação e preservação) foram colocadas como uma disciplina¹⁷ que requereria a colaboração de todas as ciências e técnicas que pudessem contribuir para atingir a finalidade de salvaguarda do patrimônio monumental.

Pelo Art. 1º, foi definido que

[...] a noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só as grandes criações, mas também as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. (CARTA..., 1964).

No Art. 16 ficou estabelecido que

¹⁷ Essa questão pode ser verificada nos seguintes termos: “Art. 2º - A conservação e restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental” (CARTA..., 1964).

Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação. (CARTA..., 1964).

Após esta carta patrimonial foram produzidos outros documentos em decorrência de encontros que tratavam sobre a questão do patrimônio, mas nenhum destes foi elaborado em sua substituição. Na concepção de Kühl (2010), as proposições desta carta patrimonial são bastante gerais permitindo sua aplicabilidade em diferentes momentos e até mesmo em outras categorias patrimoniais que foram surgindo ao longo dos tempos. Segundo a autora, as demais disposições são, de certa forma, interativas, servem para propor novas indicações frente à crescente ampliação dos itens a serem preservados; além disso podem ser vistas como formas de interpretação de alguns princípios apresentados em 1964.

Todavia, estes apontamentos são de grande valor no que diz respeito ao reconhecimento do que se formulou e estruturou no campo do patrimônio ao longo desses anos. Entretanto, como demonstrado por Kühl (2010), é importante percebermos que cada documento tem sua especificidade uma vez que atende aos interesses de campos disciplinares e científicos diferentes. Ou seja, estes documentos são ora recomendações, ora deliberações, ora indicações de encaminhamentos práticos ou teóricos aplicáveis a realidades diferenciadas que abordam questões relacionadas ao amplo campo do patrimônio. Sendo assim, destacaremos alguns que consideramos relevantes para o nosso entendimento dos processos de constituição e desenvolvimento do campo do saber patrimonial.

O documento produzido em decorrência da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, na décima sétima sessão da UNESCO, reunida em Paris entre 17 de outubro e 21 de novembro de 1972, apresentou definições para os termos *patrimônio cultural* e *patrimônio natural*, enfatizando o papel de cada Estado no processo de identificação e valorização dos bens desta natureza.

Pelo artigo 1º, *patrimônio cultural* foi definido como:

[...] - os monumentos: obras arquitetônicas, esculturas ou pinturas monumentais, objetos ou estruturas arqueológicas, inscrições, grutas e conjuntos de valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,

- os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas, que, por sua arquitetura, unidade ou integração à paisagem, têm um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência,
- os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza assim como áreas, incluindo os sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico [...]. (RECOMENDAÇÃO..., 1972).

Já pelo Artigo 2º, *patrimônio natural* representaria:

- [...] - os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por conjuntos de formações de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- as formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituam habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico,
- os sítios naturais ou as áreas naturais estritamente delimitadas detentoras de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural [...]. (RECOMENDAÇÃO..., 1972).

Na Recomendação de Nairóbi, resultado da Conferência da UNESCO ocorrida entre 26 de outubro e 30 de novembro de 1976, abordou-se questões relativas à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea frente aos perigos da uniformização e da despersonalização ocasionadas pela expansão ou modernização dos territórios. Atentos para o fato de que “salvaguardar” compreende a identificação, conservação, restauração, reabilitação e revitalização desses conjuntos e de seu entorno, foram apresentadas algumas medidas para esta ação, que deveriam se inspirar na elaboração de planos e documentos embasados em estudos científicos efetuados por equipes multidisciplinares. A ênfase deste documento esteve, portanto, na importância da elaboração de uma documentação precisa sobre todos os bens foco das ações estatais, seja preservação ou, em casos excepcionais, destruição.

Em 1992, a UNESCO começou o tratamento de uma nova noção categórica: o patrimônio documental. Através da criação do Programa *Memória do Mundo* foram iniciados os debates relacionados a esta nova categoria patrimonial, que englobaria a memória coletiva e documentada dos povos do mundo. O impulso para esta ação esteve atrelado à consciência da perda deste tipo de patrimônio e da dificuldade de acesso aos itens existentes, isso em decorrência de diversos motivos, tais como: guerras, condições sociais, armazenamento inadequado, não reconhecimento do valor desse item como bem cultural, entre outros fatores.

No ano de 1993 foi realizada a primeira reunião do Comitê Consultivo Internacional (CCI)¹⁸, em *Pultusk* (Polônia), que resultou na elaboração de um Plano de Ação. Desde então, a cada dois anos, o CCI se reúne para discutir os critérios de seleção e os processos de nomeação de bens para o seu Registro no *Memória do Mundo*; aspecto integrante e mais visível desse Programa para o público. Outra contribuição importante nesse sentido foi fundamentada na 2ª Conferência *Memória do Mundo*, em 2000.

O Programa *Memória do Mundo* começou, então, a trabalhar com hipóteses baseadas na proposição de que “[...] alguns itens, coleções, acervos ou fundos do patrimônio documental formam parte da herança mundial, a semelhança dos lugares de notável valor universal incluídos na *Lista do Patrimônio Mundial* da UNESCO” (EDMONDSON, 2002, p. 8). Ademais, foi configurada a noção de que este item patrimonial transcenderia os limites do tempo e da cultura e que, por esta razão, deveria ser preservado para as gerações atuais e futuras. Além disso, mostrou-se a importância de serem postos à disposição de todos os povos, levando sempre em consideração as questões legais, éticas e administrativas que envolvem essa categoria patrimonial. Dessa forma, passou a atuar tanto isoladamente quanto em parceria com outros programas da UNESCO, destacando que o patrimônio imaterial e o oral não seriam de sua competência.

Nos termos propostos pelo *Memória do Mundo*, um documento seria aquilo que “documenta” ou “registra” algo com um propósito intelectual deliberado, podendo ser:

- [...] - Itens textuais tais como manuscritos, livros, jornais, cartazes, etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra, etc.
- Itens não textuais como desenhos, gravuras, mapas ou partituras.
- Itens audiovisuais, como filmes, discos, fitas e fotografias, gravados de forma analógica ou digital, por meios mecânicos, eletrônicos, ou outros consistindo de um suporte material com uma camada para armazenar informação onde se consigna o conteúdo.
- Documentos virtuais, tais como os sítios de Internet, são armazenados em servidores: o suporte pode ser um disco rígido ou uma fita e os dados eletrônicos são o conteúdo. (EDMONDSON, 2002, p. 11).

Outro ponto apresentado é que embora o conceito de documento seja universal, deve-se reconhecer que algumas culturas são mais “documentais” que outras. Dessa forma, algumas estarão mais representadas no Registro *Memória do Mundo* do que outras. A competência sobre a determinação do registro de um documento como patrimônio mundial é

¹⁸ O CCI é o órgão que assessora a UNESCO nos assuntos referentes ao Programa *Memória do Mundo*.

do CCI que analisa, entre as percepções e interesses locais, nacionais e mundiais, o “efetivo” valor dos bens em estudo.

O foco das ações do Programa *Memória do Mundo* é, portanto, o patrimônio documental público e privado, uma vez que compreende que as condições de acesso e propriedade documental são modificadas com passar dos tempos, das disposições administrativas e legais que regem a política de gestão e avaliação de cada instituição. Sobre esse ponto, chamamos atenção sobre uma das características da missão do Programa que é a conscientização, em vários níveis e setores, sobre a necessidade e relevância do reconhecimento dos documentos com itens potencialmente passíveis de valorização e de serem revelados como bens culturais – em dados momentos e contextos históricos, sociais e culturais (LOUSADA; GRIGOLETO, 2011).

Ainda no processo de ampliação da ideia de patrimônio destacamos, por fim, a noção da imaterialidade, abordada na Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, realizada na Conferência Geral da UNESCO, em sua trigésima segunda sessão, ocorrida em Paris, entre os dias 29 de setembro e 17 de outubro de 2003. Pelo Artigo 2º, do documento “Recomendação Paris” (2003), entende-se por *patrimônio cultural imaterial*:

1. [...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável.
2. O “patrimônio cultural imaterial”, conforme definido pelo parágrafo 1 acima, que se manifesta em particular nos seguintes campos:
 - a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como vínculo do patrimônio cultural imaterial;
 - b) expressões artísticas;
 - c) práticas sociais, rituais e atos festivos;
 - d) conhecimentos e práticas relacionadas à natureza e ao universo;
 - e) técnicas artesanais tradicionais [...]. (RECOMENDAÇÃO..., 2003).

O parágrafo 12 do referido documento apresenta que para assegurar a identificação desses bens, com fins de salvaguarda, cada Estado deverá estabelecer um ou mais inventários do patrimônio cultural imaterial presente em seu território, empreendendo esforços para

fomentar estudos científicos, técnicos e artísticos bem como metodologias de pesquisa para sua eficaz preservação.

Por meio desses encaminhamentos pudemos entender de que forma a produção documental acompanhou os trabalhos realizados com finalidades conservacionistas e/ou preservacionistas desde a atuação dos antiquários até a aplicação de procedimentos para o tratamento de elementos da cultura imaterial. Essas diversas formas de práticas documentais, direcionadas ao universo do patrimônio, nos colocam em contato com a forma como foram construídos historicamente os critérios, conceitos, saberes e categorias patrimoniais para orientar e efetivar as práticas preservacionistas.

As questões que apresentamos, mesmo que pontuais, permitem verificarmos que o recurso à materialização de informações, à inscrição de informações e à representação de bens culturais de forma documental foi e é uma ação que emerge, permeia e permanece como instrumento indissociável à revelação de bens culturais como patrimônio institucionalizado. Apesar das particularidades relacionadas ao tratamento e revelação do patrimônio por órgãos institucionais (estatais ou não) percebemos que houve sempre o recurso a uma dada produção documental. Ao longo da história do patrimônio sempre houve registro de informação, seja como forma de representação do real ou mesmo como procedimento para justificar e comprovar o valor que se pretendia atribuir a um bem para sua transformação em patrimônio - mesmo que fosse ele próprio um documento.

Depois de delineado alguns pontos de abrangência do campo do patrimônio no universo da governamentalidade estatal, desde o início do século XX, o problema que começou a ser lançado foi o de propor como agir nesse campo que se estruturava. A questão era o desenvolvimento de técnicas, tecnologias e a associação de campos disciplinares e científicos que pudessem auxiliar, em primeiro momento, tanto na normalização de práticas intervencionistas quanto na abertura dos diálogos sobre os procedimentos para o reconhecimento e revelação de certos objetos como itens merecedores das ações estatais. Além disso, outros pontos fundamentais foram: o processo de expansão das ideias preservacionistas às diversas nações; e a crescente ampliação dos bens culturais a serem preservados.

O problema da política estatal liberal desde o século XVIII foi, portanto, demarcar as ações que deveriam ser executadas bem como identificar as áreas em que se poderia ou não intervir. O Estado, nesses encaminhamentos, agiria sob a forma de ações reguladoras quando, por razões de conjuntura, essa intervenção se impusesse. Além dessa ideia, o Estado interviria em uma política de moldura, ou seja, quando as condições de população, técnicas,

aprendizagem e regime jurídico impusessem ações (FOUCAULT, 2008b). Assim, foi preciso estabelecer como unir ideias a práticas e manter ao mesmo tempo as especificidades das múltiplas artes de governar, dando-as uma referência, uma realidade nova sobre a qual ela se exerceria. Esse novo campo foi, portanto, o da sociedade civil¹⁹.

Nesse universo de governamentalidades múltiplas no campo do patrimônio podemos nos questionar sobre os motivos pelos quais projetos preservacionistas e patrimoniais tiveram tantos entraves e, de certa maneira, falta de identificação no âmbito da sociedade civil. Entre tantas questões, aparece uma relacionada ao direito de propriedade na crescente esfera da especulação imobiliária que criou um campo de confronto constante, sendo um dispositivo que teve repercussão na legitimidade das ações estatais perante diferentes esferas sociais.

No entanto, em meio às dinâmicas, transições, especificações e princípios das artes de governar foi determinada outra questão importante: o Estado de direito. Pela perspectiva deste Estado, os atos do poder público só teriam valor na medida em que fossem enquadrados em leis que os limitassem antecipadamente, impedindo ações que se propusessem a um fim particular. Esse poder público, compreendido como uma rede de inteligibilidade ou uma grade de governamentalidade foi instrumento essencial para as relações de poder na medida em que permitiu abordar fenômenos amplos como a gestão de um corpo social (FOUCAULT, 2008b). Todavia, embora o Estado de direito tenha sido um instrumento importante no âmbito dos atos estatais, sua repercussão “de fato” no corpo social não teve a mesma natureza de inteligibilidade – ao menos quando tratamos do campo do patrimônio.

As perspectivas de Foucault (2008b) em torno da arte de governar serviram de base para colocarmos em questão como pensar no patrimônio na sociedade liberal a partir das preocupações geradas sobre a competência do governo quanto às deliberações pautadas em arbitrar sobre o que deveria ou não ser preservado dentro da cultura de um povo. O que passamos a colocar em foco foi de que maneira as questões da utilidade, cujo princípio do interesse foi peça fundamental, serviram para estabelecer os critérios que determinaram o valor das coisas.

Dentro da grade de governamentalidades preservacionistas podemos perceber que através de práticas, planos ou políticas estatais foram estabelecidas preocupações com relação ao tratamento de elementos de contexto ou de moldura - dadas as teorias políticas e aplicações

¹⁹ Para Foucault (2008b), a sociedade civil é um conceito de tecnologia governamental cuja medida racional deveria indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processos de produção e de troca. O *homo oeconomicus* e a sociedade civil faziam parte do mesmo conjunto da tecnologia da governamentalidade de um governo onipresente que a nada escaparia, que obedeceria às regras de direito; um governo que administraria para a nação, para a sociedade e para o social. Essa sociedade civil foi a que apareceu nas famílias, aldeias, corporações e até no sentido de nação que Adam Smith deu à noção de nação na França.

econômicas ou sociais – fundamentados na proteção ou destruição de alguns itens do passado para manter a estabilidade de certos poderes.

O campo de pensamentos e ideologias relacionados à questão do patrimônio foi, portanto, historicamente constituído, apresentando em seu percurso articulações, tensões e procedimentos estritamente relacionados a fatores políticos. O que emerge atualmente como patrimônio cultural é, na verdade, resultado de escolhas e determinações que partiram, na maioria das vezes, de instituições que desenvolveram critérios para revelar o valor simbólico de certos bens. Entretanto, não pretendemos, com esta reflexão, dizer que os bens consagrados como patrimônios estão vedados aos significados e utilizações institucionais a eles outorgados, mas, sim, que em certos momentos da História algumas ações foram direcionadas para explicitar e enfatizar alguns predicados dos objetos, pretendendo que estes fossem preservados e observados a partir de categorias específicas; o que não impede que novos significados, utilizações e ações apareçam (GRIGOLETO, 2009).

Para Miceli (1987), o conceito de patrimônio foi se “antropologizando” em tal proporção que passou a se mostrar sensível a toda e qualquer experiência social. Na concepção de Choay (2006), o patrimônio histórico arquitetônico se enriqueceu continuamente, com novos tesouros que não param de ser valorizados e explorados. Entretanto, a autora aponta que as práticas patrimoniais como culto ou indústria estão ameaçadas de autodestruição, pelo sucesso de que goza e, mais precisamente, pelo fluxo transbordante e irresistível dos visitantes do passado.

Enfim, defendemos que os principais focos das intervenções estatais direcionadas aos bens do passado foram delineados a partir de três fundamentos: o direito, a propriedade e o poder público. Em meio a este triângulo de operacionalidades, o patrimônio surgiu como um dos tantos instrumentos alegóricos criados com base nos princípios da governamentalidade estatal, o qual foi constituído através de diferentes dispositivos documentais (atos, leis, deliberações, recomendações, etc.). A política de preservação estabeleceu-se, desenvolveu-se e se mantém, portanto, tendo os monumentos do passado como objeto, o campo do patrimônio como meio e o documento como possibilidade de existência.

4 PATRIMÔNIO: LEGALIDADE E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Este capítulo discute acerca do processo de constituição do saber patrimonial no Brasil a partir da disputa entre neocoloniais e modernistas pelo protagonismo na descoberta e defesa das bases que norteariam os princípios das políticas e práticas culturais e preservacionistas. Assim, apresentamos de que maneira foi estabelecida a relação entre política, discurso, saber e fazer protecionista para o delineamento e desenvolvimento do campo legal do patrimônio em âmbito federal.

4.1 Política patrimonial no Brasil: embates e articulações

As diretrizes gerais voltadas à formulação de uma política preservacionista no Brasil podem ser analisadas a partir de três momentos: 1) a descoberta do sentido da recuperação/preservação na cultura brasileira; 2) a implantação e institucionalização de uma política para o patrimônio; 3) a consagração da política institucional do patrimônio (BOMERY, 1991).

O primeiro momento foi caracterizado pela estruturação de um campo político-ideológico que buscava, entre tantas questões, a identidade nacional ou instrumentos através dos quais fosse possível (re)pensar a nação brasileira. Dentre esses instrumentos, a “arquitetura”, a partir de estratégias discursivas postas em curso no processo de sua objetivação, constitui-se como o saber através do qual a brasilidade pudesse ganhar sentido. Ao ordenar um tempo histórico, tornava-se, ela própria, “[...] documento da história da pátria – guardiã incontestada da continuidade temporal entre passado, presente e futuro” (NATAL, 2009, p. 1).

Trajano Filho (2010) problematiza os discursos e as representações que, desde meados do século XIX até a década de 1930, se estabeleceram em torno da ideia da identidade arquitetônica e da formação nacional. Assim, propõe que o pensamento sobre o “nacional”, o “brasileiro”, o “próprio” e o peculiar em arquitetura foi um processo histórico em intensa disputa. O autor destaca que neocoloniais e modernistas buscaram a singularidade brasileira na arquitetura e lançaram esforços para unir intelectuais de diferentes matizes políticas e ideológicas para atuarem no processo de construção da nação. Como demonstra, embora esses debates fossem intensos, a historiografia apresenta-os através de

[...] um esquema explicativo desprovido de conflito, em que prevalece a leitura do processo de formação da arquitetura brasileira moldada segundo a visão de um grupo de intelectuais e arquitetos modernistas que tratou de

estabelecer uma interpretação desse processo que foi sucessivamente trabalhado nas décadas seguintes, com raras divergências, e cuja origem reside na produção teórica de Lucio Costa nos anos de 1930. (TRAJANO FILHO, 2010, p. 24).

Com esta afirmação, percebemos que foi constituído um campo discursivo com o intento de silenciar os embates entre essas diferentes visões, controlando os meios e os lugares de enunciação das perspectivas de nação, arquitetura e cultura nacional, garantindo, assim, legitimidade ao grupo que, articuladamente, adquiriu autoridade no corpo estatal para dizer o que era “próprio” ao Brasil.

Com esses agenciamentos estratégicos, o movimento neocolonial foi obscurecido pela historiografia, ficando à margem do processo de formação da ideia de nação no Brasil bem como do campo das ações preservacionistas para que os modernistas se tornassem os protagonistas oficiais dessa construção político-ideológica. Para Kessel (1999, p. 67), “[...] a visibilidade do neocolonial viu-se ofuscada pela preeminência ruidosa do modernismo, contra o qual ele travou uma batalha perdida na disputa pela primazia da legitimidade como manifestação nativa da arquitetura brasileira”.

O autor aborda detalhadamente como estes embates se constituíram em campos de disputas de saberes/poderes, apresentando as características e divergências entre os ideais e as propostas sugeridas por esses dois movimentos para o tratamento das questões nacionais (KESSEL, 1999; 2001).

Os princípios do neocolonialismo estavam pautados, em primeira perspectiva, na reação ao ecletismo arquitetônico dominante no Brasil e voltava-se à busca de uma arquitetura que pudesse ser definida como genuinamente brasileira. Este ideal foi difundido, desde o século XIX, por Ricardo Severo, em São Paulo, e, com maior força nas décadas de 1920 e 1930, por José Marianno Filho, no Rio de Janeiro.

A luta contra o passado eclético, deu lugar na década de 1930, ao combate contra a arquitetura moderna, personificada pela nova geração de profissionais envolvida nas iniciativas que culminaram na criação do Ministério da Educação e Saúde e na implantação do Serviço do Patrimônio Histórico e Nacional, liderada pelo jovem arquiteto que havia renegado o que chamaria, depois, de “equivoco neocolonial”: Lucio Costa. (KESSEL, 1999, p. 66).

Esses embates estéticos e políticos, na concepção de Kessel (1999), tornaram-se o campo da produção cultural; questões, a primeira vista somente estéticas, foram adquirindo

um conteúdo político e histórico, tornando-se instrumentos para modificação de um corpo mais amplo: a sociedade.

O neocolonialismo no Brasil, com base nos pressupostos do *revival* (apropriação estética e política do passado), tentou combinar o culto à tradição com a especificidade da cultura brasileira, buscando um lugar autorizado para afirmar o “espírito nacional” e, efetivamente, intervir no corpo social. A disputa com o modernismo é um indicativo de como embates entre correntes estéticas e culturais trazem em seu cerne construções históricas diferenciadas, que “[...] mesmo recorrendo a um mesmo repertório estético-discursivo, desenvolvem narrativas concorrentes, irreconciliáveis e antagônicas” (KESSEL, 1999, p. 69). Esses movimentos buscavam na arquitetura a possibilidade de explicar e modificar a organização social, constituindo, assim, um campo disciplinar e de saber a partir do diálogo e incorporação de outros saberes – como, por exemplo, o sociológico.

O ideal neocolonial de redescoberta do Brasil, disseminado por Ricardo Severo, dialogava com o de pensadores de outros países, principalmente em períodos de comemoração dos seus centenários de independência. Todavia, essa ideia foi operacionalizada de diferentes formas: em alguns núcleos, direcionada à manutenção dos vestígios do passado colonial como ponto de referência para construção da história e do desenvolvimento dos países; em outros, voltava-se à busca de meios para afastar a herança colonial, garantindo um progresso que pudesse ser vinculado ao sucesso adquirido por civilizações mais avançadas.

Na concepção de Bomery (1991), em vistas às comemorações do primeiro centenário da independência do Brasil (1822) vigorava a percepção de que faltava ao país um passo definitivo em uma direção mais condizente com o andar da carruagem internacional: era necessário integrá-lo ao “Concerto das Nações”.

Tal questão foi posta pelo modernista Carlos Drummond de Andrade²⁰, que procurava as intersecções entre o Brasil e o mundo civilizado. Drummond defendia que ao apagar as diferenças, as nações e culturas poderiam ser ligadas através de dimensões universalistas, abstratas, igualitárias. Na mesma senda do viés universalista, Mário de Andrade estava encantado com a herança que a civilização oferecia aos homens. Com isso, propunha um projeto moderno que não abrisse mão da história, mas que valorizasse a multiplicidade de sua realização histórica. De certa maneira, os dois literatos foram os responsáveis pela valorização

²⁰ O escritor Carlos Drummond de Andrade foi chefe de gabinete do Ministro de Educação e Cultura (MEC), Gustavo Capanema, de 1934 a 1945, quando foi convidado por Rodrigo Melo Franco de Andrade para trabalhar na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). No ano de 1950 tornou-se chefe da Seção de História, tendo sido também responsável pela organização e chefia do Arquivo da Instituição, onde atuou até sua aposentadoria em 1962 (THOMPSON, 2010).

da perspectiva preservacionista a ser desenvolvida em âmbito estatal; abordagem pautada na proposta de universalidade e na busca/construção das ideias de identidade e nação brasileiras (BOMERY, 1991).

Desde o início do século XX, os neocoloniais mostravam-se preocupados com a forma como essas ideias de progresso, civilização e modernidade estavam sendo implantadas no Brasil. Tal preocupação aumentou, principalmente, com a intensificação das reformas urbanas como a realizada no Rio de Janeiro, entre 1903 e 1907, durante o governo de Pereira Passos. Deste modo, alguns entusiastas começaram a propor a elaboração de instrumentos legais para a proteção da documentação e dos vestígios da época da dominação portuguesa, com o objetivo de evitar apropriações, evasões, destruições e/ou descaracterizações inapropriadas.

Ricardo Severo (engenheiro-arquiteto português, radicado em São Paulo), tornou-se chefe de fila da arquitetura “tradicional” de caráter nacional no Brasil, sendo também sócio do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), desde 1911. Publicou uma série de artigos e, até a década de 1940, proferiu palestras enfatizando seu comprometimento com a divulgação e valorização da nação portuguesa e de sua herança colonial no Brasil, promovendo uma verdadeira “campanha de arte tradicional”.

Como apresentado por Mello (2006), o eixo central dessa campanha estava na discussão sobre as origens, desenvolvimento e características da “arquitetura tradicional brasileira”. Ricardo Severo acreditava que pela arquitetura fosse possível a identificação do momento original de “formação” da jovem nação, partindo para o desenvolvimento da sua nacionalidade e de suas verdadeiras origens étnicas. Com a união das ideias de nacionalidade, meio e manifestações artísticas, enfatizou o caráter etnográfico da arte, principalmente a tradicional, apontando para a arquitetura como se fosse, ela própria, a arqueologia de todos esses movimentos. Para ele, a arqueologia conferiria ao estudo da arquitetura “[...] a possibilidade de recompor através dos mais rudimentares documentos não apenas a sua história, como a da própria civilização” (MELLO, 2006, p. 92). Dessa forma, colocou a história da nacionalidade em relação direta e inseparável com a história da arquitetura no Brasil.

Os neocoloniais e os modernistas concordavam que a tradição arquitetônica brasileira foi uma construção iniciada desde o descobrimento, adquirindo sua autenticidade nos séculos XVII e XVIII, especialmente em Minas Gerais. Uma interrupção nesse processo teria ocorrido no século XIX com a introdução de influências externas materializadas no estilo eclético, que se mostrava estranho ao meio e às tradições nacionais. Nesse ponto é que começaram as maiores divergências entre os dois grupos na medida em que cada um

disputava seu lugar nas esferas intelectuais e governamentais para validar-se como movimento motivador da retomada à tradição (MELLO, 2006).

Com o objetivo de buscar os vestígios que pudessem autenticar essa arte tradicional, artistas, escritores e políticos protagonizaram algumas excursões ao interior do Brasil. Ricardo Severo patrocinou, desde 1915, o pintor e desenhista José Wash Rodrigues em viagens para São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. O interesse do engenheiro-arquiteto português era o de produzir desenhos para a elaboração de um “Tratado da Arte Tradicional do Brasil”, que para ele seria um

[...] lento trabalho de investigação arqueológica, de classificação e de interpretação [...] Terá por objeto a exposição de todos os padrões mestres da arte nacional e corrigirá os desvios de orientação, próprios dos primeiros ensaios, que emprestavam aos motivos tradicionais uma significação diversa da sua própria natureza [...] cumpre desde já evitar que se perca a diretriz condutora do roteiro tradicional, dando aos elementos arquitetônicos uma aplicação diversa do seu fim original [...] transportando para o exterior os motivos da arquitetura interna meramente decorativa, ou unindo-os em conjuntos de pitoresco atrativo. (SEVERO, 1992²¹ apud KESSEL, 2001, p. 175 e 176).

A primeira “excursão técnica” foi realizada pelo engenheiro-arquiteto Alexandre Albuquerque e seus alunos da Escola Politécnica de São Paulo, possivelmente entre os anos de 1921 e 1925. Nessas viagens foram produzidos desenhos e levantamentos de edifícios nas cidades de Itanhaém, Ouro Preto, Tiradentes e Congonhas do Campo; parte deste material foi publicada no *Boletim do Instituto de Engenharia* (1930). Albuquerque justificou a realização destas excursões dizendo que para estimular o colonial era necessário conhecê-lo, distinguindo a arte portuguesa aclimatada da que floresceu no velho mundo (PINHEIRO, 2011).

José Marianno Filho, em 1924, com a proposta de produzir documentação ligada ao Neocolonial, patrocinou as viagens dos seguintes arquitetos a Minas Gerais: Nestor de Figueiredo (Ouro Preto), Lucio Costa (Diamantina) e Nereu Sampaio (São João Del Rei e Congonhas). Nesse período, outra preocupação de José Marianno era com relação à institucionalização da proteção ao patrimônio, o que pode ser verificado em seu artigo “A margem do Museu Histórico” (1922). Para o autor, o acervo do Museu Histórico Nacional (1922) deveria “reconstituir pacientemente através de documentos arquitetônicos das épocas respectivas as grandes etapas da arquitetura, da pintura e da escultura brasileira”

²¹ SEVERO, Ricardo. Da arquitetura colonial no Brasil: arqueologia e arte. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 07 set. 1922.

(MARIANNO FILHO²², 1943 apud KESSEL, 2001, p. 177). Em 1929, no artigo “O patrimônio artístico da nação” apresentou também propostas para salvaguardar a integridade de Ouro Preto, sugerindo que deveria ser realizado o tombamento dos edifícios sacros e civis de interesse artístico para a nação.

Mário de Andrade e outros intelectuais paulistas também realizaram, em 1924, a “Viagem da descoberta do Brasil”, momento em que visitaram várias cidades históricas de Minas Gerais. No ano de 1927, o escritor realizou sua primeira viagem etnográfica percorrendo o Amazonas e o Peru. Entre 1928 e 1929, fez a segunda viagem pelo Nordeste brasileiro (THOMPSON, 2010).

Pinheiro (2006) sugere que esses primeiros embates e aproximações entre neocoloniais e modernistas foram fundamentais para a construção de uma consciência preservacionista, pois trouxeram alguns indícios importantes para a descoberta do sentido da arte e da cultura brasileira. Embora a ideia de preservação ainda não estivesse muito presente neste período, a busca pela tradição e o estudo minucioso da arquitetura do passado colocaram em destaque a situação da herança nacional e a necessidade de se preservar alguns desses indícios frente às transformações impulsionadas pela modernização. Os motivos que levaram cada um desses grupos a lutar pela incorporação de seus saberes na esfera governamental mostram-nos também de que forma o campo preservacionista foi se constituindo em meio a disputas que tiveram como base a estruturação de campos de saberes e, conseqüentemente, os agenciamentos necessários para sua validação oficial.

Na proposta de Abreu (1991), o papel dos intelectuais modernistas no processo de construção das nacionalidades foi possível devido ao estreito relacionamento entre intelectuais e o Estado Nacional, na medida em que ambos buscavam formular uma identidade para a nação. Já, Para Guedes (1991), o pensamento modernista encontrou em algumas instituições canais para a concretização e solidificação de suas principais ideias, sendo a efetiva participação do Brasil na cultura universal feita através da brasilidade, uma das características que enquadravam o país enquanto nação dentro do contexto internacional.

Lucio Costa (1988)²³ defendeu que a renovação nacional seria completada com a preservação e valorização da tradição histórica e artística do povo brasileiro. Para o arquiteto,

²² MARIANNO FILHO, José. **Debates sobre estética e urbanismo**. Rio de Janeiro: C. Mendes Junior, p. 78, 1943.

²³ COSTA, Lucio. Brasília é uma síntese do Brasil. **Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 fev. 1988.

de um lado haveria uma ruptura com o atraso econômico, político e social; e, de outro, uma continuidade cultural e um reforço da identidade nacional. Como refletiu o autor,

[...] o que houve de bonito no Brasil, ao contrário de outros países, é que os empenhados na modernização foram simultaneamente os mesmos empenhados na valorização do nosso passado.
 [...] um fato muito curioso e importante porque é da tradição de quem cuida de artes do passado detestar coisa moderna e vice-versa; no Brasil ocorreu o contrário e isso foi grande. (COSTA, 1988 apud ALCÂNTARA, 1991, p. 39).

No entanto, temos que relativizar essas colocações e problematizá-las no sentido de mostrar que os neocoloniais também tiveram canais em esferas intelectuais, institucionais e governamentais para expor seus pensamentos e sugestões, lançando diversos esforços na elaboração de projetos relacionados à arquitetura e à arte brasileira, inclusive para sua preservação. Por esta razão é que podemos encontrar na reflexão citada acima a questão da tradição ligada à modernização. Isso ocorreu não porque houve uma harmonia entre os princípios que sustentavam essas ideias, mas porque houve um confronto, devidamente alocado e publicamente enunciado. O fato do modernismo ter vencido a disputa contra o neocolonialismo e construído um campo discursivo validado e disseminado por uma corrente historiográfica não elimina os tantos artigos, projetos e demais documentos produzidos anteriormente.

Como demonstra Kessel (1999, p. 89-90), a constituição do neocolonialismo não pode ser vista somente pelo viés de seus usos, arranjos e rearranjos, mas pela sua produção documental, pelos concursos de projetos no interior do Instituto Brasileiro de Arquitetos (IAB) e pela sua tentativa de inserção institucional. Para o autor, a preocupação com a constituição de um *corpus* documental e de um repertório de soluções perpassou toda a história do movimento. Assim, as tentativas de incorporação velada desse saber, mostram que a vitória institucional do modernismo não implicou “[...] uma negação total ao esforço empreendido pelo movimento neocolonial” – questão que veremos mais adiante.

Muitas vinculações foram dissolvidas estrategicamente ao longo desse processo. Mário de Andrade e Lucio Costa, por exemplo, simpáticos a vários dos princípios disseminados pelos neocoloniais, passaram a assumir outras posições quando se tornaram funcionários nas esferas governamentais.

O diálogo de Lucio Costa com José Marianno Filho foi constante, sendo ora condescendente, ora antagônico. Segundo Pinheiro (2011, p. 226), podemos verificar alguns

casos em que as opiniões de ambos são francamente convergentes, tais como: a antipatia que tinham pela arquitetura eclética da virada do século; a aversão sobre as causas do abandono das salutaras práticas arquitetônicas tradicionais; e a abordagem positiva a respeito dos mestres de obras – “[...] sobre quem recaía toda a responsabilidade sobre a ‘decadência da arquitetura’ no século XX”. Para a autora,

[...] tradição e modernidade não constituem uma dicotomia, mostrando-se, ao contrário, fortemente entrelaçadas. Tal aspecto está claramente na base das formulações em prol do reconhecimento e registro da arquitetura brasileira, esboçadas inicialmente por Ricardo Severo em suas conferências e retomada de variadas maneiras por José Marianno Filho [...]. (PINHEIRO, 2011, p. 287).

Pela abordagem que trouxemos à reflexão pudemos perceber que este momento inicial de constituição de uma consciência preservacionista em direção a uma prática institucional foi marcado por uma intensa luta. Mesmo que o objetivo principal dos sujeitos confrontantes fosse compartilhado pela intenção do tratamento da ideia da formação nacional, ancorada em conjuntos de elementos do passado que pudessem servir para representar a tradição cultural e artística brasileira, os caminhos percorridos para este reconhecimento foram diversos. O conflito de interesses e os diversos jogos de poder foram os elementos que continuaram marcando os anos que se seguiram até a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O segundo momento da configuração do universo das ações preservacionistas foi estabelecido, portanto, entre as décadas de 1920 e 1930. Para Bomery (1991), o Estado Nacional, ao unir propostas e projetos dispersos dos anos 20, foi ao encontro dos discursos intelectuais e abriu portas para o estabelecimento de uma política nacional, de um projeto de construção do patrimônio como prática social integradora. Segundo a autora, a ousadia desse projeto

[...] consistia na institucionalização das paixões incontidas e medidas; da cultura com a civilização; da pluralidade com a unicidade; da história com a sociologia; da etnografia com a sociologia. Era o momento de realização histórica de uma ideia; do grande sistema cultural moderno. (BOMERY, 1991, p. 8).

Podemos dizer que esse período foi, na verdade, o de tentativas para a institucionalização de projetos preservacionistas, sendo que muitos destes foram, paulatinamente, tirados de cena em prol da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ou seja, foi iniciado um processo de: construção de uma

perspectiva preservacionista a partir da incorporação de saberes e experiências pelo Estado; e de agenciamentos para o silenciamento oficial de correntes, propostas e práticas para que o poder estatal pudesse centralizar/controlar as ações de proteção ao patrimônio e alocá-las a um plano governamental mais amplo.

Magalhães (2004) pontua que entre essas décadas, foram idealizadas as primeiras ações voltadas para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional como responsabilidade do Estado. Em 1923, o deputado Luiz Cedro projetou a Inspetoria dos Monumentos Históricos dos Estados Unidos do Brasil que deveria funcionar como uma das dependências da Escola de Belas Artes ou do Museu Histórico Nacional (MHN). No ano de 1925, o jurista Jair Lins elaborou um anteprojeto de Lei federal para organizar a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais. Já, em 1930, o deputado José Wanderley de Araújo Pinho elaborou um projeto para criação da Inspetoria de Defesa do Patrimônio Histórico-Artístico Nacional como um departamento do MHN.

Para a autora, o último projeto foi o mais abrangente com relação à proteção ao patrimônio nacional, definindo com clareza as atribuições do órgão e conceituando os bens a serem defendidos. Tal Inspetoria deveria: “[...] catalogar os bens considerados relevantes para a história e para a arte e fiscalizar a conservação destes, fosse na regulamentação do comércio de antiguidade ou na manutenção da integridade das edificações classificadas” (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

José Wanderley de Araújo Pinho (apud MAGALHÃES, 2004, p. 73)²⁴ apresentou também critérios para avaliação de bens móveis e imóveis nos seguintes termos:

Consideram-se imóveis para os efeitos da lei: os rochedos, pedras tumulares, e outras aderidas a imóveis com inscrições de valor arqueológico ou histórico; os terrenos em que se encontrem coisas de valor arqueológico ou histórico; as cimbalhas, os frisos, arquitraves, portas, janelas, colunas, azulejos, tetos, obras de marcenaria, pinturas murais, e quaisquer ornatos (arquitetônicos ou artísticos) [...]; os imóveis sem valor histórico ou artístico, cuja conservação, não alteração ou demolição sejam necessárias para desimpedir ou favorecer a perspectiva a um imóvel histórico-artístico catalogado; as edificações isoladas ou em conjunto, os sítios de reconhecida e peculiar beleza, cuja conservação sejam necessárias para manter-lhes o aspecto típico-artístico ou pinturesco de que se revistam. Entre os móveis para os efeitos desta lei são incluídos os livros raros ou antigos, os incunábulo, códices e manuscritos de valor litero-histórico ou artístico.

²⁴ FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (Org.). **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória**. Rio de Janeiro: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1981. p. 79-80.

Neste projeto, a Inspetoria foi colocada como instituição central na defesa do patrimônio, atuando em conjunto com outras esferas do poder público para uniformizar as práticas de estados e municípios. Além disso, foi proposta a criação de um Conselho Deliberativo, presidido pelo diretor do MHN, e um Consultivo, composto por uma equipe multidisciplinar, que daria o suporte necessário às decisões relativas à valorização e preservação dos itens classificados.

Kessel (2001. p. 180) indica que, por volta desse período, José Marianno Filho também apresentou uma proposta sugerindo a criação de uma “Inspetoria de Monumentos Públicos da Arte”, cujos objetivos seriam: “identificar, recuperar e proteger edificações e obras de valor histórico e artístico”.

Apesar da inovação, abrangência e importância das propostas mencionadas, essas ideias não foram efetivadas. Entretanto, em meio às tantas questões colocadas em pauta, uma ação protecionista pontual foi realizada em âmbito federal. Em 12 de julho de 1933, a cidade de Ouro Preto recebeu o título de Monumento Nacional, pelo Decreto Federal nº. 22.928.

No mesmo ano, Gustavo Barroso (diretor do MHN), em relatório enviado ao ministro Gustavo Capanema, solicitou a criação de um órgão destinado à preservação dos monumentos nacionais. Em 1934, o presidente Getúlio Vargas aprovou a sugestão, incluindo-a no oitavo capítulo do regulamento do MHN. Pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho, as atividades da Inspetoria de Monumentos Nacionais foram regulamentadas. Essa primeira peça legislativa do poder público federal enfatizava a preservação física dos imóveis classificados como monumentos nacionais e a realização de um inventário dos objetos de valor histórico e artístico; demonstrando a preocupação que pairava desde a década de 1920 com relação à evasão de obras de arte do país (PINHEIRO, 2011).

Para Magalhães (2004), as deliberações apresentadas nesse decreto podem ser consideradas um retrocesso em comparação às propostas de lei anteriores, pois não apresentavam clareza conceitual em relação aos bens a serem protegidos nem especificavam os instrumentos jurídicos necessários às ações protecionistas. Diferente de outros projetos, que propunham uma ação conjunta entre estados e municípios, o papel da Inspetoria seria central, sendo que o diretor do MHN concentraria toda autoridade sobre as atividades dessa repartição. Dessa maneira, a visão de patrimônio e o controle do passado nacional ficaram bastante vinculados ao perfil de antiquário e colecionista assumido por Gustavo Barroso.

O fim das atividades da Inspetoria, em 1937, começou a ser articulado quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) iniciou suas atividades em

caráter experimental, no ano de 1936. Na visão do coordenador do SPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade, o Museu Histórico Nacional

[...] prevalecendo-se das atribuições que seu novo regulamento lhe tinha conferido para “inspeção de monumentos nacionais” tinha empreendido diversos serviços de reparação, conservação e restauração em igrejas, pontes e chafarizes de Ouro Preto, a expensas da União [...] embora o regulamento do Museu não lhe conferisse atribuições para tais empreendimentos. Mas a organização geral da defesa do patrimônio de arte e história do país restava ainda por fazer por meios legais – mais válidos e eficazes que contidos nas disposições regulamentares daquele estabelecimento. Sinal muito expressivo de que o regulamento aprovado não fora julgado satisfatoriamente para assegurar a proteção dos monumentos. (ANDRADE, 1952²⁵ apud MAGALHÃES, 2004, p. 79).

Nesse contexto, Mário de Andrade que estava à frente do Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo (desde 1935), foi convidado, em 1936, para elaborar uma proposta de lei que passou a ser tomada como um anteprojeto, uma base intelectual, para a criação legal do órgão preservacionista federal.

A desconsideração às propostas de José Marianno Filho e de José Wanderley de Araújo Pinho bem como o afastamento de Gustavo Barroso do cenário preservacionista nacional em muito refletem a tomada de decisão do poder estatal por um viés político-ideológico específico. Nesse ponto, caminhamos para a terceira etapa da fundamentação de uma política preservacionista brasileira, cujo princípio foi o da formulação de procedimentos e regulamentações para o estabelecimento legal e burocrático de formalidades no campo das ações protecionistas.

A partir daí, começou a surgir um novo desafio: associar uma política implementada pelo Estado a valores civis, ao sentido social e cultural de uma memória preservada pela e para a sociedade. Segundo Bomery (1991), o Brasil começou a vivenciar um desvirtuamento de uma política dos motivos para adentrar em uma política fundada na técnica. No entanto, apresenta que os modernistas não foram inocentes nessa mudança, pois em seus diagnósticos facilitavam a tomada de decisões em prol de um controle sobre políticas, acervos, reformas educacionais, projetos culturais, etc. Para a autora, o que houve foi que a partir da burocratização, as crenças acompanhadas pela paixão da descoberta, pela convicção de novas concepções, pela utopia da nacionalidade foram, aos poucos, desprendendo-se da rotina, restando um patrimônio legal “desprovido” de sentido. Nesse cenário de novas exigências

²⁵ ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil**: monumentos históricos e arqueológicos. Cidade do México: Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1952.

formais e burocráticas, o anteprojeto de Mário de Andrade passou por uma ampla reformulação para que pudesse ser transformado no texto que seria a base para uma legislação patrimonial.

Consideramos, em certo sentido, a visão de Bomery (1991) de que os procedimentos de institucionalização, burocratização e o aumento das formalidades na rotina no campo preservacionista apontam para uma ideia de esvaziamento do sentido social e cultural do discurso modernista e de tantos outros em detrimento de fundamentos legais e técnicos. No entanto, temos que tratar essa questão de forma mais delicada.

De fato, muitos dos interesses presentes nas propostas dos neocoloniais ficaram de fora tanto do dispositivo legal do órgão patrimonial quanto das ações de conservação e preservação na primeira fase gestacional dessa instituição. Mas pensar o patrimônio era uma questão complicada, principalmente porque a cultura preservacionista como prática estatal estava sendo construída em um período de embates – políticos, ideológicos, estilísticos - e, justamente, esse campo tratava de transformar, através de suas práticas, vários preceitos relacionados à noção de propriedade. Mais: não havia uma cultura patrimonial consolidada. O que podemos verificar é que existia uma noção de conservação e preservação, mas não ligada especificamente aos novos pressupostos, os quais apontavam para a necessidade de um redirecionamento ou mesmo de um posicionamento frente às teorias de conservação herdadas desde a Carta de Atenas, de 1931. Tais redirecionamentos tendiam a colocar em pauta não somente as técnicas no campo do restauro ou da conservação, mas, antes, as teorias envolvidas nessa noção tendo como princípio construir autoridade frente a diversos campos de saberes e às realidades dos campos de conhecimento científico em âmbito nacional.

Essas questões são interessantes para pensarmos sobre outras que estavam por trás desse processo. De fato, os modernistas articularam estrategicamente sua inserção nas políticas governamentais, fechando, efetivamente, as portas do órgão preservacionista para o diálogo com outras esferas de saber; principalmente com as de vinculações estilísticas e ideológicas semelhantes às de Ricardo Severo e José Marianno Filho. Todavia, os percursos que levaram os modernistas a adquirirem tal autoridade na esfera governamental podem ser melhor compreendidos nos últimos embates que tiveram com os neocoloniais.

Como mostrado por Kessel (1999), entre 1920 e 1930, o neocolonialismo conseguiu atingir o seu apogeu. Isso ocorreu, entre muitos fatores, pelas ações de José Marianno Filho frente à direção da Escola Nacional de Belas Artes (1926-1930). Tal reconhecimento pôde também ser constatado durante o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos (ocorrido no Rio

de Janeiro, em 1930), evento enunciado como o espaço de enfrentamento do neocolonialismo vitorioso na América e do modernismo crescente.

Essa hegemonia começou a ser ameaçada após o Golpe de 1930, quando Lucio Costa foi nomeado para assumir a direção da Escola Nacional de Belas Artes. Embora esse arquiteto tivesse amizade com Marianno, vinculação com o ideal tradicional e associação com Fernando Valentim em algumas obras neocoloniais - além de ter conquistado diversos prêmios com projetos neste estilo - renegou o neocolonial, filiando-se às ideias de Le Corbusier. Ao alterar o currículo da Escola Nacional de Belas Artes, deu início ao que ficaria conhecida como a “fase heróica” da implantação da arquitetura moderna no Brasil. Todavia, o encerramento efetivo do ciclo neocolonial deu-se com a construção da sede do Ministério da Educação e Saúde (1935-1945); prédio que se tornou o símbolo da passagem de poder para o grupo que se constituiu ao lado do ministro Gustavo Capanema; como os profissionais que formaram a equipe do SPHAN (KESSEL, 1999).

Cavalcanti (2006) explanou os confrontos que, desde 1935, se estabeleceram em torno da construção do Ministério da Educação e Cultura (MES). Neste ano, foi aberto o concurso de anteprojetos para a definição do que serviria de base para a construção deste prédio, sendo as propostas de Archimedes Memória, Rafael Galvão e Gérson Pinheiro, respectivamente, as vencedoras. Entretanto, as formas apresentadas para a nova sede do Ministério, não agradaram Gustavo Capanema que, após algumas articulações, desvalidou-as e deu início a uma busca sigilosa por novas soluções. Nesse processo, solicitou ao presidente Getúlio Vargas autorização para a contratação do arquiteto Lucio Costa com o objetivo de elaborar um novo plano. A solicitação foi aprovada e o convite oficializado em março de 1936. Lucio Costa, então, sugeriu que fosse montada uma equipe para dar andamento aos trabalhos, a qual foi composta por: Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Moreira, Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer.

O projeto elaborado por essa equipe tinha vinculação com o estilo moderno, sendo em grande parte uma reinterpretação da arquitetura moderna de Le Corbusier. Em função dos problemas gerados pela não utilização do anteprojeto de Archimedes Memória, Le Corbusier foi convidado para dar seu parecer sobre a nova proposta e ser consultor em sua finalização. O arquiteto fraco-suíço chegou ao Rio de Janeiro, em 12 de junho de 1936, ficando ao lado da equipe de Lucio Costa por quatro semanas.

Para Cavalcanti (2006, p. 48),

De 1935, ano da realização do concurso, até 1945, data de sua inauguração, longo embate foi travado a respeito do prédio, transformado no objeto por excelência da disputa entre neocoloniais e modernos – tratava-se, afinal, de materializar obra monumental, da sede do ministério encarregado de traçar as diretrizes “culturais” da nação; o aval estético governamental é, portanto, disputado palmo a palmo.

Tal embate refletiu também nas discussões sobre a apropriação legitimada do passado, que teria validação do Estado. A arquitetura moderna brasileira que se propôs reinterpretar a tradição construtiva no Brasil foi decisiva tanto no caso da sede do MES quanto para a outra vitória dos modernos: “[...] a criação e o domínio dos postos principais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. As bases teóricas que fundamentaram a retradução de valores para a formação de uma nova identidade nacional foram, portanto, elaboradas no campo da arquitetura por Lucio Costa e, pela vanguarda literária, por Oswald de Andrade e Mário de Andrade. Essas correntes unidas a outras tentavam mostrar como que o “novo” tinha vínculo com o “espírito do passado” e, ao mesmo tempo, representavam uma previsão “científica” do futuro (CAVALCANTI, 2006, p. 49).

Enfim, desde 1936, o órgão estatal preservacionista começou a ser reestruturado e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi integrado à estrutura do MES pela lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937. Já com o Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, as ações de proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional foram, então, regulamentadas.

Nos termos do Art. 1º do Decreto-lei 25/37, o patrimônio histórico e artístico nacional seria constituído pelo “[...] conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937, f. 01). Pelo Parágrafo 1º, ficou especificado que “[...] os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico ou artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo [...]” (BRASIL, 1937, f. 01).

A reação de José Marianno Filho contra a forma como o processo de criação e divulgação dos fundamentos do SPHAN foi efetivado pode ser verificada na seguinte manifestação:

Divulgado o regulamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico da Nação, deve considerar-se definitivamente equipado esse aparelho técnico de assistência e salva-guarda [...]. Dentre as pessoas que tem razões especiais

para se rejubilar com esse fato, ousou mencionar o meu nome, já que ninguém teve, ao menos que me conste, a generosidade de o fazer. Desde 1919, portanto, quase há vinte anos, lancei a ideia da criação de um aparelho de defesa do patrimônio artístico da nação [...]. Dois anos depois, no jornal “O Dia”, de Azevedo Amaral, formulei as bases do serviço a ser criado [...]. Foi por instâncias minhas que o ex-deputado Luis Cedro, espírito culto e tradicionalista sincero, apresentou o primeiro projeto criando o serviço de proteção aos monumentos públicos da arte [...]. A causa do patrimônio de arte da Nação foi o reflexo da campanha tradicionalista por mim iniciada e conduzida durante cerca de vinte anos. Eu estou nesta hora orgulhoso e esquecido [...]. Até Lucio Costa, que fez a apostasia solene do credo tradicionalista para abiscoitar a direção da Escola de Belas Artes, volta-se contrito aos arraiais passadistas, tecendo bestiálogos sem sentido à arte que ele ultrajou [...]. (MARIANNO FILHO, 1943²⁶ apud KESSEL, 1999, p. 88).

Importante destacar que no anteprojeto de Mário de Andrade o nome de José Marianno Filho havia sido mencionado para compor as Comissões Estaduais de Tombamento, instâncias previstas em complemento ao serviço federal; o que, como constatado no trecho citado, não foi efetivado (PINHEIRO, 2011).

A partir dessas novas deliberações outras questões começaram a aparecer, de fato e de direito, no campo do patrimônio. Este deveria enfrentar os diferentes interesses relacionados à revelação e preservação dos elementos que seriam considerados patrimônios nacionais, dentro dos discursos e práticas incorporados e desenvolvidos na esfera estatal.

4.2 O IPHAN e a institucionalização do patrimônio

Como mostrou Gonçalves (1991, p. 63-64), o foco do discurso dos intelectuais sobre o patrimônio cultural brasileiro esteve atrelado à questão da identidade brasileira, todavia, questionou: “[...] mas de que modo são produzidas essas identidades? Que estratégias discursivas, que retóricas são acionadas com o propósito de constituir essas identidades e memórias?”. O autor sugeriu que os discursos sobre o patrimônio cultural, em geral, são interpretados como um sistema de signos que não possui nenhuma ligação necessária com aquilo que significa. Para ele entre as comunidades de profissionais das ciências sociais e da preservação o uso similar de noções como as de “sociedade”, “comunidade”, “cultura”, “identidade”, “memória coletiva”, “tradição”, entre outras, tem trânsito livre – uma problemática em sua concepção.

²⁶ MARIANNO FILHO, José. *À margem do problema arquitetônico nacional*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1943.

Segundo essa modalidade de uso de tais palavras, o chamado patrimônio cultural é visto como uma “manifestação”, como uma “representação” ou ainda como um “símbolo” da “sociedade” ou da “cultura” brasileira entendida em sua totalidade. Ou ainda como uma “manifestação”, uma “representação” ou um “símbolo” de diferentes segmentos sociais ou “comunidades” que compõem a sociedade brasileira. (GONÇALVES, 1991, p. 65).

Esse uso também é feito por diferentes comunidades envolvidas em movimentos sociais que, a partir dessa estratégia discursiva, passam a buscar uma objetificação identitária pelo patrimônio. Para Gonçalves, essa tendência

[...] existe tanto no discurso nacionalista e no discurso étnico, quanto no discurso acadêmico dos cientistas sociais, no sentido de pensar a “sociedade” ou a “cultura” como uma coisa, uma entidade existente por si mesma, passível de ser “representada” (cognitivamente, moralmente, politicamente) por um observador em posição privilegiada. Um ponto a ressaltar aqui é o de que uma das principais consequências da chamada objetificação não é meramente confirmar a crença das pessoas em entidades como “sociedade” ou “cultura”; na verdade, esse processo de objetificação vem a produzir, discursivamente, a própria “realidade” dessas entidades. (GONÇALVES, 1991, p. 66).

Em continuidade a esse pensamento, o autor lançou novos questionamentos, sendo sua intenção pensar a maneira como a nação pode ser objetificada pelos discursos do patrimônio ou o modo como a nação pode ser produzida nos discursos sobre o patrimônio. Com essa proposta, foi buscar nos discursos de Rodrigo Melo Franco de Andrade e de Aloísio Magalhães o embasamento para fundamentar suas proposições.

Como destacou, para Rodrigo Melo Franco de Andrade os monumentos e objetos mencionados no Decreto-lei 25/37 poderiam ser considerados como documentos de identidade da nação brasileira na medida em que estabeleceriam um vínculo entre o presente e o passado; elemento importante para afirmar a existência do Brasil enquanto unidade nacional. Em suas colocações sobre a questão, apresentou, ainda, que os monumentos da arte e da história do Brasil estariam em constante e crescente perigo por vários fatores, sendo o principal, a indiferença da população (ANDRADE, 1987).

Rodrigo Melo Franco de Andrade, assim como os modernistas brasileiros, identificou uma urgência dentro da cultura brasileira: a exposição dos objetos do passado a um perigo constante, a destruição ou o desaparecimento. Na verdade, podemos dizer que esses intelectuais não apenas identificaram essa questão, mas criaram tal realidade. Isso porque, na medida em que lançaram novos olhares sobre os objetos do passado começaram a valorizá-los

de forma diferenciada, colocando-os como elementos imprescindíveis aos planos e projetos estatais de construção da nação brasileira. Dessa forma, foi construída a necessidade de protegê-los e de criar mecanismos para isso: um *corpus* documental que pudesse materializar, oficializar e validar essas tantas retóricas discursivas.

Pela arqueologia do saber patrimonial percebemos que a discursividade do dispositivo “documento” e sua validação na esfera de poder estatal, tanto pelas formalidades legalistas quanto pelos discursos oficializados, tem como base grades de formação, inter-relacionamento e articulações entre diferentes tipos de enunciados para a emergência de um específico: patrimônio tombado.

Compreendemos que essas grades de formações são constantemente dinamizadas, uma vez que um discurso oficial não é o resultado final de um processo, mas o entrelaçamento de procedimentos anteriores, atuais e posteriores. Dessa maneira, são nas práticas discursivas patrimoniais que se configuram as atualizações do saber patrimonial, sua circulação e deslocamentos em direção a novas emergências enunciativas e, conseqüentemente, enunciações patrimoniais (leia-se: bens enunciados como patrimônio tombado). Ainda é de nosso entendimento que um enunciado é sempre uma emergência que deve ser analisada no sentido de apreender as formas que levam à sua regularidade e os diversos tipos de relações necessárias para estabelecê-lo como parte de um discurso formal ou formalizado (FOUCAULT, 2008c).

Com base nessas proposições, compreendemos que as práticas discursivas e documentais coexistem no campo do patrimônio no feixe complexo das relações de saber/poder, apontando para a materialidade da discursividade no documento. Assim sendo, as regularidades destas práticas é que delineiam as operações sobre os objetos de determinadas formações discursivas e agem para a definição de regras e sistemas normativos, os quais criam condições de estabilidade às ações preservacionistas. Deste modo, a documentação patrimonial, em seu aspecto material e discursivo, caracteriza-se como um dispositivo que age em direção à materialização e validação de enunciados e, conseqüentemente, torna-se o instrumento através do qual um patrimônio tombado emerge institucionalmente.

A articulação efetiva dessas grades discursivas no corpo governamental foi mais evidente durante a instituição do Estado Novo (1937-1945), momento em que Getúlio Vargas buscava se fortalecer politicamente após vários conflitos oposicionistas presentes durante o Governo Provisório Constitucionalista. Com essa proposta, tentou assegurar condições para reformas políticas e administrativas, incorporando intelectuais para atuarem na esfera

governamental em um amplo projeto nacionalista. Assim, o pensamento intelectual, ao lado de um governo ditatorial, construiu a ideia de uma identidade nacional baseada não nas necessidades dos grupos que a compunham, mas em uma projeção do que se qualificaria como “brasileiro”. Nesse quadro, o SPHAN passou a ter certa autonomia em meio a um governo centralizador e autoritário na medida em que desenvolvia uma ação governamental que estava ligada a interesses mais amplos do Estado. O SPHAN, na verdade, foi utilizado estrategicamente pelo governo de Getúlio Vargas, pois, através de seu forte projeto político e cultural, auxiliou na construção e promoção da imagem de um Estado preocupado com o povo e sua cultura (MIGUEL; CORREIA, 2009). Essa certa autonomia também permaneceu durante o Regime Militar (1964-1985), entre tantas questões, pelo prestígio e força de articulação política de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Nesse quadro político, Rodrigo Melo Franco de Andrade foi diretor do órgão preservacionista federal²⁷ entre 1937 e 1967. Ao seu lado, estavam também outros intelectuais, tais como: Carlos Drummond de Andrade (organizador do arquivo e chefe da Seção de História); Lucio Costa (chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos); Afonso Arinos de Melo Franco e Prudente de Moraes Neto (consultores jurídicos); Manuel Bandeira (colaborador em várias publicações); Noronha Santos e Gilberto Freire (colaboradores nos trabalhos de investigação social e artística do Brasil); e outros (MIGUEL; CORREIA, 2009).

Para Miceli (2001, p. 210), esses “intelectuais à brasileira”, “[...] acabaram se tornando modelos de excelência social da classe dirigente da época à medida que suas obras se converteram em paradigmas do pensamento político no país”. Nesse ponto, é que podemos compreender a certa autonomia do SPHAN, esta ligada à legitimidade intelectual e ética de muitos desses personagens que tinham trânsito livre pelas principais instâncias do sistema de poder estatal.

A primeira fase do órgão patrimonial, a “fase heróica”, foi marcada pelo centralismo e autoritarismo das ações preservacionistas; estávamos em um período autoritário e o conhecimento sobre o campo do patrimônio era controlado pelo corpo de profissionais envolvido no trabalho de identificação e preservação. Além disso, tais práticas eram personificadas na figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade.

²⁷ O órgão preservacionista federal recebeu várias denominações ao longo de sua história, em função das suas diferentes estruturas e vinculações, sendo estas as seguintes: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (1937-1946); Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, DPHAN (1946-1970); Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (1970-1979); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e Fundação Pró-Memória (1979-1981); Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (1981-1985); Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (1985-1990); Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, IBPC (1990-1994); e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN (desde 1994).

Nesse período, foram tombados, aproximadamente, 716 monumentos e obras de arte, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos de cidades. Além disso, foram classificados, catalogados e restaurados os documentos dos Cartórios de Mariana, Sabará, Ouro Preto e Goiás (THOMPSON, 2009).

Após a saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu substituto foi Renato Soeiro²⁸ (1967-1979) que, além de estar inserido em um dos piores períodos do Regime Militar, tinha um perfil bastante diferenciado: uma postura mais técnica do que de burocrata e articulador político.

Entretanto, durante a sua direção, mesmo em meio a um governo centralizador e ditatorial, foi possível o início de um novo processo voltado à descentralização das políticas preservacionistas através do diálogo mais próximo entre o governo federal e os estaduais – proposta que já havia sido sugerida por Wanderley de Araújo Pinho. Como resultado desses diálogos, foram elaborados: o Compromisso de Brasília (1970), o Compromisso de Salvador (1971), o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (1973) e o Programa de Cidades Históricas (1977). Ainda, entre os anos de 1970 e 1980, os Cursos de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE) passaram a assumir um caráter mais sistemático²⁹.

De 1937 a 1967, portanto, o órgão preservacionista federal assumiu um caráter mais centralizador e vinculado à imagem de Rodrigo Melo Franco de Andrade; postura que em muito representa o fechamento do órgão aos diálogos com outras frentes, garantindo assim sua autoridade. Após esse período, entre 1967 e 1979, um novo processo foi iniciado não somente de descentralização das práticas patrimoniais, mas no sentido de formar e compor um corpo de profissionais mais especializado para atuar no campo do patrimônio.

²⁸ Renato Soeiro fez parte das estruturas do órgão preservacionista federal desde o início de suas funções. Em 1938 se tornou assistente técnico e, em 1940, foi contratado como arquiteto. Entre as décadas de 1940 e 1950 participou de vários encontros internacionais que discutiam questões referentes à preservação e conservação de bens culturais. Em 1946 tornou-se diretor da Divisão de Conservação e Restauração da DPHAN (THOMPSON, 2010).

²⁹ O primeiro curso de especialização de profissionais para atuar no campo do patrimônio foi ministrado por Luís Saia (e outros profissionais) e realizado em 1974 na cidade de São Paulo/SP, através do convênio firmado entre IPHAN, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU) e Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Turístico de São Paulo (Condephaat). No ano de 1976 foi firmada outra parceria entre IPHAN e Universidade Federal de Pernambuco. Em 1978, pelo convênio com a Universidade Federal de Minas Gerais, o IPHAN ofereceu mais um curso na cidade de Belo Horizonte; e em 1980 novo convênio foi realizado com a Universidade Federal da Bahia e oferecido o curso em Salvador. Desde então, a UFBA passou a sediar os eventos do CECRE a partir da parceria entre Secretaria de Cultura do Ministério da Educação e Cultura e a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Pró-Memória, com a intervenção do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia e da UNESCO. Em 2009, o CECRE passou a ser Mestrado Profissional (MP-Cecre), aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (THOMPSON, 2010).

Em 1979, com a entrada de Aloísio Magalhães na diretoria do IPHAN, essas transformações continuaram, junto a toda uma série de mudanças que foram incorporadas às estruturas desse órgão. Tais modificações foram de caráter discursivo, político e administrativo, tendo como base os pensamentos e estruturas de ação propostas em parceria com o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Criado em 1975, o CNRC foi resultado das discussões realizadas entre Aloísio Magalhães (Secretaria de Tecnologia Industrial), Severo Gomes (ministro da Indústria e Comércio) e o embaixador Wladimir Murinho (secretário da Educação do Distrito Federal). Os idealizadores tinham o propósito de unir projetos de desenvolvimento a projetos de reconhecimento e valorização dos produtos da cultura nacional, sendo seu objetivo principal desenvolver um sistema referencial para a descrição e análise da dinâmica cultural brasileira para reformulação da identidade nacional.

Em 1976, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Interior, o Ministério das Relações Internacionais, a Caixa Econômica Federal, a Fundação Universidade de Brasília e a Fundação Cultura do Distrito Federal também passaram a fazer parte desse grupo. No ano de 1977 aderiram ao convênio o Banco do Brasil e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Já em 1979, o CNRC foi fundido ao IPHAN e ao Programa de Cidades Históricas (PCH); depois foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória. Tais fusões geraram a transformação do IPHAN em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesse cenário, a SPHAN seria o órgão administrativo e a Fundação Pró-Memória, o operacional. No interior da SPHAN, os trabalhos do CNRC eram desenvolvidos pela Coordenadoria Nacional de Referência Cultural (THOMPSON, 2010).

Segundo Fonseca (1991), no método de trabalho do CNRC as manifestações culturais pesquisadas deviam ser compreendidas em sua trajetória e em sua relação com o contexto onde eram produzidas e por onde circulavam. Os agentes envolvidos nesses trabalhos eram de diferentes áreas - físico-matemáticos, com especialização em informática e educação; técnicos em biblioteconomia e documentação; cientistas sociais, entre outros. Estes profissionais buscavam apreender a dinâmica específica a cada processo cultural estudado produzindo referências e, depois, tipologias e modelos. O primeiro momento dessas ações esteve voltado às experiências de referenciamento, divulgadas através de Relatórios Técnicos que apresentavam processos de trabalhos documentados. O segundo compreendeu o mapeamento do artesanato brasileiro, levantamentos socioculturais, elaboração da História da ciência e da tecnologia no Brasil e levantamento documental do país.

Dessa maneira, verificamos como a produção documental começou a ter maior destaque no âmbito dos órgãos culturais no sentido de ser o instrumento para materialização, concretização e estabilização de elementos abstratos, tornando-os pontos de referência em meio às modificações características desse universo; sendo esta também a pré-condição para o funcionamento do órgão preservacionista federal. Ou seja, o CNRC começou a produzir inscrições que conservassem o meio-termo entre a presença e ausência, entre o visto e a sua representação, criando assim a forma de alguma coisa sem ter necessariamente que recorrer constantemente a ela. Dessa maneira, estruturou os princípios de ação para que muitas outras centrais de produção e acúmulo de registros pudessem se desenvolver, tais como o Arquivo do IPHAN - questão que abordaremos posteriormente (LATOURE, 2000).

Com a nomeação de Aloísio Magalhães para a direção do IPHAN, em 1979, o término do convênio do CNRC e a fusão, no final do mesmo ano, do CNRC, do IPHAN e do PCH da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), teve início uma série de rápidas mudanças³⁰ que culminaram, em 1981, na criação da Secretaria da Cultura do Ministério da Educação e Cultura (SEC/MEC). Neste ano, Aloísio Magalhães realizou um seminário no MEC, em Brasília, reunindo representantes de todos os órgãos da SEC/MEC. Deste seminário, resultou o documento “Diretrizes para a operacionalização da política cultural do MEC”. Por este documento, a área cultural seria organizada a partir de duas vertentes, cuja relação se estabeleceria da seguinte maneira:

Na imagem que me ocorre a vertente patrimonial lembra uma rotação ou um círculo de diâmetro muito amplo e rotação lenta, enquanto a ação cultural, na criação do bem cultural, é um círculo de diâmetro curto e de rotação muito rápida. Ambas essas rotações, ambos esses círculos trabalham interagindo um com o outro, mas têm os seus tempos e a sua dinâmica própria e específica. (MAGALHÃES, 1985, p. 134).

Desde então, construiu-se um novo campo discursivo, através do qual as ações patrimoniais começaram a se vincular ao tratamento e difusão da ideia de patrimônio cultural; entendido a partir da diversidade cultural.

Gonçalves (1991) apresentou que Aloísio Magalhães propunha uma visão sobre o patrimônio não somente vinculada a bens móveis e imóveis associados a um passado histórico, mas a bens culturais ligados à vida cotidiana; instrumentos através dos quais seria

³⁰ Houve nesse período a fusão da SPHAN com a Secretaria de Assuntos Culturais, o que gerou a Secretaria da Cultura como órgão central de direção superior na área cultural do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Em meio a essa fusão, a SPHAN se tornou Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (THOMPSON, 2010).

possível identificar “[...] os mais autênticos valores de uma nacionalidade” (MAGALHÃES, 1985, p. 42). Para ele, os bens culturais seriam instrumentos para garantir um desenvolvimento harmonioso (econômico, tecnológico) desde que fosse levada em consideração a identidade cultural da nação. O principal objetivo de sua política era identificar e defender os componentes básicos da cultura brasileira e promover um desenvolvimento que não expusesse a nação a nenhum perigo que levasse à perda de sua identidade cultural. Essa problemática – perda da identidade – foi mostrada como um risco crescente desde a Revolução Industrial, em fins do século XVIII, e dos novos movimentos desenvolvimentistas que tendiam a privilegiar o novo em detrimento do antigo.

Segundo Fonseca (1991), durante a década de 1970 houve uma mudança significativa nas orientações de Rodrigo Melo Franco de Andrade, tanto em termos conceituais quanto de perfil institucional. Isto porque o CNRC se propôs a uma atuação supletiva em relação ao IPHAN que, naquele momento, era considerado incapaz de atender às obrigações do Estado frente ao patrimônio cultural brasileiro. Para ela, as preocupações tanto de Rodrigo quanto de Aloísio Magalhães estavam pautadas na afirmação da identidade nacional através da defesa dos valores culturais nacionais, de modo a possibilitar a incorporação de influências externas sem a descaracterização dos elementos internos. No entanto, cada um agiu através de uma visão específica sobre o que era patrimônio.

Para a autora,

Se é possível dizer que à aura de Rodrigo correspondia o prestígio do IPHAN - na medida em que o trabalho dessa instituição se materializou em pesquisas, tombamento, restauração de monumentos e, sobretudo, em memoráveis batalhas contra interesses poderosos – o mesmo não se aplica relativamente a Aloísio e às instituições que dirigiu. Na verdade, o que apareceria em primeiro plano era a figura de Aloísio, seu discurso, suas ideias, mas, após sua morte, a não ser em casos isolados – como os tombamentos do Terreiro da Casa Branca, em Salvador, e da Serra da Barriga, em Alagoas – poucas ações indicaram claramente sua influência na cena da política federal de cultura. (FONSECA, 1991, p. 88).

Todavia, o discurso de Aloísio Magalhães se disseminou e serviu de modelo para muitas propostas na área cultural brasileira na década de 1980, podendo ser reconhecido nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, os quais tratam sobre as deliberações no âmbito da cultura e do patrimônio no Brasil.

Gonçalves (1991) apresentou que tanto no discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade quanto no de Aloísio Magalhães a ênfase na ameaça de destruição ou de perda definitiva do patrimônio cultural foi uma estratégia discursiva que teve um papel fundamental

na constituição do próprio patrimônio. Segundo o autor, esses discursos podem ser lidos como narrativas onde a nação brasileira tem a sua identidade e a sua memória definidas a partir de uma perda (a perda da tradição, no caso de Rodrigo Melo Franco de Andrade, ou da diversidade cultural, no caso de Aloísio Magalhães). Esse personagem – a nação - estaria permanentemente em busca de sua identidade e de sua memória, características que seriam atingidas através daqueles bens que comporiam o patrimônio cultural. Daí o impulso no sentido de identificar, colecionar, restaurar e preservar esses bens; que só existem enquanto valores culturais, na medida em que estão sendo perdidos.

Gonçalves (1991, p. 73)³¹ mostrou que nos dois discursos

[...] esse processo de perda é interpretado como um dado histórico, como o resultado de um processo histórico “objetivo”. Na medida em que narram uma presente e progressiva situação de perda, eles simultaneamente justificam seu trabalho de defesa, resgate, apropriação, coleção, preservação e restauração de um determinado patrimônio cultural. No entanto, eles próprios criam aquela situação de “perda” através de suas narrativas, através do processo de descontextualização e de reapropriação dos objetos que virão a compor o chamado patrimônio nacional. Assim procedendo, eles produzem, no mesmo movimento, os valores que estão sendo supostamente destruídos pelo processo histórico. Esses valores são concebidos como fragmentos que apontam para uma totalidade imaginária, original e distante.

Em continuidade a esse pensamento, pontuou que as políticas de patrimônio cultural tornaram-se uma busca que inventa e justifica, constantemente, seu próprio objeto. Em sua concepção, os bens que compõem o patrimônio cultural, a partir dos discursos abordados, são fragmentos que convidam a um interminável trabalho de colecionamento e reconstituição em busca de uma totalidade que jamais se realiza; essas narrativas tentam operacionalizar uma realidade social e histórica, a nação, que é algo fugidio e inalcançável. Nessa perspectiva, apresentou que é a busca interminável dessa realidade que produz e autentica a “nação” enquanto totalidade por meio das ações de identificação, colecionamento e preservação (GONÇALVES, 1991). Em nossa concepção, essa busca é também o que permite a existência do próprio campo do patrimônio.

Nesse sentido, observamos um novo direcionamento a partir das propostas de Gonçalves, o qual nos aponta para os procedimentos de atribuição de valores no campo patrimonial, processo cada vez mais complexo frente à ampliação da noção de patrimônio.

³¹ O mesmo autor aborda de forma mais detalhada essas questões em sua obra: **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

Os embates que englobam campos de disputas e jogos entre saberes e poderes podem ser observados e destacados atualmente pelas abordagens que colocam no campo do saber patrimonial tanto os objetos quanto os valores a eles atribuídos como fatores integrados. Como mencionado por Meneses (1992), falar de patrimônio é mencionar valores que são sempre atribuídos a um bem e, conseqüentemente, historicamente marcados.

Castriota (2009) ao abordar esse tema mostrou que o uso do termo patrimônio sofreu uma ampliação e deslocamento ao longo dos tempos, sendo hoje, utilizado em uma série crescente de expressões, tais como: “patrimônio arquitetônico”, “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio cultural” e “patrimônio natural”. Além disso, houve também uma ampliação em cada uma dessas expressões. Por exemplo, a ideia de patrimônio arquitetônico que se relacionava a monumentos únicos passou a englobar conjuntos arquitetônicos, arquitetura rural, etc. No caso do patrimônio cultural, a ideia de cultura erudita abriu campo para as manifestações populares e para a moderna cultura de massa. Assim, na medida em que estas noções e possibilidades de patrimônio foram sendo ampliadas começou a ser necessário o recurso a novos instrumentos de conhecimento e análises, bem como a um corpo de profissionais diferenciado, uma equipe interdisciplinar que pudesse operacionalizar tanto essa ampliação de conceitos como a dinâmica do próprio universo do patrimônio.

Em meio a essas transformações, uma ação que acompanhou o fazer patrimonial desde o início de suas práticas tem chamado cada vez mais a atenção: a atribuição de valores. Como apontado por Castriota (2009), este processo sempre esteve presente, explícita ou implicitamente, nas decisões sobre a conservação do patrimônio. Isso porque é através desse procedimento, realizado por comunidades ou pelo poder público, que será tomada a decisão de se conservar ou não um bem cultural. Ou seja, as políticas patrimoniais no procedimento de tratar a dialética lembrança-esquecimento, para criar determinada memória e instituir um patrimônio, privilegiam certos aspectos em detrimento de outros. Esses aspectos podem ser apreendidos como os valores recuperados, reconhecidos ou construídos e que poderão servir ao interesse de valorizar ou não um bem cultural.

No entanto, o autor apresentou que se hoje percebemos que os valores são fatores decisivos nas práticas do campo do patrimônio é porque está cada vez mais presente a necessidade de se

[...] explicitar essa operação de atribuição de valores, explicitação que se torna necessária na medida em que o próprio campo do patrimônio se complexifica, tanto pela exponencial ampliação e deslocamento desse

conceito, quanto pela introdução de novos atores em cena [...].
(CASTRIOTA, 2009, p. 95).

Castriota (2009) apontou também que até algumas décadas a questão da atribuição de valores não parecia ser controversa nem digna de investigação, pois a maioria dos conceitos que norteavam essa ação era de conhecimento e domínio de um pequeno grupo de profissionais e suas decisões eram “aceitas” sem maiores possibilidades de discussões. Todavia, no final do século XX, com a introdução de novos agentes no campo do patrimônio e com o advento dos aspectos intangíveis ligados aos bens culturais, a questão dos procedimentos de atribuição de valores, sempre subjacentes nesse campo, começou a ser explicitada.

Como demonstramos na dissertação de mestrado, a partir dessa explicitação podemos compreender a constituição do patrimônio institucional como uma prática existente somente por meio da materialização de informações, valores e funções que são encontradas ou que se pretende atribuir aos bens. É somente pela forma como os elementos de informação e os valores são registrados, em documentos burocráticos e institucionais, que podemos pensar no patrimônio e na sua constituição; na preservação de bens culturais e na manutenção de pontos de referência em dadas sociedades e momentos históricos.

Nessa perspectiva, as instituições e os agentes preservacionistas atuam com o processamento de informações, com o registro de informações, com a elaboração de documentos patrimoniais. Uma documentação que garante a recuperação, criação e o registro de conteúdos informacionais necessários para justificar os interesses pela preservação de bens culturais e sustentar, através de documentação probatória (valorativa e de valor) o ato preservacionista outorgado por meio do tombamento.

Dessa forma, as ações de preservação e conservação passaram a construir instrumentos para a manutenção dos bens, fisicamente, e dos valores que lhes foram atribuídos, abstrata e historicamente. Assim, a revelação e compreensão do universo de constituição do patrimônio, dos motivos que geraram ações preservacionistas, dos procedimentos realizados e das intenções dos agentes envolvidos nesse processo permite o tratamento do patrimônio institucionalizado de forma integrada, na medida em que passamos a compreender que os valores estão inscritos nos documentos e são historicamente marcados.

Segundo Castriota (2009, p. 108), este fato tem sido reconhecido por diferentes órgãos e instituições ao redor do mundo. Como exemplo citou os casos do *International Council on Monuments and Sites* (ICOMOS) da Austrália, do *National Park Service* nos Estados Unidos e da *English Heritage* no Reino Unido. Ambos os espaços, a partir de uma política de gestão

da conservação integrada tentam incorporar os valores na tomada de decisões. Pelos termos da missão do *National Park Service* é preciso “[...] preservar ilesos os bens e os valores naturais e culturais do sistema de parques nacionais para a fruição, educação e inspiração desta e das próximas gerações”.

Embora a questão dos valores venha recebendo uma atenção diferenciada por algumas instituições, esta área ainda requer um aprofundamento em termos de fundamentos teóricos. Como mostra Castriota, com base no relatório do *Getty Conservation Institute* (GCI) de 2000,

A agenda de pesquisa na área da conservação ainda está centrada nos seus aspectos físicos, raramente envolvendo a discussão dos significados e valores complexos em jogo, dos agentes e das negociações possíveis. Ainda vista fortemente como uma tarefa mais técnica que social, a conservação não estaria conseguindo estabelecer uma base conceitual mais sólida, atraindo as contribuições mais significativas das ciências humanas e sociais. Daí a necessidade de um marco teórico mais sólido para se enfrentar essa questão, e a necessidade de se explorar a fundo a questão dos valores como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação. (CASTRIOTA, 2009, p. 109).

Em concordância com essas novas questões que começaram a surgir no campo do patrimônio, propomos dar visibilidade ao universo que preserva a documentação que materializa todo o campo abstrato de valores atribuídos a bens culturais e os embates políticos-ideológicos; campo que mantém materialmente o corpo dos procedimentos de objetificação de discursos e valores: o Arquivo do IPHAN.

5 O LUGAR DO PATRIMÔNIO: O ARQUIVO CENTRAL DO IPHAN/SEÇÃO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo revisitamos pensamentos sobre o arquivo apontando para a materialidade e os processos de documentar, características que possibilitam a compreensão do documento como dispositivo material de poder no âmbito do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ).

Em decorrência, apresentamos os processos de constituição do Arquivo do IPHAN, seus principais movimentos, organização física e os instrumentos administrativos/legais voltados ao desenvolvimento de ferramentas para gestão e valorização dos seus conjuntos documentais. Por fim, analisamos o ACI/RJ como uma “central de cálculo”³² (LATOURE, 2000) e, conseqüentemente, como um *lugar praticado* (CERTEAU, 2004) para compreendermos de que maneira a documentação patrimonial configura-se como um dispositivo social de poder.

5.1 O arquivo: percursos do documento/dispositivo

Hofman (2007) sugere duas perspectivas para pensarmos um arquivo e o processo de arquivar. A primeira seria uma visão *retrospectiva* através da qual, o olhar para trás, possibilitaria caracterizar e determinar a natureza de um arquivo e sua transmissão ao longo do tempo. Já por uma visão *prospectiva*, considera-se o processo de criar ou construir um arquivo em uma organização, sendo o enfoque direcionado à criação, captura e seleção de registros.

Por meio dessa proposta, o que está em pauta é a análise da intenção de se criar uma fonte de informação valiosa dentro de uma organização, podendo esta tornar-se parte da memória social, chamada frequentemente de patrimônio cultural. Como pontua Certeau (2004, p. 172), “[...] vista perspectiva e vista prospectiva constituem a dupla projeção de um passado opaco e de um futuro incerto numa superfície tratável”.

A leitura de Upward (2007) da obra de Michel Foucault o fez destacar que o arquivo é uma entidade singularmente diversa que controla pensamentos e que, ironicamente, nunca

³² A expressão “central de cálculo” não será utilizada no sentido literal, vinculado ao seu formato matemático ou aritmético, mas para fazer menção a um centro de controle à distância, de coordenação de ações, práticas e interações.

pode quebra-se por completo, uma vez que está sempre pronto para desorganizar as formações discursivas que tem construído.

Em nossa concepção, a ideia de arquivo de Foucault não está ligada somente à noção mais usual que se relaciona, em linhas gerais, à ideia de um espaço físico para guarda ou a reunião de documentos. Para ele, o arquivo seria o sistema das condições históricas de possibilidade de enunciados. Ou seja, o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados que continua funcionando e se transforma através da história e mediante o aparecimento de outros discursos. Como mostra Castro (2009, p. 43), as regras de um arquivo na concepção de Foucault definiriam:

[...] os limites e as formas da *decibilidade* (do que é possível falar, o que foi constituído como domínio discursivo, que tipo de discursividade possui esse domínio), os limites e as formas de *conservação* (que enunciados estão destinados a ingressar na memória dos homens, pela recitação, a pedagogia, o ensino; que enunciados podem ser reutilizados), os limites e as formas da memória tal como aparece em cada formação discursiva (que enunciados reconhece como válidos, discutíveis ou inválidos; que enunciados reconhece como próprios e quais como estranhos), os limites e as formas de *reativação* (que enunciados anteriores ou de outra cultura retém, valoriza ou reconstitui; a que transformações, comentários, exegeses e análises os submete), os limites e as formas da *apropriação* (que indivíduos ou grupos têm direito a determinada classe de enunciados, como define a relação do discurso com o seu autor; como se desenvolve entre as classes, as nações e as coletividades a luta para encarregar-se dos enunciados)³³.

Segundo Upward (2007), a partir desse complexo conceito de arquivo heterotípiano, Foucault dirigiu sua atenção para a necessidade de liberar o conhecimento a partir do arquivo, mas de um arquivo tal como havia se constituído dentro das formações discursivas e não do que teria sido suprimido pelos processos de gestão arquivística.

Por este ponto de vista, podemos fazer uma analogia entre a ideia de “cidade-conceito” apresentada por Certeau (2004) e uma possível noção de “arquivo-conceito”. O arquivo, pensado desde os processos de criação de modelos políticos estatais modernos, seria definido/reconhecido pouco a pouco através de todas as suas funções e predicados disseminados e atribuídos mediante os múltiplos processos que lhe concederia um nome próprio. Além disso, ele seria o espaço definido a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas sobre as outras. Esse lugar seria organizado por operações “especulativas” e “classificadoras”, através das quais seriam combinadas as ações

³³ Decidimos manter essa citação na íntegra por explicar de forma mais detalhada os pontos que foram considerados por Michel Foucault para elaboração de seu pensamento sobre o arquivo.

de gestão e eliminação. Entretanto, uma organização funcionalista obscureceria a sua condição de possibilidade, ou seja, a de um “[...] próprio espaço que passa a ser o não-pensado de uma tecnologia científica e política”. No entanto, quando iluminamos essas condições podemos trabalhar com a ideia de “arquivo-conceito”, que opera como objeto e agente: “[...] lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos [...]” (CERTEAU, 2004, p. 174).

Essas questões teóricas que englobam também o universo prático da Arquivologia auxiliam-nos na reflexão acerca da relação existente entre o arquivo e o exercício do poder. Pensamos que os enunciados pronunciados exercem poder, assim como os registros também exercem poder intrínseco, o que nos aponta para reificação social dos arquivos na medida em que comportam elementos materiais e imateriais; podendo assim exercer poder pelo que registram, pelo que não registram e pela forma como um registro é realizado (KETELAAR, 2007).

Como apresentou James Scott³⁴ (1998 apud KETELAAR, 2007, p. 388), para a Nação-Estado Moderno não existem fatos senão aqueles que estão contidos nos documentos, olhar este que impregna o registro, principalmente quando o “arquivista” e o “arquivado” pertencem a sistemas diferentes de poder. Tal fato pode ser observado, por exemplo, em territórios colonizados e/ou ocupados. A análise de Ketelaar, nesse sentido, sugere que

A “transformação arquivística” na erudição pós-colonial tem conduzido à redescoberta do poder refletido nos registros e do poder dos registros. Um desses poderes é o de que os arquivos coloniais não são somente, como argumenta Ann Stoler, “produtos da maquinaria do Estado, é menos óbvio que também são, por direito próprio, tecnologias que reforçam a produção dos mesmos estados”. (KETELAAR, 2007, p. 388, tradução nossa).

Dessa forma, devemos lembrar que os registros também podem ser vistos a partir do seu poder social, sendo estes tanto instrumentos de opressão como capacitadores de autoridade e liberação. Nesta perspectiva, Ketelaar (2007) observa que os sujeitos oprimidos pelo poder se convertem em sujeitos do registro criado por esse poder; os que não tinham voz na criação e uso do registro, por causalidade retrospectiva, passam também a ser considerados atores dentro da genealogia semântica do registro e do arquivo. O autor concluiu dizendo que os registros têm e são um poder.

Cook (1998) apresenta que nenhum registro é um mero subproduto e sim um produto consciente para criar ou servir a um propósito, embora essa consciência possa ser

³⁴ SCOTT, James C. **Seeing like a state**. New Haven: Yale University Press, 1998. p. 82-83.

transformada, perdida ou deturpada em padrões inconscientes de comportamento social, em um discurso institucional e em fórmulas padronizadas de apresentação. Mais, Schwartz e Cook (2002) mostram que pelo pensamento dos arquivos o passado é controlado, certas histórias são privilegiadas e outras marginalizadas. Assim, devemos entender que os arquivos não são armazéns passivos para coisas antigas, mas sítios ativos onde o poder - como os registros nele armazenados - é negociado, constatado e confirmado.

Essas questões nos aproximam dos encaminhamentos propostos por Frohmann (2008a) sobre a materialidade da informação através da vida institucional dos documentos. Para o autor, os documentos passam a adquirir massa, peso, inércia e energia – elemento essencial para impulsionar efeitos – por meio do seu percurso em diferentes instâncias de poder no interior das instituições.

A convicção de Frohmann (2008a) é a de que ao nos atentarmos sobre a materialidade da informação podemos compreender seu caráter público e social, considerações fundamentais para o entendimento dos regimes de informação. Por esta perspectiva, o autor analisa tais questões a partir de dois eixos: o documento (a coisa) e a documentação (o processo). Em sua concepção, se “documento” é o dispositivo que nomeia a materialidade da informação, a “documentação” seria o meio/processo para a materialização da informação. Dessa forma, os estudos de documentação teriam como proposta analisar as consequências e os efeitos dessa materialidade no âmbito das práticas públicas, econômicas, sociais, políticas e culturais.

A orientação teórica das suas considerações teve como base os estudos de Michel Foucault sobre a materialidade das práticas. O pensador francês, ao analisar as enunciações e as declarações, direcionou sua atenção não sobre os documentos pelo viés da informação, pelo que poderiam significar ou representar. Seu ponto de vista abarcou a existência da informação, ou seja, sua materialidade, a forma como surgiu, as regras que conduziram suas transformações e a sequência dos elementos que foram operacionalizados para tal condição (FROHMANN, 2008a).

Por meio dessas definições, sua concepção sobre a materialidade apontou para a ideia de que não é tudo que pode ser feito com uma enunciação, pois esta exige graus de estabilidade, de acomodação e de resistência a transformações. Em outras palavras, uma enunciação pode ser compreendida - dada a sua existência - a partir das condições que levam à sua estabilização, das ações que mantém esta estabilidade, da forma como exercem poder e força, da maneira como os efeitos prosseguem e, em outro ponto, como são desestabilizadas, como se desintegram e como elas cessam sua existência. Tais questões podem ser verificadas

pelo grau de engajamento institucional das enunciações, uma vez que estas são vinculadas à natureza da ordem, elemento essencial para que novas articulações e reorganizações possam existir em diferentes dinâmicas de localização espaço-temporal. A materialidade, portanto, revelaria a enunciação como um objeto paradoxal e ao mesmo tempo específico: esta emerge em sua materialidade, é manipulada, transformada, integrada a operações e estratégias, serve ou resiste a vários interesses, participa de desafios e de impasses e se torna tema de apropriação ou rivalidade (FROHMANN, 2008a).

A partir desses pontos de articulação, o propósito de Frohmann (2008a) foi perceber o que Foucault disse sobre as enunciações para identificar os recursos teóricos necessários para pensar a materialidade da informação por meio da documentação. Ao conceber os documentos como enunciações e a materialidade como disposição da instituição, o autor começou a verificar que os documentos que circulam, por meio e entre as instituições, têm uma materialidade definida e específica. Estes seriam o resultado da articulação e dos agenciamentos presentes em várias redes de operações estratégicas.

Para Frohmann (2008a), as práticas documentárias institucionais criam condições de estabilidade suficientes para configurar a vida social, uma vez que materializam campos de força que fundamentam as características sociais e públicas da informação em nosso tempo. Ou seja, servem para classificar e criar existências diversas no corpo humano e social em dadas historicidades.

Essas questões foram tratadas de forma mais específica na obra em que o autor abordou considerações acerca da expressão *deflating information* (FROHMANN, 2004). Para tanto, percorreu diversos estudos sobre a materialidade da informação através de pesquisas desenvolvidas em universos científicos. O objetivo desse trabalho foi o de enfatizar os circuitos documentais a partir de elementos subjacentes para revelar o trabalho de criação e de significação das práticas científicas.

O autor mostrou que a importância dos aspectos materiais da atividade científica pode ser percebida para além do contraste entre o *discurso epistemológico* e o *discurso da prática*. Tal proposta transformou as considerações epistemológicas sobre a comunicação da informação em questões materiais sobre a produção de declarações. Por esta perspectiva, o papel de uma forma documentária específica desencadearia noções acerca dos caminhos pelos quais as inscrições são originadas como propriedades institucionais específicas. Dessa maneira, as práticas documentárias passaram a ser consideradas a partir dos seus alinhamentos com outros elementos da cultura material para produzir o fenômeno laboratorial; cuja estabilidade é suficiente para se tornar fato científico ou espécime do conhecimento científico.

Assim, ao alterar o foco de análise, do cognitivo para o processo de *labour*, revelou o trabalho científico como forma de construção de pensamentos, dispositivos, relações sociais, objetos discursivos – representações simbólicas encontradas dentro do laboratório e na literatura científica (FROHMANN, 2004).

Em sua investigação, Frohmann (2004) considerou a informação como uma entidade imaterial em busca da materialidade, a qual se concretiza no documento. O enfoque do autor foi direcionado ao entendimento da maneira como o *fazer* constrói os fundamentos para que vários discursos possam ser tomados e utilizados através de diferentes relações e interrelações entre o dito e o não dito, o explicitado e o ocultado, pessoas e matérias, ambientes e esferas múltiplas no exercício do seu poder institucional.

A análise das práticas científicas, dos diversos pedaços da cultura científica e material que, reunidos e organizados, são fundamentais para a configuração das relações e inter-relações presentes tanto nos discursos quanto na racionalidade científica são os indicativos que apontam para os jogos estratégicos estabelecidos nas esferas institucionais. Na proposta de Frohmann (2004), para termos um saber científico, um produto do discurso científico, a coisa científica precisa ter por trás de si instituições, relações sociais, técnicas, laboratórios, etc. Em outras palavras, o produto científico tem relações próprias e uma cultura específica que permite sua validação. Esse saber e seus aparatos, bem como os discursos produzidos sobre ele, são temporalmente difusos, abertos. Dessa maneira, a verdade científica é emergente, deferida, postergada para ser respondida e/ou finalizada no futuro, ou seja, tanto o conhecimento como a verdade são sempre elementos abertos para o *devenir*.

Os documentos são, então, um tipo de material temporal e espacialmente situado com um conjunto de inscrições incorporadas em tipos específicos de práticas culturais. Portanto, são produtos de um processo em constante construção da ciência em busca do conhecimento e da verdade; são a materialização de uma determinada maneira de compreender, produzir e inscrever um saber temporalmente interpretado segundo dadas condições e contingências. Logo, o saber científico tem a capacidade de agenciar a maneira como apreendemos a realidade. Já as práticas científicas operacionalizam uma gama de elementos necessários para a produção de estabilidade nos resultados do laboratório experimental; que são incorporados e interligados às diferentes regras, interesses, agentes e instituições.

Frohmann (2004) nos indica que o documento torna-se informativo não pelo fato de transmitir mensagem, mas por interligar e disciplinar práticas documentais a partir das quais a informação emerge como efeito. A importância dos textos, dos artigos científicos está, portanto, na maneira como se constitui a estabilidade dos fenômenos científicos. Assim

sendo, os documentos são instrumentos, dispositivos materiais que contribuem para a estabilização de variados elementos através e sobre os quais o trabalho científico é despendido. Dessa maneira, podem ser mais bem compreendidos quando nos afastamos dos conceitos e categorias universais de informação e passamos a nos preocupar com as práticas e micropráticas nas quais ele está incorporado. O documento é, então, um instrumento fundamental para compreendermos os atos de documentar e escrever, elementos estes que dão estabilidade aos diversos fenômenos e garantem validação aos produtos de um trabalho científico; capacidades, portanto, que ultrapassam as ações de comunicar e informar.

A partir dessas possibilidades documentais podemos pensar como elementos abstratos e materiais são configurados e estruturados em práticas que delineiam tanto as ações patrimoniais quanto os interesses e os efeitos dessas articulações. O ato de registrar, de construir materialidades é um referencial que serve para acompanharmos os elementos discursivos, as estruturas díspares de pensamentos no âmbito da governamentalidade estatal através das múltiplas práticas documentais executadas em diferentes esferas burocráticas. Tais práticas operacionalizam valores ou elementos valorativos para produção de uma realidade, o documento patrimonial. Nesse sentido, percebemos de que forma este atua como dispositivo na medida em que trata de entrelaçar os tantos fenômenos que servem de base às determinações postas no campo preservacionista.

O saber patrimonial foi constituído, se fundamentou, mantém suas práticas, mas, principalmente, se atualiza constantemente tanto pelos novos discursos que passam a operar na esfera do poder estatal quanto pelo valor que o ato de documentar adquire nesse âmbito. No campo do patrimônio, são desenvolvidas diferentes formas de documentar em várias esferas através das quais as inscrições e os documentos passam a funcionar como força motriz para construções e transformações simbólicas. A relação entre o patrimônio, o registro, o documento e o arquivo é uma questão indissociável ao desenvolvimento das práticas e políticas preservacionistas. No entanto, a forma como propomos destacar essa ligação coloca-se para além da perspectiva da ordem, apontando para as várias possibilidades de reorganização das ideias, dos pensamentos e, principalmente, dos aspectos políticos, sociais e culturais envolvidos em um tipo de interrelacionamento que passa a funcionar mediante o diálogo, o embate e a disputa entre essas formas de realidades documentais.

Em nossa concepção, a noção de patrimônio foi construída tendo como ponto de partida não as virtualidades presentes nos objetos foco das práticas preservacionistas, mas os discursos que alimentaram a ideia de desapropriação, destruição e perda dos elementos do passado pelo viés de uma dada economia cultural. O patrimônio pode ser construído, faz parte

de uma construção histórica devidamente alocada, temporalmente estabelecida, culturalmente fundamentada e, portanto, tem sua condição de existência definida. Ou seja, está circunscrito em materialidades que garantem o seu reconhecimento e validação; tal condição de existência se dá por meio da construção de bases documentais que agem para que qualquer bem possa ser transformado em patrimônio, dadas as circunstancialidades e contingências das ações que o definem a partir de um nome próprio.

Nesse sentido, nossa proposta será analisar de que maneira a materialidade configura os campos de embates presentes no universo do saber/fazer patrimonial, de que forma o documento funciona como objeto ou coisa no desenrolar das práticas patrimoniais e como a documentação patrimonial passa a ser agente no exercício do poder institucional para configuração de uma existência/nomeação: o patrimônio tombado. Em outros termos, buscaremos indicativos para defendermos que o documento torna-se um dispositivo de poder pela articulação de diferentes forças, cujos vetores direcionam tanto para construção de estabilidades, através de determinações, quanto para a circulação, transformações e reorganizações valorativas. Isso porque os documentos, ponto de partida de nossas considerações, mesmo quando estabilizados e validados não cessam de ser transformados e resignificados no interior do ACI/RJ, gerando, eles próprios, uma série de possibilidades de transformação.

5.2 O Arquivo do IPHAN: personagens, fatos e acontecimentos

Judith Martins, funcionária do órgão preservacionista federal de 1936 a 1973, relatou que o arquivo da instituição foi sendo constituído desde 1936, nas dependências do Edifício Nilomex³⁵, local onde foram desenvolvidas as suas atividades até a transferência para o Palácio Gustavo Capanema³⁶, em 1945. A documentação reunida entre 1936 e 1937, período anterior à legalização dos serviços patrimoniais, refere-se às correspondências de Rodrigo

³⁵ O Edifício Nilomex, datado de 1931, é um prédio comercial e exemplar da *art déco*. Localizado no centro do Rio de Janeiro (Av. Nilo Peçanha, 155), passou em 2008 por um processo de modernização (*retrofit*), realizado pela empresa Hines.

³⁶ O Palácio Capanema, como mencionamos no capítulo anterior, foi idealizado e construído entre 1935 e 1945, sendo inaugurado em 03 de outubro de 1945, com a presença do presidente Getúlio Vargas e do ministro do MEC Gustavo Capanema, tornando-se sede deste Ministério em 1947. Lucio Costa foi o responsável pela elaboração do projeto e compôs uma equipe de arquitetos formada por: Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Afonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcellos e Jorge Machado Moreira – esta equipe também ficou a cargo da construção do prédio. Em 1936, o arquiteto Le Corbusier, em visita ao Rio de Janeiro, foi convidado a opinar sobre os méritos do projeto e sua opinião foi favorável, salientando a beleza de sua “forma sinfônica”. Em 1948, o prédio foi tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes. No ano de 1960, o edifício foi denominado Palácio da Cultura e, em 1985, passou a se chamar Palácio Gustavo Capanema, em homenagem ao ministro responsável pela sua construção (THOMPSON, 2010).

Melo Franco de Andrade. Após a sua criação legal, o arquivo passou a reunir documentos oficiais produzidos e recebidos pela instituição (THOMPSON, 2009).

Todavia, como mencionado no *site* do IPHAN, a implantação definitiva do arquivo começou em 1940, quando D. Clemente da Silva Nigra – arquivista-mor da Ordem Beneditina Brasileira – propôs uma organização que buscou separar os documentos textuais dos chamados especiais (fotos, gravuras, mapas, plantas, etc), tomando como base a localização geográfica dos bens de referência.

Esse sistema foi alterado por Carlos Drummond de Andrade (gestão de 1946 a 1962), que passou a organizar, por solicitação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, a documentação em dossiês, onde todos os documentos referentes a um único bem ficassem reunidos para facilitar a consulta dos funcionários. O arranjo documental aplicado nesse período correspondia às necessidades de gestão da repartição. Entretanto, para atender às demandas dos funcionários pelo rápido acesso aos documentos, foi adotada a indexação da documentação com base no método geográfico, que consistia em referenciar os bens de acordo com a sua localização (por ordem de estado e município); procedimento que ainda guia o arranjo utilizado pelo Arquivo do IPHAN (BASTARDIS, 2012).

Em 1946, pelas deliberações do Decreto nº 8.534³⁷, o Arquivo passou a ser vinculado à Seção de História, subordinada à Divisão de Estudos e Tombamentos (DET), da então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), que tinha dentre as suas atribuições: inventariar, classificar, tomba e conservar monumentos, obras, **documentos** e objetos de valor histórico e artístico existentes no país; e catalogar e proteger os arquivos estaduais, municipais, eclesiásticos e particulares, cujos acervos fossem de interesse à história nacional e à história da arte no Brasil.

Pelo Ofício nº 416, de 27 de abril de 1954, Rodrigo Melo Franco de Andrade, propôs nomear a Biblioteca e o Arquivo da DPHAN de Noronha Santos. Para melhor compreendermos tal proposta é interessante percebermos o prestígio conquistado por esse personagem e o vínculo que estabeleceu com o diretor do órgão preservacionista.

Francisco Agenor de Noronha Santos (01/10/1896 a 15/03/1954), historiador e arquivista de função, desempenhou um respeitável papel junto ao Arquivo Geral da Prefeitura do Distrito Federal³⁸, contribuindo para salvar do esquecimento um acervo de grande valor

³⁷ Este Decreto foi o que regulamentou ou Decreto-Lei nº 8.534, de 02 de janeiro de 1946, que transformou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

³⁸ Criado pelo Decreto nº 44, de 05 de agosto de 1893, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro sofreu várias alterações na sua denominação, na inserção hierárquica administrativa municipal, na composição do quadro de técnicos, etc. No entanto, o nome usualmente utilizado foi o de Arquivo Geral. Dessa maneira, ao longo de nossas considerações utilizaremos tal nomeação para nos referirmos a esta instituição (FERNANDES, 2011).

histórico. Além disso, escreveu obras de referência como: “Coreografia do Distrito Federal”, “Esboço histórico de transporte no Rio de Janeiro”, “As freguesias do Rio antigo”, “Crônicas da cidade do Rio de Janeiro”, “Esboço histórico acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal”, “Indicador do Distrito Federal”, “Geografia do Distrito Federal”, “Meios de transporte do Rio de Janeiro”, “Apontamentos para o indicador do Rio de Janeiro”, entre outras (HORTA, 2007).

Após a sua aposentadoria, em 1926, desenvolveu vários trabalhos, dentre os quais destacamos sua participação junto à Comissão de Logradouros Históricos da Cidade, vinculada ao Departamento de História e Documentação (Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal), na década de 1950. O resultado deste trabalho foi um minucioso levantamento de dados inscrito em fichas que contém informações sobre os logradouros da cidade, seu histórico, localização, limites e as denominações que receberam – tal fichário encontra-se no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ) e ainda não recebeu tratamento técnico e histórico (FERNANDES, 2011).

Noronha Santos, de 1910 a 1914, exerceu a função de primeiro oficial no Arquivo Geral, cargo de relevante importância no quadro desta instituição arquivística. Esta escolha foi feita pelos seus grandes conhecimentos sobre a história e a administração municipais. Entre 1912 e 1917, assumiu em diversas situações a função de chefe dessa repartição e, em seus relatórios, enfatizava a necessidade de se realizar melhorias tanto com relação ao espaço físico quanto no quadro de profissionais que, como apontava, era insuficiente para dar um bom andamento às atividades. José de Paiva Legey (dirigente do Arquivo Geral entre 1902-1914 e 1916-1917), em um Relatório ao diretor-geral de Estatística e Arquivo (1916), mostrou seu contentamento com relação aos serviços prestados por Noronha Santos, sendo destacados os trabalhos de classificação e catalogação dos documentos (FERNANDES, 2011).

Em 26 de novembro de 1917, Noronha Santos foi promovido ao cargo de dirigente efetivo do Arquivo, onde atuou até 1926. Como apresenta Fernandes (2011), a partir daí passou a desempenhar um importante trabalho arquivístico através das seguintes realizações: o primeiro levantamento técnico sistemático nas fontes documentais arquivísticas; as primeiras classificações e catalogações metódicas; e o primeiro arranjo documental. Além disso, divulgou a memória histórica do Rio de Janeiro por meio da produção de trabalhos de História e Geografia; publicações que lhe garantiram reconhecimento pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro -

instituições nas quais foi membro, mesmo sem ter tido uma formação formal (FERNANDES, 2011).

A autora destaca que durante a sua gestão também foram implantados os primeiros instrumentos de pesquisa, garantindo tanto a preservação dos documentos quanto a sua disponibilização para especialistas e o público em geral. Dessa maneira, tentou romper “com a tradição de acesso restrito à documentação que até então dominava a *práxis* da instituição”, tornando-a um espaço de “[...] consulta obrigatória, apta tanto a esclarecer e a comprovar os direitos dos cidadãos cariocas, bem como a preservar a memória histórica da cidade, de seus governantes e dos seus governados” (FERNANDES, 2011, p. 146). No entanto, essa iniciativa foi por vezes interrompida por deliberações governamentais, que instituíram algumas políticas de acesso mais restritivas.

O fato é que Noronha Santos capacitou o Arquivo “[...] a informar e subsidiar as tomadas de decisões das autoridades governamentais [...], elucidando questões históricas e probatórias sobre direitos territoriais, tributários e jurídicos [...]”. Por este perfil profissional e pelos seus amplos conhecimentos foi, ao longo de sua trajetória profissional, “[...] consultor permanente dos sucessivos prefeitos do Distrito Federal, dos dirigentes e membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)” (FERNANDES, 2011, p. 147). Rodrigo Melo Franco de Andrade, por exemplo, recorreu às suas consultorias com frequência, solicitando pareceres sobre a conveniência do tombamento de imóveis, monumentos e bens de valor histórico e artístico na cidade e no Estado do Rio de Janeiro.

Com esta breve biografia, podemos verificar que a nomeação “Noronha Santos” para o Arquivo e a Biblioteca do órgão preservacionista federal poderia ser considerada uma sugestão viável levando em conta as contribuições e o reconhecimento desse personagem em esferas intelectuais e políticas de relevância municipal, estadual e federal. A repercussão de seu trabalho atingiu diversos núcleos autorizados de saber, os quais tiveram por um longo período o controle sobre parte da produção das áreas de História e Geografia. Sua atuação direcionada à preservação e divulgação da memória histórica da cidade do Rio de Janeiro, antiga sede do poder federal, dialogava com muitos dos interesses de ação do IPHAN; servindo como um complemento às suas atividades. Além disso, suas consultorias colocavam-no em contato constante com diversas instituições e esferas do poder público, possibilitando seu trânsito “livre” na medida em que seu saber era autorizado e tornava-se a base para tomada de muitas decisões.

Para além dessas questões, devemos destacar seu papel como arquivista que, segundo Fernandes (2011), tinha como base de atuação os critérios modernos, possivelmente os que começaram a ser apresentados pelos Manuais Arquivísticos estrangeiros e, posteriormente, por Schellenberg (2004). Mesmo que não tenhamos maiores informações sobre a sua participação efetiva em consultorias diretamente ligadas às atividades de tratamento documental no IPHAN, inferimos que os trabalhos desenvolvidos no interior do AGCRJ tornaram-se uma referência para outras instituições. Isso porque, no período em que desenvolveu as suas atividades, não havia uma política pública para arquivos e o fazer arquivístico, como nesse caso, era desenvolvido por funcionários nomeados para assumir tais funções. Longe de apresentar um juízo de valor sobre o tipo de trabalho por ele realizado, queremos, apenas, demonstrar que Noronha Santos estava inserido em uma importante instituição arquivística brasileira, que armazenava documentação produzida desde o século XVI. Assim, seus esforços para preservá-la e divulgá-la, dentro das possibilidades de sua época, é em certo sentido um referencial que justificaria a homenagem póstuma do órgão preservacionista federal.

Bastardis (2012) apresenta que a sugestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade foi efetivada somente na Biblioteca do Instituto, que ainda mantém essa nomenclatura. Com relação ao Arquivo, tal atribuição terminológica não se consolidou. No entanto, em função de alguns problemas na comunicação interna entre os setores do IPHAN, essa denominação foi retomada nas décadas de 1990 e 2000. Nesse período, foi disponibilizada uma base de dados do Arquivo no *site* da instituição, local onde encontramos esta vinculação nominal; o que gera ainda algumas imprecisões sobre a sua utilização.

Após a saída de Carlos Drummond de Andrade da chefia do Arquivo do IPHAN, Judith Martins assumiu o cargo e manteve o mesmo método organizacional anterior. Na década de 1970, Edson de Brito Maia³⁹ ficou responsável pelo Arquivo, criando algumas séries documentais que passaram estruturar o arranjo do acervo. Uma das características de sua gestão foi a de tentar dar acesso à maior parte da documentação. Entretanto, começou haver algumas restrições com relação à consulta dos processos de tombamento devido às informações neles contidas, tais como: dados de proprietários e recursos financeiros utilizados para manutenção de bens móveis. Assim, com o objetivo de resguardar certas informações, Edson de Brito Maia retirou alguns documentos dos processos para que pudessem ser

³⁹ Edson Maia entrou para DPHAN em 1951. Foi assessor de Augusto Carlos da Silva Telles durante a sua gestão como presidente da FNPM e secretário do órgão de 1988 a 1989; aposentou-se em 1991 (THOMPSON, 2010). Seus sucessores na chefia do Arquivo do IPHAN foram: Eduardo Fernandes E. Mello, Deise, Francisca Helena Barbosa Lima (1997-2008) e Hilário Figueiredo Pereira Filho (desde 2008).

consultados com fins de pesquisa, passando a agrupá-los de forma relacional na série artificial denominada *Inventário* (BASTARDIS, 2012).

Entre 1979 e 1990 houve uma série de transições na vinculação do órgão preservacionista. Pelo Decreto nº 89.198, de 13 de novembro de 1979, o IPHAN foi extinto em função da criação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Entretanto, a Portaria Interministerial do Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Secretaria do Planejamento da Presidência (SEPLAN) nº 1.170, de 27 de novembro de 1979, ao ignorar a criação da SPHAN transferiu recursos da SEPLAN para o extinto IPHAN. Para organizar essas questões, a Lei nº 6.757, de 17 de dezembro de 1979, criou a Fundação Nacional Pró-Memória para operacionalizar as ações da SPHAN, transferindo para esta Fundação todos os bens móveis e imóveis que estavam em uso ou sob a guarda/responsabilidade do IPHAN. Pela Portaria nº 274, de 10 de abril de 1981, foi criada a Secretaria de Cultura como órgão de direção do MEC, extinguindo a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A Portaria nº 383, de 10 de junho de 1981, ao aprovar o regimento interno da Secretaria de Cultura, deu início às atribuições da Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). O Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985, criou o Ministério da Cultura (MinC) que passou a englobar a Secretaria de Cultura. Pela Portaria nº 48, de 18 de julho de 1985, a Secretaria de Cultura foi extinta, transformando a Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Esta passou a ter como supervisor direto o MinC e a supervisionar a Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Casa de Rui Barbosa (IPHAN, 2008).

Tais acontecimentos tiveram influência em todas as etapas documentais, pois, além do aumento da produção de documentos, a estrutura administrativa ficava mais complexa e as diversas alterações de legislações, vínculos e hierarquias dificultavam a manutenção da regularidade nos atos de documentar; isto em função da descentralização das ações. Mais, essas alterações começaram a constituir campos de disputa no interior do binômio SPHAN/FNPM, devido à forma como cada uma dessas estruturas pensavam as questões preservacionistas e, principalmente, pela maneira como se relacionavam com o Ministério da Cultura.

Por essas questões e pela descentralização dos acervos arquivístico a proposta de Arquivo Central começou a ganhar força, na década de 1980, através da integração entre a Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD) e a Coordenadoria Geral de Documentação (CGD); estruturas funcionais da SPHAN/FNPM. Estas coordenadorias

passaram a desenvolver atividades em dois níveis: interno e externo. No nível interno atuavam nas decisões administrativas e técnicas com base nas informações pesquisadas na documentação acumulada nos arquivos e bibliotecas. Já no nível externo atuavam em atividades-fim com o objetivo de: preservar e dar acesso aos acervos documentais passíveis de tombamento. Nos dois níveis, as ações foram direcionadas para: aperfeiçoar as atividades das unidades organizacionais, apoiar nos processos decisórios e sistematizar a disseminação de informações; garantindo aos pesquisadores o fácil acesso às fontes necessárias aos seus trabalhos (IPHAN, 2008).

Em 1984, um convênio entre Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e Sociedade Brasileira de Instrução (SBI) instituiu o Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica, o Pró-Documento; cujo objetivo era conhecer os acervos documentais privados do país, visando a sua preservação e a disponibilização das informações neles contidas. Segundo Bastardis (2012), este programa estava inserido no movimento de democratização da informação brasileira, sendo também o indicativo da nova visão que começou a se estabelecer no interior da instituição preservacionista federal. Com base nos pressupostos de cultura e preservação disseminados por Aloísio Magalhães, preconizava-se a dinâmica entre o passado e o presente, assim, os documentos começaram a ser compreendidos a partir de sua emergência como ação no processo de construção do futuro; ou seja, em sua condição de *vir a ser*.

No entanto, pela pouca estrutura para garantir seu funcionamento e os conflitos de visões e interesses que começaram a se instaurar na SPHAN/FNPM, este programa foi extinto no final da década de 1980. No entanto, devemos verificar que esta iniciativa representa o início de uma nova postura que começou a ser assumida pelo órgão preservacionista federal frente aos acervos documentais, o que teve repercussão na forma como a instituição passou a tratar e valorizar sua própria documentação (BASTARDIS, 2012).

Após a extinção da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), pela lei n° 8.029, de 12 de abril de 1990, e com a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), pelo Decreto n° 99.492, de 03 de setembro de 1990, os acervos do Arquivo Central e da Biblioteca Noronha Santos foram transferidos para este novo Instituto e incorporados pelo recém-criado Departamento de Identificação e Documentação (DID), também responsável por produzir e tratar a documentação deste órgão.

Além disso, em junho do mesmo ano, foi encaminhado ao IBPC um documento produzido pela Coordenadoria de Registro e Documentação (CRD) e pela Coordenadoria Geral de Documentação (CGD), demonstrando a preocupação com a possível transferência

desses acervos da cidade do Rio de Janeiro para Brasília. Os redatores do texto apresentaram que, embora estes acervos tivessem valor cultural reconhecido nacional e internacionalmente e fossem o “recheio” do Palácio Capanema, ainda não haviam recebido proteção legal independente, ficando vulneráveis a ações dessa natureza. Para eles, o IBPC deveria agir para impedir tal deslocamento, mostrando, assim, que as raízes desta e de outras instituições culturais não deveriam ser “[...] arrancadas e transplantadas impunemente” (SECRETARIA..., 1990)⁴⁰.

As conclusões desse documento apresentaram que tais acervos eram de grande importância para os trabalhos internos da instituição e para pesquisadores externos. Além disso, menciona que estavam situados em um local onde se concentravam relevantes instituições de cultura e pesquisa, tais como: Museu Nacional, Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional.

Importante destacarmos que, em 28 de novembro de 2002, foi aberto o processo de tombamento provisório, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), dos acervos documentais e bibliográficos sediados no Estado do Rio de Janeiro, sob a tutela federal. Os acervos relacionados foram os das seguintes instituições: Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, Arquivo do IPHAN, Biblioteca Noronha Santos, Museu Histórico Nacional, Biblioteca Paulo Santos (sediada no Paço Imperial), Mapoteca do Itamarati, acervo arquivístico do Serviço de Documentação da Marinha e Arquivo Histórico do Exército.

A solicitação para abertura deste processo de tombamento foi encaminhada pelo historiador e consultor da UNESCO, Luiz Cristiano Oliveira de Andrade. O historiador mostrou que tais instituições formam uma rede de consulta integrada e que seu desmembramento seria fatal para produção de saberes em diferentes âmbitos. Em sua concepção, tais acervos deveriam ser mantidos no Rio de Janeiro para barrar um processo de esvaziamento cultural da cidade e para garantir a tradição cultural carioca como centro aglutinador da intelectualidade do país.

O Diretor-Geral do INEPAC, Alexei Bueno, em justificativa à abertura do processo, apresentou que o tombamento desses acervos, além de garantir o reconhecimento do valor cultural de tal patrimônio para o Estado do Rio de Janeiro, afastaria ameaças de transferências para Brasília, questão presente desde 1960.

O tombamento provisório desses acervos foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de dezembro de 2002, garantindo as respectivas permanências neste

⁴⁰ Ver Anexo A, na página 159 do presente trabalho.

Estado. Já o tombamento definitivo foi aprovado na 1034^a Sessão Plenária do Conselho Estadual de Tombamento, em 02 de março de 2009, tendo como base o parecer de Sônia Rabello de Castro. Entretanto, devemos destacar que mesmo garantida a manutenção dos acervos documentais do IPHAN na cidade do Rio de Janeiro, a disputa de poder interna não foi eliminada.

Compreendemos que os trabalhos mais efetivos voltados ao tratamento e valorização do Arquivo do IPHAN deram início a um processo de reconstrução de sua identidade para produção e divulgação de uma memória de si mesmo. Ou seja, a partir do reconhecimento da importância da regularidade no processo de documentar houve também a consciência de que a validação e a manutenção do campo do patrimônio se ancoravam não em personalidades e gestões administrativas, mas no corpo das ações contínuas que estavam inscritas em bases documentais.

Para Bastardis (2012), esse movimento foi iniciado na década de 1970 quando a instituição já havia adquirido certa estabilidade na esfera cultural através da legitimação de suas ações e poderia começar a voltar-se para si mesma, construindo um autoconhecimento necessário para melhor planejar ações futuras. Assim, a própria instituição começou a dar visibilidade às diversas contradições institucionais e aos confrontos entre perspectivas de preservação. Tais elementos não condiziam com a memória histórica que a instituição havia construído até esse período, a qual estava ancorada em paixões pessoais, em interesses profissionais e na ideia da estabilidade institucional.

O documento e o arquivo, que por muito tempo foram apenas tomados como provas de uma ação passaram a receber um olhar diferenciado e central. Em outras palavras, começaram a ser considerados, eles próprios, os dispositivos imprescindíveis para existência e manutenção tanto do órgão preservacionista quanto dos patrimônios culturais por ele revelados. Assim, a imagem da instituição passou a ser pensada a partir da materialidade dos documentos que agem para gerar ações através das articulações dos agentes patrimoniais. Saímos, portanto, do campo do prestígio intelectual e político de personalidades para adentrarmos na esfera das visibilidades e invisibilidades que as práticas documentais, os documentos e o arquivo possibilitam o acesso e interpretação.

Em meio a essas discussões e pela nova estruturação administrativa do órgão preservacionista, foi instituída uma comissão, pela Portaria nº 18, de 18 de junho de 1990, para realizar um inventário dos documentos que, anteriormente, estavam sob a guarda e gestão da SPHAN/FNPM. Os objetos deste trabalho foram: 1) fundos e coleções históricas: compreendendo conjuntos de documentos reunidos por pessoas ou instituições públicas e/ou

privadas, durante o exercício de suas funções; 2) documentação técnica: abrangendo a documentação de valor permanente e de uso corrente, ou seja, que registra e dá suporte às atividades-fim e atividades-meio da instituição (IPHAN, 2008).

Esse primeiro levantamento foi realizado, entre junho e novembro de 1990, para atender uma necessidade administrativa e uma exigência legal, tendo como principal destaque, a atribuição de uma nova valorização aos acervos documentais do órgão preservacionista, tratando-os como patrimônio da instituição, em um patamar semelhante ao dos bens móveis museológicos. Os documentos selecionados para integrar tal Inventário foram os produzidos/recebidos pela Instituição como resultado do exercício de suas atividades-fim; os quais têm um uso corrente e valor permanente. Este trabalho permitiu, pela primeira vez, um conhecimento mais detalhado sobre a composição dos acervos das várias unidades dessa instituição, sendo a maioria formada por um arquivo técnico e um arquivo administrativo.

Interessante observarmos que na mesma década foi instituída a primeira legislação que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, a Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, sob a coordenação do Arquivo Nacional. Para Camargo (1999), esse foi o primeiro ato legal, desde a Independência, que inclui os arquivos, enquanto *conjuntos* de documentos, no âmbito da proteção especial, vinculando-os ao patrimônio histórico e cultural (LOUSADA; GRIGOLETO, 2011).

Com esse dispositivo legal, foi criado o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) passou por uma reestruturação. Uma das competências do CONARQ seria revelar o valor de um acervo documental como público, como herança e elemento de representação de memórias e identidades de uma nação. Enquanto que o SINAR teria por finalidade programar uma política nacional de arquivos públicos e privados, visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos arquivísticos. O objetivo desse Sistema seria o de coordenar e dinamizar as informações contidas nos arquivos que compõem o patrimônio documental da nação, contribuindo para reforçar a unidade nacional através do conhecimento e divulgação das informações arquivísticas. Para Jardim (1995), a preservação do patrimônio documental brasileiro é relevante para estabelecer sistemas de informação capazes de ampliar o universo a ser analisado, aprofundar a investigação de temas específicos para a pesquisa científica, identificar os principais depósitos de documentos públicos e privados do país e assegurar o acesso de documentos até então desconhecidos do público interessado.

Foi nesse contexto, portanto, que aumentaram as discussões sobre o direito do cidadão à memória e à informação através do acesso aos instrumentos que serviriam para garanti-los. Desde 1985, com o fim da Ditadura militar, foi iniciado um novo processo de democratização no Brasil; acompanhado pelo interesse de desvendar e tornar públicas as práticas do governo ditatorial. Para além do visto, do vivido e do enunciado, os arquivos passaram a ser reconhecidos como os gestores dos diversos silenciamentos operacionalizados pelo poder estatal durante anos. Verificamos, por exemplo, que por um longo período as práticas de tratamento documental foram direcionadas para melhor organizar um “armazém passivo de informações” e não para garantir o acesso a esse conjunto documental.

Como apresenta Barreto (2000), as instituições de memória, de estoques de informação, podem operacionalizar o esquecimento através de mecanismos de administração, diminuindo os estoques excedentes, reformatando ou fragmentando a estrutura da memória. Esses “usos políticos do passado” e sua instrumentalização, logicamente, por diversas instituições acabaram por escolher qual a informação e o conhecimento a ser guardado bem como a experiência de passado que se queria colocar à disposição (PIMENTA, 2009, p. 128).

Os procedimentos para a valorização dos arquivos e dos documentos, as diversas lutas para garantir o acesso às fontes informacionais e os usos políticos desses instrumentos foi uma construção histórica que se desenvolveu em meio a algumas transformações, tais como: o fortalecimento das práticas arquivísticas e as mudanças paradigmáticas das ciências documentais e da informação. No Brasil tais questões estão cada vez mais presentes, principalmente, pela maior inserção de profissionais da informação na esfera governamental. Fator que pode ser verificado também pela elaboração e aprovação de instrumentos legais direcionados à busca pela transparência das ações do poder público como, por exemplo, a Lei de Acesso à Informação Pública (Lei nº 12.527/2011), em vigor desde 16 de maio de 2012.

Pois bem, em 08 de setembro de 1994, o IBPC, pela Medida Provisória nº 610, passou a denominar-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tendo sua estrutura regimental e outras deliberações aprovadas pelo Decreto nº 2.807, de 21 de outubro de 1998. Ao longo dessa década, foram realizadas iniciativas de gestão documental descentralizadas.

Em 2001, após a verificação de várias problemáticas com relação à administração dos acervos arquivísticos, o Departamento de Identificação e Documentação (DID), em parceria com o Arquivo Nacional (AN), iniciou um trabalho de gestão documental em todas as unidades do IPHAN. A primeira etapa desse Programa compreendeu as seguintes ações:

1. A identificação e análise dos trabalhos técnicos desenvolvidos pelo Instituto no Arquivo Central (Rio de Janeiro e Brasília), com vistas à organização do seu acervo arquivístico;
2. Elaboração de parecer propondo rotinas e procedimentos a serem aplicados como modelo na Administração Central e em uma de suas Superintendências; e
3. o desenvolvimento de questionário para atualização das informações relativas aos acervos e serviços arquivísticos da Instituição [...] (IPHAN, 2008, p. 41).

Pretendia-se com esse trabalho o desenvolvimento de uma ação integrada entre todas as unidades para garantir o bom funcionamento da instituição na execução de suas atividades-fim (preservação do patrimônio cultural brasileiro). Além disso, a proposta era iniciar um processo de conscientização dos funcionários sobre a importância de se preservar a memória da instituição, fator apresentado como necessário e indissociável à preservação do patrimônio sob a sua responsabilidade.

Como resultado dessa fase de estudos preliminares foi elaborado um parecer pelo Arquivo Nacional apresentando as principais características dos acervos, os problemas detectados e algumas propostas de ação. Além disso, entre 2003 e 2004, foram realizadas as seguintes atividades: implantação de um sistema de protocolo eletrônico (2003); nomeação de uma comissão para elaboração do Código de Classificação referente às atividades-fim (2003); encontro nacional de profissionais atuantes na área de Arquivo (2004); e instituição de uma comissão para revisar, atualizar e consolidar normas e procedimentos referentes à produção, tramitação, arquivamento e desarquivamento de processos administrativos (2004).

Com relação ao Código de Classificação para atividades-meio ficou estabelecido que fosse adotado o de “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativo às Atividades-Meio da Administração Pública”, elaborado pelo Arquivo Nacional (AN) e o CONARQ, em 2001. Já o Código de Classificação das atividades-fim seria elaborado com base no critério de subdivisão em classes (grandes funções desempenhadas pelo órgão), subclasses, grupos e subgrupos; que receberiam um código numérico de acordo com o método decimal.

As rotinas do arquivo relativas à organização dos dossiês e dos processos administrativos passaram a ter como base as orientações da Portaria Normativa nº 5, de 19 de dezembro de 2002, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, que versa a sobre a equalização dos procedimentos referentes à gestão de processos e correspondência nas esferas governamentais.

Além disso, foi realizado um levantamento da produção e do fluxo documental para identificar as espécies documentais produzidas pelos setores da Administração Central (Rio de Janeiro e Brasília). Em 2005, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) foi contratada para que, em parceria com a Gerência de Documentação Arquivística e Bibliográfica (GEDAB), desenvolvesse as seguintes atividades:

- a ampliação de uso do sistema de controle de processos e documentos na Instituição [...];
- o estudo da produção documental nas unidades da Administração Central localizadas no Rio de Janeiro e Brasília e na 6ª Superintendência Regional do Rio de Janeiro;
- a proposta de código de classificação referente à área-fim do IPHAN, com base no estudo anteriormente realizado pela Instituição em 2003;
- a definição de fluxograma para a tramitação de processos da área finalística do IPHAN, a saber: processos de tombamento, de autorização de saída de obras de artes do país, de fiscalização de obras e de arqueologia. (IPHAN, 2008, p. 49).

Desde 2004, com a criação da Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e Referência (COPEDOC) foi estruturado, portanto, um espaço para consolidação da pesquisa em consonância com a gestão documental no interior do IPHAN (THOMPSON, 2009). Entre 2004 e 2006, outro censo dos acervos arquivísticos foi realizado com o objetivo de atualizar as informações sobre os arquivos de forma sistemática, dando início à segunda etapa do Programa de Gestão Documental. Considerando que a gestão documental é uma ação constante, verificamos que algumas etapas iniciadas em 2001 ainda fazem parte da rotina de trabalho do IPHAN e outras estão sendo implantadas.

Ao longo de tais estudos foi constatado que o grande desafio encontrado no tratamento dessa documentação estava na característica especial dos acervos, pois estes têm ao mesmo tempo caráter permanente e de uso corrente.

A documentação produzida em função da atividade institucional está na sua maioria relacionada ao patrimônio cultural e às ações para sua preservação, sendo de caráter permanente. Por outro lado, os documentos são frequentemente consultados diante do interesse histórico e do seu caráter probatório e os acervos são constantemente ampliados com a produção de novos documentos devido às práticas cotidianas do IPHAN, conferindo aos mesmos uma dinâmica de arquivos correntes. Essa duplicidade diferencia-os das classificações mais usuais da arquivologia – corrente ou permanente – e diante dos procedimentos clássicos já estabelecidos a essa classificação. (IPHAN, 2008, p. 9).

Ou seja, esses documentos já nascem históricos na medida em que são produzidos com o objetivo de alterar e exercer controle sobre o curso “natural” dos bens foco de suas deliberações. Estes, provenientes de ações administrativas, não foram elaborados, necessariamente, para uma utilização posterior – por exemplo, como documentos de pesquisa para estudiosos de diferentes áreas (historiadores, sociólogos, antropólogos, etc). No entanto, o objetivo específico de sua criação, servir como instrumento para valorização e perpetuação de bens, e a finalidade de atender a empenhos institucionais, sociais e culturais faz com que eles sejam históricos. Cabe lembrarmos que o tombamento não é um acontecimento natural e, por esta razão, da mesma forma que a emergência de bens patrimoniais é um processo histórico, os documentos que possibilitaram tal incidência também são históricos e da mesma especificidade das ações que geram: são bens patrimoniais. Nesse sentido, agem dentro de si, para si mesmo e fora de si - questão que detalharemos posteriormente.

Enfim, o Arquivo Central do IPHAN está dividido atualmente em duas seções: Rio de Janeiro e Brasília. Para Thompson (2009, p. 70), essa divisão “[...] reflete, além da centralização da guarda de parte dos documentos da Instituição, o caráter de Arquivo Central como coordenador e setor normativo da área da documentação para os demais acervos”. O núcleo principal do acervo do ACI/RJ é o fundo IPHAN, formado por documentação de caráter permanente recolhida desde os estudos para a criação da instituição e estrutura-se a partir de algumas séries documentais: tombamento, arqueologia, obras, inventário e outras.

A série *tombamento* tem data inicial de recolhimento no ano de 1938. Sua dimensão é de 32,26m que corresponde à junção de documentos textuais (datilografados, impressos e manuscritos) e iconográficos (fotografias, gravuras e desenhos). Esta é composta por: documentação procedente do ato do tombamento; pareceres do Conselho Consultivo do IPHAN; repertório de legislação relativa à proteção do patrimônio cultural nos níveis internacional, federal, estadual e municipal; processos de tombamento e de saída de obras de arte do país; Livros do Tombo.

A série *arqueologia* teve início com documentação datada de 1961, armazenada em 19,69m, contém documentos textuais (datilografados, impressos e manuscritos) e iconográficos (fotografias, gravuras e desenhos). Estes são provenientes dos setores encarregados do controle, fiscalização e autorização de pesquisas desenvolvidas nos sítios arqueológicos brasileiros, sendo a série composta por: cadastro de sítios, projetos e relatórios, pesquisa histórica e documentos administrativos.

A série *obras* data de 1930 a 1992, com dimensão de 154,93m contém documentos textuais e iconográficos nos suportes já mencionados. Esta série reúne documentação sobre

restaurações realizadas em bens móveis e imóveis, tombados ou não, sendo formada por: pareceres de técnicos do IPHAN, fotografias, plantas, projetos e correspondências.

A série *inventário* data dos séculos XIX e XX, com dimensão de 70,92m, possui documentos textuais e iconográficos referentes às atividades de inventário dos bens culturais brasileiros, tombados ou não, coletados pelos técnicos do Instituto. A documentação dessa série reúne: fichas de inventários, plantas, estudos, recortes de jornais e revistas, fotografias, etc.

As demais séries do fundo IPHAN são: *Arquivo Geral*, com documentação de caráter administrativo; *Arquivo Técnico Administrativo*, documentação de interesse para o órgão, as quais fazem referência às instituições afins (centros culturais, institutos históricos, centros de restauração, etc.); *Assuntos Internacionais*, legislações internacionais sobre o patrimônio, cartas de congressos e seminários; *Cartografia*, composta por plantas resultado de levantamentos arquitetônicos, inventários relacionados aos tombamentos e obras realizadas com orientação dos técnicos da instituição; *Dossiê UNESCO*, composta pelos dossiês encaminhados à UNESCO para inscrição de bens culturais nacionais na lista dos monumentos da humanidade; *Etnografia*, formada por documentação variada que diz respeito ao folclore, usos e costumes indígenas, arte popular, técnicas artesanais, etc.; *Iconografia*, contém desenhos, gravuras e fotografias avulsas; *Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*, possui inventários produzidos sob a coordenação do IPHAN em parceria com a Fundação VITAE, os quais estão relacionados a bens móveis e bens móveis integrados tombados pelo órgão federal; *Personalidade*, reúne documentos relacionados às atividades executadas por pessoas ligadas à área cultural no Brasil; *Planos e Projetos*, formada por documentos variados, tais como: estudos, projetos, pesquisas, publicações, livros, resultado de estudos voltados à área do patrimônio; *Registro e Restauração de Bens Móveis e Integrados*, possui documentação relacionada aos trabalhos de restauração desses bens realizados pelo órgão e inventários de abrangência nacional.

Pelo universo do ACI/RJ iniciamos um novo caminho para pensarmos as questões da governamentalidade estatal e do exercício do saber/poder através da produção e agenciamento de documentos que materializarem todo o campo de embates e acordos estabelecidos para a instituição de bens patrimoniais tombados.

5.3 O Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ): espaço, documento e poder

Perceber os processos de constituição do Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) e sua relação com os instrumentos administrativos e legais voltados ao desenvolvimento e/ou aplicação de ferramentas para gestão e valorização dos seus acervos arquivísticos permite-nos agora analisá-lo como uma “central de cálculo” (LATOUR, 2000) e, conseqüentemente, como um *lugar praticado* (CERTEAU, 2004).

Na concepção de Murguia (2011, p. 29, tradução nossa), “[...] o arquivo é sempre uma exterioridade, uma prótese, uma quantificação do documento; mas, sobretudo, é também um lugar e um espaço”. No entanto, o autor observa que *lugar* e *espaço* são categorias conceituais distintas, ainda que se cruzem.

Como apresentado por Certeau (2004, p. 201),

Um *lugar* é a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do “próprio”: os elementos considerados se acham uns *ao lado* dos outros, cada um situado num lugar “próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade.

Já o *espaço* é tratado pelo autor como

[...] o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada, isto é, quando é percebida na ambigüidade de uma efetuação [...]. Diversamente do lugar, não tem portanto nem univocidade nem a estabilidade. Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. (CERTEAU, 2004, p. 202).

Murguia (2011) destaca que um arquivo entendido como *lugar* seria aquele vinculado à noção de disposição física dos documentos, de um local onde reina qualquer tipo de ordem e exercício de poder. Para o autor, essa ideia se relaciona aos arquivos institucionalizados, presentes na esfera pública ou privada, os quais passaram a ser reconhecidos como *lugares de memória*.

Todavia, a noção de *espaço* permite uma dinâmica para este tipo de enquadramento na medida em que sua condição de existência está na operacionalização de uma série de ações tanto para a possibilidade de compreendermos o arquivo como prótese quanto para direcionarmos nossas análises para os movimentos e deslocamentos que levam a diversos tipos de exterioridade, materialidade e circulação documental. Tais ações são articuladas

através de práticas/fazeres ou trajetórias de ordens estratégicas e táticas. Ou seja, Murguia (2011) através de um olhar que tende a destacar os processos de dessacralização (profanação) ou desmitificação dos *lugares de memória*, observa que os arquivos são o resultado dos procedimentos de racionalização estratégica que levam, por exemplo, a circunscrição de um *lugar* como *algo próprio*. Assim, destaca o entrelaçamento dos lugares com as estratégias e o exercício do poder, mostrando que

As táticas são as respostas que as estratégias institucionais determinam, é a arte da astúcia, como em um enfrentamento bélico onde há que se encontrar as fissuras através das quais as táticas podem ser exercidas. As táticas não possuem lugares, não são espaciais, pelo contrário são temporais e se esgotam em um momento. (MURGUIA, 2011, p. 31, tradução nossa).

Quando o autor lança essas questões, presentes nos processos de institucionalização dos arquivos, leva-nos ao entendimento desses espaços também como um *não-lugar*, uma vez que as manifestações temporais, como a memória, são formas de apropriações e emergências criadas nas fissuras desejadas pelo exercício de um poder institucional; que se manifesta em diferentes níveis para criar condições de existência. Para melhor compreendermos os limites ou as fronteiras dessas questões, propomos um aprofundamento do pensamento sobre a relação entre memória e arquivo.

Na visão de Piggott (2007), essa relação é uma questão incontestável, a qual pode ser percebida desde Jenkinson (1922)⁴¹ chegando às considerações de uso bastante comum da ideia de *lugar de memória*, proposta por Nora (1993). Como pontua, durante os últimos quatro séculos as estruturas corporativas e o Estado têm necessitado, cada vez mais, de uma memória. Este fato pode ser verificado de forma mais pontual desde a Nação-Estado, e de toda sua maquinaria, que passou a descobrir que “[...] os registros não eram uma conveniência artificial, mas um capacitador indispensável e muito exato da lembrança organizada” (PIGGOTT, 2007, p. 410). No entanto, o autor enfatiza o exagero dessa conexão ao problematizar o peso que algumas afirmações têm sobre a ideia de que a base documental da memória coletiva de uma nação teria como alicerce - para a manutenção da memória do mundo - a conservação de documentos (representação do passado humano) em lugares como os arquivos.

Piggott (2007) chamou a atenção sobre a distinção entre a lembrança e o esquecimento, fator que segundo ele tem se desvanecido. Sobre isso, destaca que cada vez

⁴¹ Piggott (2007, p. 430, tradução nossa) apresenta a ideia de Jenkinson de que “[...] lembrar realizando um registro significa realmente que depois se pode esquecer com maior segurança”.

mais os arquivos, as bibliotecas e os museus passam a ser considerados coletivamente como instituições de memória. Como pontua, no setor do patrimônio cultural da Austrália e de outros países, os estudos culturais e de memória dentro dessas três instituições desconsideram a importante distinção que se coloca através da dialética da memória (lembrança e esquecimento). Através destes estudos, os contrastes entre a natureza e a significância da memória não estão presentes no interior desses lugares, mas o que é distinguido são os “[...] mitos e crenças comunicados de maneira oral por uma parte, e os objetos, artefatos e documentos fisicamente mais duráveis, por outra” (PIGGOTT, 2007, p. 416, tradução nossa). Como apresenta, o Programa “Memória do Mundo” (1992), da UNESCO, que permite o registro de materiais arquivísticos e impressos, é um exemplo da ampliação dessas manifestações em âmbito internacional. Por meio desse Programa percebemos alguns movimentos que tendem para uma sobrevalorização da preservação de certa memória através da seleção de determinados registros e sua instituição como patrimônio documental; um patrimônio que carregaria a incumbência de ser o suporte e objetificação da memória do mundo.

Segundo o autor, uma articulação mais ampla e qualificada para a relação entre memória, registro (s) e arquivo (s) na atualidade seria possível, por exemplo, através dos trabalhos desenvolvidos por Cook (2001)⁴², os quais colocam que a importância do resíduo documental está não somente vinculado à memória da sociedade, mas que seu alcance abarca a revelação das inter-relações entre o cidadão-estado e seus equivalentes em corporações, corpos não governamentais, instituições, organizações religiosas e outras. Em outros termos, essa visão permite-nos considerar não somente os registros das transações administrativas, mas as tantas informações e memórias “circunscritas” em diferentes suportes e/ou realizadas em diversas manifestações.

Para Piggott (2007, p. 436), as operações que têm por intenção tomar a memória como objeto estão, geralmente, destinadas ao fracasso. Em sua opinião, tais ações que visam recordar o oco ou a “presença ativa das coisas ausentes” tendem a “profanar e desmoralizar; golpear tanto simbólica quanto fisicamente” o traçado dos resíduos do passado.

Como colocaria Certeau (2004, p. 189), “[...] o que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências”. Os arquivos compreendidos nesses aspectos seriam, portanto, um símbolo e um *lugar de memória*; simbolizariam tanto o passado

⁴² O autor direciona suas colocações a partir do seguinte artigo de Terry Cook: Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, n. 1, p. 3-24, 2001.

através das buscas das origens quanto o poder do Estado moderno através de diversos lugares como as cidades, instituições civis e oficiais (MURGUIA, 2011).

Esta visão nos aproxima dos movimentos empreendidos para valorização dos acervos documentais do IPHAN pautados na justificativa, apresentada na década de 1990, de que eram o “recheio” do Palácio Capanema. Por esta perspectiva, verificamos como a transformação simbólica desses acervos foi um processo para capacitação e perpetuação de uma lembrança organizada, que tinha por objetivo dar visibilidade ao grupo que havia se estabelecido no poder em determinado período da história. A partir desses pressupostos, a transformação do Arquivo do IPHAN em *lugar de memória* pode ser compreendida como uma operação que apagaria vários traçados dos resíduos do passado para dar destaque a um conjunto de ações estatais na esfera cultural. Ou seja, mais do que o *lugar de memória* da preservação, este Arquivo seria apresentado como um dos tantos símbolos da nação idealizado na Era Vargas. O mais curioso é observarmos, como esta ação valorativa proposta pelas coordenadorias da extinta SPHAN/FNPM buscou fundamento não no poder das ações da instituição preservacionista, mas no poder do Ministério da Educação e Saúde (MES) e na memória histórica construída em torno deste órgão, do movimento moderno e do ministro Gustavo Capanema.

Um fator importante nessas reflexões é atentarmos para os procedimentos de profanação (racionalização) tanto das memórias quanto das diversas manifestações culturais através das articulações, no exercício de múltiplos poderes, para a institucionalização, estabilização e enquadramento de espaços como lugares pré-estabelecidos. A crescente definição, valorização e preservação desses lugares e de seus conteúdos ressaltam a ideia de uma “retórica da perda”, sem que pareça ser necessário colocar em discussão as várias resignificações valorativas, os esquecimentos e os movimentos por trás das operações que visam transformar documentos/arquivos em patrimônios culturais.

Enfatizamos que nossa proposta não é tomar a memória como enfoque, embora em muito a relação que destacamos esteja presente nas discussões relacionadas ao campo do patrimônio. Nosso intuito é, entretanto, verificar de que maneira podemos identificar os *não-lugares* dentro do arquivo. Ou seja, pretendemos compreender os procedimentos, os dispositivos e os contradispositivos que são operacionalizados nos movimentos de profanação dos registros, dos documentos e dos arquivos. Em outras palavras, nossa proposta é acompanhar os percursos através dos quais a materialidade opera em espaços e lugares ao invés de analisarmos os procedimentos que levariam à ideia de uma objetificação de virtualidades; alocações que nos encaminhariam às tantas buscas da “memória” por objetos

concretos para sua existência e/ou emergência. Nosso enfoque é, portanto, a materialidade e o documento, pois através dessas duas formas de existência é que podemos identificar os *não-lugares* ou o arquivo como um *lugar praticado*.

Nesse sentido, podemos verificar como os procedimentos de valorização dos acervos documentais do IPHAN começaram a ser operacionalizados pelo INEPAC, em 2002. A parte das intenções por trás dessa ação, chamamos a atenção para o fato de que tais acervos começaram a ser tratados, predominantemente, pelo seu valor informativo. Como apresentado na justificativa do processo de tombamento elaborado pelo órgão preservacionista do Estado do Rio de Janeiro, estes compõem um centro aglutinar da intelectualidade do país. Ou seja, são centrais de produção e acúmulo de registros que se retroalimentam constantemente, não servindo apenas como instrumento para valorização de alguns movimentos sociais, mas como uma fonte de informação passível de interpretação. Nesse ponto, verificamos uma das ações possíveis de racionalização (profanação) dos acervos arquivísticos; processo que tende a valorizar um lugar tendo como base a operacionalização de interesses diversos, garantindo uma utilidade específica, menos abstrata ou simbólica, ao *corpus* documental encerrado no arquivo.

No entanto, temos que ter claro que continuamos em um campo de embates, transformações e resignificações. Isso porque, independentemente das justificativas para atribuição de valor e patrimonialização desse arquivo, o que verificamos nesses processos é que o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) é um objeto de disputas constante entre diferentes frentes de poder (internas e externas).

Ao percorrermos a trajetória da instituição preservacionista federal verificamos várias retóricas de visibilidade e invisibilidade que foram estrategicamente articuladas, a partir de jogos e relações de poder, com a ilusão de que através do obscurecimento de embates (internos e externos) seria conquistada a tão pretendida autoridade, legitimidade, validação, estabilidade e/ou personificação das práticas patrimoniais. Embora nesse processo muitos rastros tenham sido apagados, ainda encontramos os primeiros traçados do caminhar dos sujeitos que agiram ideológica, política e administrativamente desde os seus estudos para a descoberta e defesa das bases que norteariam os princípios das políticas e práticas culturais e preservacionistas.

Se hoje podemos refletir sobre um campo do patrimônio no Brasil é porque possuímos um repertório de informações acumulado ao longo do percurso da constituição e desenvolvimento desta instituição preservacionista. Se conseguimos entrelaçar vivências, lutas e confrontos entre os agentes diretamente envolvidos nas disputas pelo protagonismo da

elaboração e incorporação das ideias de bens culturais brasileiros no corpo estatal para, então, poder protegê-los é porque não estamos no espaço-tempo do acontecimento/ação. Assim, tornamo-nos, de certa maneira, mais fortes e instrumentalizados para revisitar esses percursos.

Os espaços e as formas de relações antes desconhecidas - ou visualizadas mediante os limites impostos pelo domínio parcial da vivência - nos foram apresentados de antemão. As lutas de poder que ora eram mostradas e ora eram escondidas hoje são desveladas e podem ser correlacionadas. A interpretação dos indícios que nos foram legados, dos registros produzidos, em muitos casos com a intenção de esconder ou desorientar, leva-nos hoje a pensar nas tensões no IPHAN (internas e externas) e de que maneira estas foram agenciadas para garantir a sua manutenção. A própria abertura, efetiva, do arquivo para o acesso de vários tipos de usuários fez com que diferentes marcas dessa trajetória fossem colocadas em destaque e, ao mesmo tempo, criou novas demandas para sua gestão.

A partir desses apontamentos questionamos: em que medida a manutenção do IPHAN mostra a sua instabilidade? Quais recursos foram necessários para garantir sua estabilidade e continuidade? Até que ponto essa estabilidade poderia ser corroída? Será que o poder que emana do IPHAN é o resultado de sua própria fragilidade institucional? Como esses riscos puderam ser calculados? Qual central ficaria responsável por garantir a segurança do IPHAN e desenvolver armas mais eficazes para o seu enfrentamento com diferentes frentes de poder?

O arquivo, que resguarda a documentação que gera uma ação sobre o bem patrimonializado, é a sede física do poder, a central de cálculo, o marco institucional da estabilidade do poder, tendo sido alegoricamente configurado como o “monumento” ao IPHAN. Ou seja, o lugar a partir do qual esta instituição começou a se mostrar e a controlar à distância a sua coleção de bens inventariados e/ou tombados, exercendo um domínio analógico ao do Panóptico de Bentham. Nesses termos, é este arquivo que também dará ao documento a noção de patrimônio, como destacamos no caso do tombamento do acervo arquivístico do IPHAN pelo INEPAC, no item anterior.

O cálculo como instrumento através do qual podemos mensurar a materialidade de uma ação é apresentado por Foucault (2008b) como a base para regular o governo pela racionalidade: de quem governa e de quem é governado; de quem gera e de quem recebe uma ação. Nesse sentido, calcular seria medir os limites de uma ação para proteger interesses diversos (individuais e coletivos); portanto, seria uma intervenção de segurança. Como especificamos no terceiro capítulo, os dispositivos que garantem essa segurança no âmbito das ações preservacionistas são os documentos patrimoniais que passam também a ter o poder de

controlar as ações efetivadas, garantindo a permanência das deliberações através deles instituídas. O documento passa a ter domínio sobre o que materializa.

Assim, as práticas documentais denotam os limites de um burocrata, instituem uma rotina burocrática com diferentes instrumentos de limitação e autolimitação. Somente através dessas práticas a máquina burocrática tem assegurado o seu fazer na medida em pode mensurar a repercussão e validação de suas ações, pois se instrumentalizou para isso.

Ah! Esses burocratas, como são odiados; gente que só mexe com papéis, arquivos e fichas, que nada sabe sobre o mundo real, mas que está sempre pondo formulários sobre formulários só para ver se foram preenchidos corretamente; curiosa raça de lunáticos que prefere acreditar num papel a crer em qualquer outra fonte de informação, mesmo que esse papel contrarie o senso comum, a lógica e até os próprios sentimentos. (LATOURE, 2000, p. 415).

Como apresentado por Latour (2000), este desdém com relação aos “papelocratas” não deve ser compartilhado quando a proposta é seguir a ciência em ação até o fim, pois os registros por eles produzidos ou acumulados são os fenômenos ausentes com os quais podemos contar; método também aplicado por Frohmann (2004) para análise do trabalho científico como forma de construção de dispositivos.

No capítulo anterior, discutimos a questão da institucionalização e burocratização das ações preservacionistas relativizando a ideia apresentada por Bomery (1991) de que a utilização de tais práticas teria constituído um patrimônio “desprovido” de sentido. Agora é interessante retomá-la a partir da proposta de Latour (2000) e pelo viés da Arquivologia e da Ciência da Informação para mostrar que esses procedimentos representam a racionalização (profanação) necessária à materialização de valores e elementos abstratos que coexistem no interior das atividades preservacionistas/culturais; para, assim, constituir um bem patrimonial passível de ser compreendido como resultado do alinhamento de diferentes elementos que são próprios de uma cultura institucional.

Pelos princípios da Arquivologia de proveniência e organicidade, compreendemos que a prática documental burocrática está diretamente relacionada a uma realidade específica, a da instituição produtora. Assim, reflete sempre as funções de um determinado órgão, sua estrutura, organograma, atividades e hierarquia. Nesse sentido, os documentos produzidos também nos apresentam as variações e tensões existentes na estrutura institucional, da mesma forma que traduzem os sentidos de patrimônio defendidos por determinadas gestões administrativas em diferentes historicidades.

Os agentes preservacionistas em sua função de burocratas ou os burocratas que agem no campo do patrimônio não estão à parte do mundo real, mas operacionalizam uma parcela desta realidade no interior de uma instituição que está inserida na máquina governamental; e que, portanto, não têm como base conceitos, critérios e lógicas advindas do senso comum. A construção, manutenção e continuidade dessa realidade são possíveis através de um processo contínuo de inscrição, representação e reinvenção do mundo. Como defendido por Cook (1998), os documentos são uma construção social, a materialização de forças e tensões que, numa via de mão dupla, retroativamente determinará também as forças que o criaram. O autor nos mostra que nada é neutro e imparcial, portanto, tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado e significado por aqueles que falam, fotografam e/ou escrevem com um propósito definido.

A documentação patrimonial, produzida para atender uma ação administrativa, gerar práticas preservacionistas como o ato do tombamento, não se encerra em si mesma. Embora seja agenciada para determinar um ato, tornando-se a prova dessa ação, desloca-se para outras formas de agenciamentos. Ou seja, age dentro de si e para si; dentro da instituição em que está inserida e fora de seu lugar institucional.

A primeira forma de agenciamento consiste na formulação do documento, na construção de suas estruturas, no tratamento dos elementos tangíveis e intangíveis que formarão um texto/registo; é a etapa das formalidades da produção documental. Os documentos elaborados para atender as especificidades das atividades-fim do IPHAN são produzidos em espaços internos e externos, por exemplo, nas unidades do Instituto e nos locais onde os agentes preservacionistas realizam pesquisas de campo e levantamentos de dados. No entanto, as decisões sobre a forma de produção desses documentos, sua validação, organização, armazenamento e disponibilização ocorre em uma central; local onde passam a ter o poder de autenticar o patrimônio nacional. Dessa forma, as coisas que foram vistas e registradas pela primeira vez, são encaminhadas a um lugar no qual poderão ser sempre (re)vistas, tratadas e correlacionadas para formar um *corpus* documental capaz de agir sobre realidades diversas em qualquer momento da história.

A produção desses registros é, portanto, realizada no escritório e fora dele, em diferentes espaços e temporalidades. Sendo assim, o entendimento, reconhecimento e sobreposição desses elementos materializados, que nunca são o reflexo exato das coisas registradas, se altera constantemente como o objeto de referência. Os traçados que imprimem sobre e no mundo são o resultado de várias combinações, que geram sempre novas realidades

espaciais e documentais; fronteiras e direções que se alteram com o passar dos tempos e em função de diversas contingências.

Esse processo ocorre através do entrelaçamento de domínios (político, econômico, cultural, social) que conspiram para a construção de um mesmo objeto: “um ciclo de acumulação graças ao qual um ponto se transforma em *centro* agindo à distância sobre muitos outros pontos” (LATOURE, 2000, p. 361). O que é acumulado nesse centro tem por função o reinvestimento instantâneo em outro ciclo de acumulação. Só quando trazemos, para o interior de uma sede de poder estatal, conhecimentos, lugares e pessoas em forma de inscrição é que podemos começar a agir sobre eles. Assim verificamos que o repertório de inscrições produzido pelos neocoloniais e pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), por exemplo, permaneceu e foi utilizado independentemente da manutenção ou representatividade de seus produtores. Isso porque é um *corpus* documental possível de ser alinhado a outros para fortalecer quem os utiliza.

Para que movimentos semelhantes sejam viáveis é fundamental, portanto, inventar meios que tornem elementos imóveis, efêmeros ou pouco acessíveis em uma forma móvel fiável; de fácil acesso ou manipulação. Ou seja, estes instrumentos (inscrições) devem ser produzidos com a maior precisão possível para que estabilizem realidades diferenciais, sendo amostragens manipuláveis do que foi observado e estudado em outros espaços e tempos. A partir da visão de Frohmann (2004; 2009), o ato de documentar é fundamental para criar permanências pela materialidade. Para Latour (2000), os registros que estabilizam também permitem mobilidade e combinabilidade, condições que não são excludentes, mas essenciais para praticar uma dominação à distância (LATOURE, 2000).

Como um laboratório experimental para ação sobre outros pontos, o Arquivo do IPHAN reconstrói artificialmente o mundo real através dos registros que produz, organiza e armazena. O mundo externo é trazido para o espaço-tempo do arquivo, da mesma forma que as suas alterações. Isso porque, os processos de tombamento, por exemplo, não cessam de ser alimentados com novas informações, mesmo após gerar o ato do tombamento.

Quando as coisas são retiradas de seu lugar de origem perdem sua condição de emergência e suas características de acontecimento/experiência. Entretanto, podem ser combinadas com outras inscrições feitas do mesmo *lugar* ou *espaço*. Um amplo conhecimento sobre o mundo real é possível, então, pelo acúmulo de diferentes tipos de registros, os quais podem ser entrelaçados a tal ponto que uma central torna-se suficientemente forte e autorizada para exercer domínio sobre o que materializa.

Nesse ponto é que consiste a força do arquivo, na medida em que cria uma realidade externa e uma interna. A autoridade dos registros colhidos e colecionados é potencializada através de constantes processos de reinvenção; uma das características das ações preservacionistas que tem o papel de transformar a “natureza” dos bens patrimonializados, os quais são (re) valorizados e passam a ter novas funções/representatividades.

Por estas questões é que percebemos como a documentação patrimonial já nasce histórica, na medida em que o teor das informações que registra adquire potencialidade para estabilizar elementos do mundo real e transformá-los a partir de processos de (re) significação e (re)valorização. Esse agenciamento do documento dentro de si possibilita que este opere para si mesmo, exercendo uma ação física direta no prédio em que está alocado. Ou seja, começa a construir traçados específicos no lugar em que está armazenado; tornando assim o *lugar em espaço*.

Verificamos isso através do arranjo da documentação do IPHAN com base no método geográfico, através do qual os processos de tombamento são dispostos fisicamente no arquivo tendo como referência a localização dos prédios representados, tratados e valorizados por esta documentação. Assim, o conteúdo dos documentos é uma representação do mundo externo e a sua localização no interior do arquivo tenta reproduzir a realidade espacial externa. Mais: como os processos de tombamento continuam a receber documentos constantemente há sempre novos movimentos, o que faz com que um *lugar* seja ao mesmo tempo um *espaço*. Em outras palavras, a organização espacial interna do arquivo sofre deslocamentos constantes em função da inclusão de novas peças documentais nos processos de tombamento; desestabilizando, assim, a ordem, univocidade e estabilidade do *lugar*, tornando-o um *espaço* ou um *lugar praticado*. Qualquer alteração em um bem imóvel tombado é “minuciosamente” analisada e registrada para que a central de cálculo mantenha a sua força e não perca o domínio sobre o seu objeto. Dessa maneira, a documentação patrimonial age fora de si sobre outros espaços distantes através do documento que está no arquivo: pela deliberação do ato do tombamento, pela transformação simbólica dos bens tombados e pelo controle das/sobre as transformações dos bens sob sua proteção.

Assim, percebemos que diferentes espaços e tempos podem ser produzidos no interior das redes construídas para mobilizar, acumular e recombinar o mundo. Através dessa cartografia, o distante fica próximo, fazendo com que as centrais de acúmulo e cálculo sejam tão locais quanto os pontos reproduzidos e/ou combinados. No entanto, devemos considerar que essas associações são resultado de lutas constantes entre diferentes domínios de

saber/poder, os quais enfrentam o tratamento de interesses diversos em direção ao desenvolvimento de práticas preservacionistas.

Como apresenta Bastardis (2012), o Arquivo do IPHAN representa as marcas de uma trajetória de contradições e a documentação patrimonial emerge nesse campo de embates como uma ação no processo de construção do futuro. Assim, as contradições institucionais, podem ser vistas não somente através dos embates entre paixões e interesses pessoais, mas pelos confrontos que visaram garantir ao presente um futuro possível. Para o autor, essa visão de futuro, de *vir a ser*, pode ser encontrada na seguinte reflexão de Aloísio Magalhães (apud LEITE, 2003, p. 11),

[...] uma cultura é avaliada no tempo e se insere no processo histórico não só pela diversidade dos elementos que constituem [...] mas sobretudo por sua continuidade. Essa continuidade comporta modificações e alterações num processo aberto e flexível, de constante realimentação, o que garante a uma cultura sua sobrevivência. [...] Pode-se ao mesmo tempo dizer que a previsão ou a antevisão da trajetória de uma cultura é diretamente proporcional à amplitude e profundidade de recuo no tempo, do conhecimento, da consciência do passado histórico.

A partir dessa citação afastamos a ideia de que os movimentos étnicos, as manifestações e os bens culturais estão e permanecerão em um cantinho isolado do espaço e do tempo. Essa noção se altera na medida em que passamos a considerar as práticas preservacionistas como ações que geram novas redes de interação. Nesse sentido, a documentação patrimonial que atribui valores a espaços e práticas distantes, produzem novas redes de acúmulo, vivências e transmissão de informações, impulsionando novos conhecimentos e experiências. O documento, assim, passa a ser um dispositivo por gerar ações; sendo essa possibilidade de *vir a ser* a condição de sua própria historicidade.

Os agentes preservacionistas ao refazerem as ordens de tempo e espaço, constroem um tempo-espaço diferente, o que lhes permite transitar pelo interior das redes estreitas e frágeis dos valores que atribuem aos bens culturais para poder protegê-los. Assim, no interior destas tramas vão aperfeiçoando a circulação de seus traçados no mundo, aumentando a mobilidade e velocidade de suas ações bem como a sua capacidade de valorizar e controlar um maior número de bens culturais (móveis e imóveis; materiais e imateriais).

Assim, quando normalizadas as práticas de produção documental, um centro torna-se suficientemente forte para estabilizar tensões e conflitos que advém de domínios internos e externos. Uma prática que poderia ser considerada insegura ou duvidosa adquire força e validade pelo que registra e pela qualidade do que é registrado; mais do que pela

representatividade de quem registra. Pela acumulação de dados fiáveis, começa a ser produzido um equilíbrio de forças entre as tensões geradas pelo embate entre diversas frentes de poder. É através do arquivo que os agentes patrimoniais começam a dominar o mundo externo, pois ingressam no caminho seguro dos registros que permite uma observação e um controle contínuo das ações efetivas no passado e no presente. A constituição desse centro começa a fazer o mundo gerar em torno dele e não o contrário.

O que faz do Arquivo do IPHAN um *lugar praticado* são os deslocamentos de espaço-tempo, os movimentos dos documentos, a inclusão de novas peças documentais, as saídas e entradas de papéis nos processos de tombamentos, os programas de gestão que criam Códigos de Classificação, a elaboração de instrumentos para pesquisa, as pesquisas feitas por usuários, os trabalhos produzidos com base nas fontes de informação ali armazenadas; enfim, a cartografia que é pensada para esse lugar através de vários arranjos e rearranjos.

Assim, quanto mais normalizadas as práticas de produção documental, quanto mais recursos forem desenvolvidos para controlar e gerenciar essa documentação, maior será o poder dessa central para estabilizar tensões e conflitos entre interesses pessoais e gestacionais. Um dos papéis de uma central de cálculo é, portanto, garantir condições para que a finalidade das atividades de um órgão estatal seja atingida com o mínimo possível de interferência, o que poderia afetar a credibilidade, legalidade e legitimidade de uma ação quando instituída.

Como apresentamos na segunda parte deste capítulo, até o final da década de 1970, o Arquivo era de certa maneira um monumento ao IPHAN. As atividades centralizadas, o acesso restrito aos documentos e a pouca transparência dada às práticas documentais fazia desse local um depósito inativo de informações, podendo ser compreendido como um patrimônio encerrado em si mesmo; “apenas” um monumento para homenagear funcionários ilustres e servir para construção da identidade deste órgão com base nos feitos de seus gestores. No entanto, devemos lembrar que os arquivos nesse período eram tratados mais como *lugares de memória*, como analisamos anteriormente. Assim, os arquivos serviam para guardar e proteger os documentos, disponibilizando-os para finalidade de pesquisa desde que fossem utilizados, por exemplo, para auxiliar no processo de construção de uma certa imagem da nação.

Após esse período, principalmente depois da saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade da diretoria, iniciou-se uma série de modificações no IPHAN: descentralização das práticas preservacionistas, mudanças de vínculos hierárquicos e o surgimento de novas visões de patrimônio. Além disso, paulatinamente, o Arquivo começou a ser transformado em um espaço de documentação. A abertura dos acervos arquivísticos para consulta transformou-o,

então, em um *lugar praticado*. No entanto, este manteve seu valor de patrimônio, não por ser um *lugar da memória* da instituição, mas pelo seu poder de patrimonializar, sendo assim, também um *lugar praticante*. Por estas questões e pelas características dos documentos produzidos por esta instituição (uso corrente e valor permanente), percebemos que novas propostas de gestão começaram a ser pensadas, as quais teriam o desafio de tratar este arquivo a partir de uma perspectiva integradora. As abordagens propostas pela Arquivística Integrada e pela Arquivística Funcional⁴³, de certo, auxiliaram muito ao longo desse processo – ao menos percebemos algumas destas influências no Programa de Gestão Documental do IPHAN (2002).

Pois bem, a partir da década de 1990, percebemos que o domínio das práticas preservacionistas e documentais foi saindo do escritório, da sala da diretoria, para se instaurar no arquivo. Assim, devido à heterogeneidade das ações que deveria exercer e dominar, foi necessário o desenvolvimento de formalidades mais contundentes sobre as práticas de gestão documental para manter a coesão do IPHAN e conservar seu “império” (LATOUR, 2000, p. 400); que se mostrava bastante fragmentado e instável. Como demonstrado por Latour (2000), os formalismos são atraídos ao centro de cálculo proporcionalmente às necessidades de gerenciamento de instabilidades e fragilidades. Logo, foi iniciado um intenso trabalho de tratamento documental: instauração de procedimentos para normalização da produção documental, inventários dos acervos arquivísticos, revisão de processos de tombamento, reabertura de processos para rerratificação de tombamentos realizados ou finalizados inadequadamente, etc. Enfim, todo um controle e um disciplinamento das atividades documentais começou a ser realizado para garantir a manutenção e continuidade do IPHAN. Foram, portanto, esses e outros movimentos, que deram visibilidade à fragilidade dessa instituição.

Ao destacarmos essas diferentes formas de associações, percebemos o lugar onde o poder começou a ser exercido dentro do campo do patrimônio. Como o poder não se define,

⁴³ A Arquivística Integrada, com origem no Canadá Francês (década de 1980), vinculou-se à corrente arquivística (arquivos históricos e princípio da proveniência) francesa e à norte-americana (gestão de arquivos correntes). Assim, através do estudo dos arquivos como um conjunto de informações orgânicas, propôs uma disciplina integradora e interdisciplinar voltado ao tratamento de todo o processo documental: criação, tratamento, conservação e utilização dos documentos ativos, semi-ativos e históricos. Com origem no Canadá Inglês, também na década de 1980, a Arquivística Funcional, foi desenvolvida com base no paradigma de informação pós-moderno, cujos fundamentos foram: redescoberta do princípio de proveniência e ênfase na importância da dimensão social do documento e dos arquivos. O objeto de estudo é o contexto de produção dos documentos e a análise dos criadores de seus criadores. Por essa corrente, os documentos de arquivo seriam: entidades construídas e mantidas socialmente, uma forma de poder e de manipulação, um agente ativo e dinâmico na vida dos indivíduos, organizações e sociedade (TOGNOLI, 2010, p. 101).

mas é praticado, afirmamos que ele advém da forma como são desenvolvidas as práticas documentais, que geram a documentação patrimonial que é o único instrumento a partir do qual um patrimônio tombado pode emergir; sendo esta documentação que passará a exercer, dentro do arquivo, um controle à distância sobre os bens patrimonializados.

O patrimônio é, nesse sentido, resultado das ações de uma rede de produção e acúmulo de registros que se estabelece a partir das interconexões entre vários domínios e elementos, os quais aos serem registrados/materializados passam a ser mais estáveis e concretos que em sua manifestação em outros espaços. O fato é que tais redes constroem outra realidade, mais permanente e completa, que poderá servir de modelo/observação para medir, calcular e, posteriormente, controlar a instabilidade dos objetos que não estão encerrados nesse laboratório experimental. Deste modo, quando todos esses meios são firmemente amarrados passam a mobilizar mais associações, transitando com maior facilidade de um ponto a outro; fato que nos permite pensar na interação entre o patrimônio e a sociedade.

Os documentos emergem nesse sentido como dispositivos sociais de poder pelo tipo de associações que estabelecem entre diferentes pontos: sendo a porta de entrada de elementos externos no universo do registro e o agente para devolução à sociedade de um espaço-tempo que não existe mais. Ainda, os documentos vistos a partir desta perspectiva são os instrumentos que impulsiona a construção de conhecimentos. Como apresenta Latour (2000, p. 357),

[...] ‘conhecimento’ não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição à ‘ignorância’ ou ‘crença’, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação: como trazer as coisas de volta a um lugar para que alguém as veja pela primeira vez e outros possam ser enviados para trazer mais outras coisas de volta. Como familiarizar-se com coisas, pessoas e eventos distantes?

Nas centrais de cálculo são produzidos registros a partir de domínios, às vezes, totalmente desvinculados, mas com a mesma forma, as mesmas coordenadas, as mesmas funções; são apenas resultados de pontos de vistas diferentes. Essas formas não distorcem o objeto de referência, mas servem para acelerar o movimento de acúmulo de registros para uma dada finalidade. Assim, são decorrências de um mundo concreto de depuração, servindo para concentrar ainda mais associações como se fossem, por exemplo, mais sociais que a própria sociedade; mais reais que qualquer convenção estipulada pelo homem. “[...] As inscrições finais não são o mundo; apenas o representam em sua ausência” (LATOUR, 2000,

p. 402). Como destacado por Latour (2000, p. 367), “[...] muitas coisas que não podem ser feitas com o mundo podem ser feitas com esse mundo de papel”.

Se a existência do patrimônio é possível por meio desses diferentes agenciamentos, pensá-lo somente através da sua legalidade e como uma ação administrativa que ocorre harmonicamente no interior de um órgão estatal é deixar de lado os tantos instrumentos e conexões que foram necessárias ao longo desse processo. É obscurecer uma questão fundamental: o aprimoramento das práticas e métodos de gestão documental nasceu em meio à instabilidade do IPHAN. Claro que esse movimento também está correlacionado a uma série de outras questões externas que possibilitaram que tal trabalho fosse desenvolvido, como por exemplo: as leis de arquivo, o fortalecimento da profissão e instituições arquivísticas, os movimentos para democratização da memória e da informação, etc. Fatores que, numa via de mão dupla, também auxiliaram para a descoberta da fragilidade desta instituição.

Portanto, a história do patrimônio é,

[...] em grande parte, a história de todas as pequenas invenções feitas ao longo da rede para acelerar a mobilidade dos traçados ou para aumentar a fidedignidade, a combinação e a coesão deles, de tal modo que a ação à distância se torne possível. (LATOURE, 2000, p. 415).

Ou seja, pensar sobre a história do patrimônio é colocar em destaque a gama de associações - mais fracas e mais fortes – entre instrumentos, ferramentas, deliberações legais/administrativas e toda a maquinaria burocrática governamental que subvencionou os “laboratórios experimentais” para garantir estabilidade e materialidade a discursos, acordos, tensões e disputas; tendo como objetivo principal fazer o IPHAN expandir pela ordem e, ao mesmo tempo, por deslocamentos e processos de reinvenção.

Por mais paradoxal que possa parecer, defendemos que a manutenção, continuidade e poder do IPHAN advêm de diversas instabilidades e fragilidades, dentre as quais destacamos: a dos discursos e saberes que foram incorporados pelo Estado; das práticas protecionistas que antecederam a criação legal do campo do patrimônio; das tensões entre os agentes preservacionistas; das alterações de normativas e vínculos institucionais; e dos poucos critérios para elaboração da documentação patrimonial. Tais instabilidades impulsionaram o desenvolvimento de instrumentos mais precisos para racionalização das práticas preservacionistas, os quais foram fundamentais para construir permanências e estabilidades que são pontos de referência para reorganizações/reinvenções valorativas. Assim, o arquivo que operacionaliza tais questões é a sede do poder patrimonial, pois é nesse lugar que o poder

é exercido pelas circulações, mobilizações, arranjos, rearranjos, combinações e conexões que a documentação patrimonial estabelece entre diversos domínios do mundo interno e externo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início dos estudos para o desenvolvimento desta tese, aceitamos a seguinte proposta apresentada por Latour (2000, p. 20): “Deixai o saber sobre o saber”. Esta escolha foi fundamentada pelo intuito de construirmos um caminho que nos permitisse repensar o documento, entendendo-o através de diferentes visões, tratamentos e saberes (disciplinares, epistêmicos, científicos). Na mesma linha, repensar o documento e o patrimônio através das suas relações, associações e articulações em diferentes momentos da história e a partir de diversas ações governamentais para defendermos a nossa hipótese de que o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) configura-se como uma sede do poder do patrimônio. Nosso interesse foi o de conhecer alguns saberes e de que forma foram validados para, dessa forma, utilizá-los como coordenadas no nosso caminhar; sem, assim, nos vincularmos à pré-conceitos, a pré-determinações, a condições *apriorísticas*.

Partimos, portanto, do princípio de que o “[...] ‘conhecimento’ não é algo que possa ser descrito por si mesmo ou por oposição a ‘ignorância’ ou ‘crença’, mas apenas por meio do exame de todo um ciclo de acumulação [...]” (LATOURE, 2000, p. 357).

Além disso, trabalhamos com a ideia de que

“[...] O conhecimento, no fundo, não faz parte da natureza humana. É a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento. O conhecimento não é instintivo, é contra-instintivo, assim como ele não é natural, é contra-natural”. (FOUCAULT, 2009, p. 17).

Essas visões sobre o conhecimento nos permitiram trabalhar com os saberes a partir da noção de que são um constante *vir a ser*; de que as coisas, as emergências tanto documentais quanto patrimoniais são o resultado de práticas e exercícios de poder em seu contínuo processo de *vir a ser* – dadas as circunstancialidades e procedimentos de validação institucional que possibilitam tais condições.

Quando decidimos partir nessa viagem com o intuito de descobrir, desvendar e, posteriormente, apresentar os fundamentos para a defesa dessa tese tivemos que buscar um conjunto de entendimentos suficientemente resistente para nos conduzir no percurso pelos tantos universos que queríamos transitar até chegarmos ao Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ); entendimentos que nos fortalecessem e permitissem observarmos *espaços, lugares* e objetos de uma forma diferenciada. Enfim, a partir do interesse de rever a relação entre arquivo, documento e patrimônio buscamos instrumentalizar-nos para

percebemos as coisas para além da sua visibilidade aparente. Para tanto, aproximamo-nos das fundamentações teóricas apresentadas por Michel Foucault, Bernd Frohmann, Michel de Certeau e Bruno Latour, as quais permitiram que percebêssemos as emergências documentais e os arquivos a partir de associações e jogos entre saberes e poderes.

Isso porque, por exemplo, as categorias de interpretação e análise de Michel Foucault, referentes ao poder, institucionalização e governo instrumentalizaram nosso olhar para reconhecermos nas emergências documentais sempre novos produtos, novas materializações do pensamento do homem e estas, dentro do nosso universo de pesquisa, não deveriam ser excluídas umas em detrimento das outras; mas poderiam coexistir no *lugar* institucional que analisamos. Ou seja, entendemos que uma emergência documental validada institucional, científica ou disciplinarmente não é o ponto final de um processo, mas um referencial, um ponto de partida.

Foi esse conjunto de instrumentos que, alinhados a outros, encaminharam-nos para um *lugar* específico onde percebemos que as relações e conexões entre o arquivo, o documento, o patrimônio e o poder se estabeleciam, permaneciam e podiam ser combinadas e recombinaadas. Assim, começamos paulatinamente a deslocar nosso olhar do documento para sua relação com o arquivo. Essa vinculação, indissociável e fortemente amarrada por algumas análises teóricas, começou a ser compreendida por nós de forma diferenciada, especialmente, pelas características do arquivo que havíamos selecionado como objeto de estudo. Um repertório de opções tradicionais (teóricas e práticas) para a valorização e tratamento documental não se aplicava por completo a esta realidade. Assim, percorremos o longo percurso do pensamento do documento e revistamos conceitos/noções de arquivo para que, através de diferentes olhares e realidades, pudéssemos fundamentar teoricamente as análises desenvolvidas nesta tese.

Dessa forma, destacamos que foi na interseção da produção massiva dos documentos pela administração pública e da guarda destes como responsabilidade do próprio Estado para seu uso e funcionamento, além do conhecimento do passado, que o arquivo passou a ser reconhecido como um *espaço* específico de produção de um saber/poder. Também apontamos para o surgimento da Arquivologia no sentido de que a tecnologia do ordenamento proposta por Natalis de Wailly, que coloca como princípio o respeito aos fundos, se harmoniza com o dispositivo de poder da ordem. O saber/fazer a partir e sobre o documento.

Enfatizamos, ainda, que os enquadramentos, as categorizações e os tipos documentais são bastante específicos, sendo que as ações disciplinares ocorrem sempre no sentido de garantir condições de estabilidade aos objetos para que, dessa forma, possam ser

desenvolvidas técnicas para o seu tratamento. Em outros termos, que as disciplinas e as ações disciplinares lidam, com o isolamento, com a determinação de segmentos, normas e regulamentações. Portanto, o documento em meio a essas ações é determinado pelo resultado de regras, hierarquias e leis que são estabelecidas em espaços de saber pré-determinados. Todavia, ao mesmo tempo em que é prescrito pelas práticas científicas e jurídicas em que está alocado, ele, simultaneamente, também direciona e fundamenta essas regras. Nesse ambiente de agenciamentos constantes, é que podemos verificar em que medida o documento se tornou um instrumento das relações de saber/poder e um dispositivo.

Em nossa concepção, o documento não é somente um objeto – isolado e encerrado em hierarquizações e categorizações disciplinares/científicas -, mas uma realidade e, como tal, sua característica é confrontar os circuitos de controle e impulsionar tensões para ampliações e deslocamentos de significações. Ou seja, este é o resultado de diversas articulações e jogos estabelecidos em campos específicos, múltiplos, complementares, inter-relacionais, mas nunca excludentes. Pensá-lo, nestes aspectos, é atentar para os processos de circulação tanto das ideias quanto das relações entre o homem e os meios através dos quais são materializadas suas ações; é colocar em pauta a relação sempre dinâmica entre os homens e as coisas. Nestes termos, o documento é um dispositivo de saber/poder, tanto em campos científicos e epistêmicos quanto em esferas sociais e políticas, na medida em que se torna agente e, portanto, articulador para transformações.

Os documentos são um tipo de material temporal e espacialmente situado com um conjunto de inscrições incorporadas em tipos específicos de práticas culturais. Portanto, são produtos de um processo em constante construção da ciência em busca do conhecimento; são a materialização de uma determinada maneira de compreender, produzir e inscrever um saber temporalmente interpretado segundo dadas condições e contingências. Logo, o saber científico tem a capacidade de agenciar a maneira como apreendemos a realidade. Já as práticas científicas operacionalizam uma gama de elementos necessários para a produção de estabilidade nos resultados do laboratório experimental; que são incorporados e interligados às diferentes regras, interesses, agentes e instituições.

A questão da materialidade do documento pode parecer como uma condição da existência física com os tributos que a matéria possui. No entanto, ao longo do trabalho percebemos que esta deve ser entendida não unicamente como uma análise unitária, isto é, de um único documento ou um único conjunto. Também evidenciamos que não se trata de estabelecer um tipo ideal sobre o documento e suas características, mas antes de vê-lo na sua diversidade. O que percebemos é que essa(s) unidade(s) material(ais) se insere(m) dentro de

múltiplos agenciamentos nos quais atuam indivíduos, processos legais; todos dentro de um marco institucional. Nesse sentido, podemos afirmar que o documento é um dispositivo pelos agenciamentos aos quais responde e aos que inicia.

Mas conforme andamos, focalizamos nossa atenção a um tipo de documento: o documento patrimonial. Motivo pelo qual tratamos de embasá-lo dentro das políticas patrimoniais às quais responde. No entanto, documento, patrimônio e política, tradicionalmente foram considerados como entidades conceituais, negligenciando-se sua materialidade. Assim, ao longo de nossa construção intelectual e textual foi emergindo outro elemento de vital importância para nossa trama: o *lugar*. Por isso, podemos afirmar que a dita materialidade somente adquire existência, ou seja, ela *vem a ser* num tempo e num espaço. A iminência desse aspecto fez com que o objeto de nosso estudo se detivesse no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. Porque era nele que os documentos, as políticas, o poder, e a instituição se (des)conjugavam de tal forma que sem esses arranjos não poderia existir o patrimônio.

O documento patrimonial nasce, portanto, em meio à articulação de diferentes instrumentos e aparece não somente como dispositivo regulador e disciplinar, mas configura um campo de contrapoder dentro do próprio poder. Em outras palavras, os documentos patrimoniais – entendidos como as bases dos procedimentos para transformação de bens culturais em patrimônio registrado institucional e estatalmente – são a dimensão onde os sujeitos preservacionistas agem na intersecção dos imperativos de autolimitação internos ou externos. Isso porque na medida em que operacionalizam esses mecanismos também instrumentalizam elementos diversos e não disciplinados em um campo de regulamentações. Ou seja, os agentes patrimoniais no ato de documentar trabalham na mediação tanto dos saberes e poderes vindos do alto quanto dos fazeres e saberes vindos de baixo – os quais nem sempre são inteligíveis em sua condição de emergência ou acontecimento.

Com base nessas proposições, compreendemos que as práticas discursivas e documentais coexistem no campo do patrimônio no feixe complexo das relações de saber/poder, apontando para a materialidade da discursividade no documento. Assim sendo, as regularidades destas práticas é que delineiam as operações sobre os objetos de determinadas formações discursivas e agem para a definição de regras e sistemas normativos, os quais criam condições de estabilidade às ações preservacionistas. Deste modo, a documentação patrimonial, em seu aspecto material e discursivo, caracteriza-se como um dispositivo que age em direção à materialização e validação de enunciados e,

consequentemente, torna-se o instrumento através do qual um patrimônio tombado emerge em um *lugar* institucional.

Observar o *lugar*, como delimitação de agentes, processos, leis nos quais o documento estabelece percursos e trajetos, requeria também uma interpretação no sentido de saber em que medida esse poder/fazer se exerce. Assim, chegamos à conclusão que o Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro (ACI/RJ) é uma central de cálculo, que cria, difunde, exclui e incorpora saberes. Todavia, enquanto saber/poder podemos constatar e visualizar essa real microfísica do poder: as formas como se exerce e agencia dentro, determinando o que pode ou não ser patrimonializado; as formas como age fora, exercendo ação direta sobre os objetos tombados; e seu sentido não unicamente instrumental, mas também simbólico.

Ao longo da elaboração desta tese circulamos por vários universos com o intuito de repensar conceitualmente o documento, sendo esta nossa contribuição para uma possível teoria do documento no âmbito da Ciência da Informação.

Finalmente, se alguma metáfora serve para este trabalho é a da viagem, partimos de um *lugar*, mas nem bem chegamos a outro, sentimos a necessidade de novamente embarcarmos para outro porto: a questão do *lugar*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Os museus enquanto sistema: por uma revisão da contribuição de Gustavo Barroso. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 91-98.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALCÂNTARA, Pedro. Sobre Lucio Costa. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 35-61.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Leitura, mediação e apropriação da informação. In: SANTOS, Jussara Pereira dos (Org.). **A leitura como prática pedagógica na formação do profissional da informação**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2007.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc-SPHAN, Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, Antônio Augusto. Documentos históricos, documentos de cultura. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 22, p. 48-55, 1987.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- BARRETO, Aldo de. Os agregados de informação: memórias, esquecimento e estoques de informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 1, n. 3, jun. 2000. Disponível em: <http://dgz.org.br/jun00/F_I_art.htm>. Acesso em: 14 set. 2010.
- BASTARDIS, Jean. **O programa nacional de preservação da documentação histórica e seu significado para a preservação de arquivos no âmbito do IPHAN**. 2012. Dissertação (Mestrado Profissional) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- BLOCH, Marc. **A apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BOMERY, Helena et. al. Patrimônios da memória nacional. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p 1-14.
- BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 30 dez. 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=284>>. Acesso em: 02 jul. 2012.
- BRIET, Suzanne. **Qu'est-ce que La documentation?** Paris: *Éditions Documentaires Industrielles* et Técnicas, 1951.

- BUCKLAND, Michel K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, v. 45, n. 5, p. 351-360, 1991.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a revolução francesa da historiografia**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- CAMARGO, Célia. Reis. **À margem do patrimônio cultural: estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.
- CARTA de Atenas. [S.l.]: [s.n.], 1931. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=232>>. Acesso em: 30 jul. 2008.
- CARTA de Veneza. [S.l.]: [s.n.], 1964. Disponível em: em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=236>>. Acesso em: 30 jul. 2008.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault: um percurso pelos temas, conceitos e autores**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CAVALCANTI, Lauro Pereira. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura, (1930-60)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.
- COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.
- COOK, Terry. Archival science and postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, n. 1, p. 3-24, 2001.
- COOK, Terry. Archives, records, and power: The making of modern memory. **Archival Science**, n. 2, p. 1-19, 2002.
- CRUZ MUNDET, José Ramón. **Manual de archivística**. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2001.
- DURANTI, Luciana. **Diplomática: usos nuevos para una antiga ciência**. Carmona: S&C Ediciones, 1996.
- EDMONDSON, Ray. **Memória do mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental**. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em:
<<http://www.unesco.org/uy/ci/fileadmin/comunicacioninformacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

- FERNANDES, Maria Celia. **Arquivo da cidade do Rio de Janeiro**: a travessia da “arca grande e boa” na história carioca. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/ Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 77-89.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. UFRJ: IPHAN, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula Inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b. (Coleção tópicos).
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c.
- FROHMANN, Bernd. Discourse and documentation: some implications for pedagogy and research. **Journal of Education for Library and Information Science**, v. 42, n.1, 2001. Disponível em: <<http://www.fims.uwo.ca/people/faculty/frohmann/Jelis.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2012.
- FROHMANN, Bernd. **Deflating information**: from science to documentation. Toronto: University Press, 2004.
- FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M.; MARTELETO, R.; LARA, M. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da ciência da informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Fundepe, 2008a. p. 19-34.
- FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?” **Journal of Documentation**, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCIA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la diplomática a la archivística. **Revista General de Información y Documentación**, v. 13, n. 2, p. 7-35, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. O jogo da autenticidade: nação e patrimônio cultural do Brasil. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 63-75.

GRIGOLETO, Maira C. **A documentação patrimonial: gênese e fluxo dos processos de tombamento do Museu “Prudente de Moraes”**. 2009. 169 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2009.

GUEDES, Maria Tarcila. A influência do pensamento modernista no Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN). In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991. p. 15-24.

HOFMAN, Hans. El archivo. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagena: Ayuntamiento, 2007. p. 191-226.

HORTA, Sandra. A revista do arquivo do Distrito Federal. **Revista Cidade Nova**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 97-112, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. **Ideólogos do patrimônio cultural**. Rio de Janeiro: I.B.P.C., 1991.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Programa de Gestão Documental do IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2008. (Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN, 5).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Bens móveis e imóveis inscritos nos livros do tomo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009**. 5. ed. rev. atualiz. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. 166 p. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em: fev. 2010.

JARDIM, José. Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995.

JENKINSON, Hilary Sir. **A manual of archive administration**. Oxford: Oxford University Press, 1922.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: arquitetura neocolonial no Brasil. **História Social**, Campinas, n. 6, p. 65-94, 1999.

KESSEL, Carlos. O movimento neocolonial e a preservação do patrimônio. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 173-188, 2001.

KETELAAR, Eric. Gestión de registros y poder social. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagena: Ayuntamiento, 2007. p. 379-404.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista**, v. 18, n. 2, p. 287-320, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v18n2/v18n2a08.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

LEITE, João de Souza (Org.). **A herança do olhar**: o design de Aloísio Magalhães. Rio de Janeiro: Artviva, 2003.

LOUSADA, Mariana; GRIGOLETO, Maira C. A questão do patrimônio documental no Brasil: leis e práticas. In: SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO: ARQUITETURA E DOCUMENTAÇÃO, 2., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Mestrado Construído e Patrimônio Sustentável/Universidade Federal de Minas Gerais (MACPS/UFMG) e Instituto de Estudos do Desenvolvimento Sustentável (IEDS), 2011.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Pró-Memória, 1985.

MAGALHÃES, Aline Montenegro. **Um estudo sobre a inspetoria de monumentos nacionais (1934-1937)**. 2004. 152p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. Sobre os modos de produzir sujeitos e práticas na cultura: o conceito de dispositivo em questão. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, p. 226-241, 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/marcello.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

McKEMMISH, Sue. Trazas: documento, registro, arquivo, arquivos. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos**: gestión de registros en sociedad. Cartagema: Concejalía de Cultura, 2007. p. 21-46.

MELLO, Joana. Da arquitetura portuguesa à arquitetura brasileira. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 43, p. 69-98, 2006.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O patrimônio cultural entre o público e o privado. In: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992. p. 189-194.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos materiais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 89-103, 1998.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, 1987.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Nadya Maria Deps; CORREIA, Maria Rosa dos Santos. Os intelectuais no IPHAN e no IBGE na Era Vargas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5., Salvador. **Anais...** Salvador: ENECULT, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19141.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

MURGUIA, Eduardo Ismael. A produção social do documento: valor, informação e instituição: um lugar de reflexão para as Ciências Humanas. In: HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado; FURNIVAL, Chloe. (Org.). **Olhar: ciência, tecnologia e sociedade**. São Carlos: Centro de CECH-UFSCar, 2008. p. 225-235.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Documento e instituição: produção, diversidade e verdade. In: MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Org.). **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p. 123-140.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Archivo, memória e historia: cruzamientos e abordajes. Íconos. **Revista de Ciencias Sociales**, Quito, n. 41, p. 17-37, 2011.

NATAL, Caion Meneguello. A retórica da tradição: tempos e espaços da arquitetura neocolonial no Brasil, 1914-1930. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA E ÉTICA, 25, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0259.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

NUÑES CONTRERAS, Luis. Concepto de documento. **Archivística – Estudios básicos**, Sevilla, Diputación Provincial, v. 31, 1983.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**: discurso pronunciado no Congresso de Documentação Universal, Paris. 1937. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional (Separata). Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/otlet/>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

PIGGOTT, Michael. Archivos y memória. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagema: Concejalía de Cultura, 2007. p. 405-441.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Construindo conhecimento através do espaço sindical francês: um olhar sobre a informação e o papel do arquivo junto a uma política de memória militante. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, número especial, p. 120-132, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v14nspe/a09v14nspe.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2010.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista CPC**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 41-74, 2005-2006.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, modernismo e preservação do patrimônio no debate cultural dos anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento**: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação. 2009. 331f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

RECOMENDAÇÃO de Nairóbi. [S.l.]: [s.n.], 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=249>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 1962. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=235>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

RECOMENDAÇÃO Paris. [S.l.]: [s.n.], 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 30 jul. 2008.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Concepto de diplomática, diploma y documento. In: CARUCCI, Paola. et. al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: C&C ediciones Universidad Internacional Menéndez Pelayo, 1994. p. 13-49.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. Nação e História: Jules Michelet e o paradigma nacional na historiografia do século XIX. **Revista de História**, São Paulo, n. 144, p. 151-180, jul. 2001. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/n144/a05n144.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2011.

SANTOS, Vera Mendes dos. O caderno escolar: um dispositivo feito peça por peça para a produção de saberes e subjetividades. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL/ANPED SUL, 5., Paraná. **Anais...** Paraná: ANPED SUL, 2004. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/7111.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2011.

SÃO PAULO (cidade). Secretaria de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: the making of modern memory. **Archival Science** 2, p. 1-19, 2002.

SILVA, Alyne Alvarez. **Modos de subjetivação e estratégias de governamentalidade**: a constituição de um “sujeito infrator” nas tramas de um dispositivo jurídico. 2009. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SILVA, Armando Malheiro da. **Recursos de informação e/ou comportamento informacional**. (Texto de Apoio – Disciplina: Tópicos Especiais – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação). 2010a. 90p.

THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Judith Martins**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2009. (Memórias do Patrimônio, 1).

THOMPSON, Analucia (Org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010. (Memórias do Patrimônio, 2).

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica para a construção da arquivística contemporânea**. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. **Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional**. 2010. 180f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Programa Memória do Mundo**. 1992.

UPWARD, Frank. El contínuo de los registros. In: MCKEMMISH, Sue; PIGGOT, Michel; REED, Barbara; UPWARD, Frank. **Archivos: gestión de registros en sociedad**. Cartagena: Ayuntamiento, 2007. p. 275-307.

WELAUSEN, Saly da Silva. Os dispositivos de poder e o corpo em vigiar e punir. **Revista Aulas**, Campinas, n. 3, p. 1-23, dez. 2006/mar.2007.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, n. 4, p. 5-26, 1998.
- ABREU, Maurício de Almeida. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 205-230, 1994.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. **O ensino jurídico, a elite dos bacharéis e a maçonaria do séc. XIX**. 2005. 180f. Dissertação (Mestrado em Direito, Estado e Cidadania) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/bachareis.pdf>>. Acesso em: maio 2009.
- ALONSO, Vicenta Cortés. **Documentos y documentación**. Madrid: Ministério de Cultura, 1981.
- AMARAL, Adriana Facina Gurgel do. Uma enciclopédia à brasileira: o projeto ilustrado de Mário de Andrade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 393-417, 1999.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Brasil: monumentos históricos e arqueológicos**. México: Instituto Panamericano de Geografia e História, 1952.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Rodrigo e o SPHAN**. Rio de Janeiro: Minc-SPHAN, Pró-Memória, 1987.
- ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- AZEVEDO, Mirandulina Maria Moreira. Patrimônio cultural e rememoração: notas preliminares sobre o valor de antiguidade. **Revista CPC**, São Paulo, n.11, p. 7-32, nov. 2010/abr. 2011. Disponível em: <<http://cercopdf.com/patrimonio-pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debatendo Terry Cook. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 201-207, 1998.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BERQUE, Augustin. Transmitting the past to the future : an ontological consideration on tradition and modernity. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM, China. **Anais...** China: Tianjin University, 2007. Disponível em: <<http://cercopdf.com/patrimonio-pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- BESSA, Altamiro Sérgio Mol (Coord.). **Preservação do patrimônio cultural: nossas casas e cidades, uma herança para o futuro!** Belo Horizonte: CREA-MG, 2004.

- BORGES, Marco Antônio. O tombamento como instrumento jurídico para proteção do patrimônio cultural. **Revista de Direito Ambiental**, v. 6, n. 22, p. 259-278, 2001.
- BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e res (sentimento)**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BUSCHMAN, John. Transgression or stasis? Challenging Foucault em LIS theory. **Library Quarterly**, v. 77, n. 1, 2007.
- CACHIONI, Marcelo. **Arquitetura eclética na cidade de Piracicaba**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Campinas, 2002.
- CALABRE, Lia. O conselho federal de cultura 1971-1974. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 81-98, 2006.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Contribuição para uma abordagem diplomática dos arquivos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 169-175, 1998.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. O tombamento é um santo remédio. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 1, 1984.
- CANCLINI, Nestor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do social. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, p. 95-111, 1994.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. História política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 161-165, 1996.
- CAPURRO, Rafael.; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.
- CARTER, Rodney G. S. Os things and unsaid: power, archival silences, and power silence. **Archivaria**, v. 61, p. 215-233, 2006.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: tipos e percursos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 337-359, 1996.
- CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Campinas: Papirus, 1990.

CHAUI, Marilena Sousa. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2003.

CHUVA, Márcia (Org.). **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: MinC/Iphan/Departamento de Promoção, 1995.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI JUNIOR, Walter. Os autores e suas ideias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 145-164, 2003.

CORRÊA, R. L. Monumentos, política e espaço. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 9, n. 183, 2005. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-183.htm>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil: análise quantitativa e qualitativa. **Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p. 8-26, 2007.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914**: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 63-76, 1989.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, memória e espaço prisional no Rio de Janeiro. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 4, n. 1, 2003.

COUTURE, Carol. Le concept de document d'archive à l'aube du troisième millénaire. **Archives**, v. 27, n. 4, 1996.

CUNHA, Danilo Fontanelle Sampaio. **Patrimônio cultural**: proteção legal e constitucional. Rio de Janeiro: Letra Legal Editora, 2004.

DAMATTA, Roberto. Brasil: uma nação em mudança e uma sociedade imutável? Considerações sobre o dilema brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 204-219, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, Gilles. Que é um dispositivo? In: BALIBAR, E.; DREYFUS, H.; DELEUZE, G. et al. **Michel Foucault, filósofo**. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 155-163.

DINIZ FILHO, Luis Lopes; BESSA, Vagner de Carvalho. Território e política: as mutações do discurso regionalista no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 27-37, 1995.

DODEBEI, Vera Lúcia D. L. M. A condição do patrimônio: uma questão de informação? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENANCIB, 2005.

DUARTE, Adriano Luiz. “Em busca de um lugar no mundo”: movimentos sociais e políticas na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 195-219, 2008.

ECO, Humberto. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ESCARPIT, Robert. **La révolution du livre**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1976.

FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista – Nova Série**, n.1, p. 131-143, 1993.

FAÉ, Rogério. A genealogia em Foucault. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 9, n. 3, p. 409-416, 2004.

FALCÃO, Joaquim de A. A favor de uma nova legislação de proteção ao bem cultural. **Ciência e Trópico**, v. 30, n. 15, p. 21-34, 1982.

FALCÃO, Joaquim de A. A política de preservação do patrimônio histórico e artístico nacional e a democracia no Brasil. **Ciência e Trópico**, v. 2, n. 12, p. 211-214, 1984a.

FALCÃO, Joaquim de A. Política de preservação e democracia. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 45-49, 1984b.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradia nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. **Anais do Museu Paulista – Nova Série**, n. 1, p. 107-129, 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. In: **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico/Secretaria Municipal da Cultura/Prefeitura do Município de São Paulo, 1992.

FIGUEIREDO, Alexandre. 110 ANOS DE RODRIGO. **Ensaio Patrimoniais**, 2008. Disponível em: <http://br.geocities.com/alexfig1971/rodrigo_melo_franco.htm>. Acesso em: jun. 2009.

FISHER, Rosa Maria Bueno. Uma análise foucaultiana da TV: das estratégias de subjetivação na cultura. **Currículo Sem Fronteiras**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 41-54, 2002. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1/articles/rosa.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2012.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 28, n.2, p. 146-154, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FREITAS, Lídia Silva de. Tematizando o objeto da Ciência da Informação: uma arqueologia da escrita. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANCIB, 2008.

FREITAS, Lídia Silva de. **O inter-dito fundador do campo informacional**: efeito-documento e efeito-informação na construção discursiva do fato (e do sujeito). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., Paraíba. **Anais...** Paraíba: ENANCIB, 2009. Disponível em:

<<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/handle/123456789/536>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

FROÉS, Vânia Leite. A identificação de um país. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 299-316, 1988.

FROHMANN, Bernd. Discourse analysis as a research method in library and information science. **Library and Information Science Research**, v.16, p. 119-138, 1994.

FROHMANN, Bernd. The role of facts in Paul Otlet's modernist project of documentation. In: RAYWARD, W. Boyd. **European modernism and the information society**: informing the present, understanding the past. Aldershot; Hants; England; Burlington, VT: Ashgate, 2007.

FROHMANN, Bernd. Documentary ethics, ontology, and politics. **Archival Science**, v. 3, n.8, p. 165-180, 2008b.

GODOY, Maria do Carmo. Patrimônio cultural: conceituações e subsídios para uma política. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 4., Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANPUH/MG, 1985.

GONÇALVES, João Felipe. Enterrando Rui Barbosa: um estudo de caso da construção fúnebre de heróis nacionais na Primeira República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 135-161, 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero do discurso. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

GRAMMONT, Anna Maria. A construção do conceito de patrimônio histórico: restauração e cartas patrimoniais. **Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 4, n. 3, p. 437-442, 2003. Disponível em: <<http://cercopdf.com/patrimonio-pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

GUIMARÃES, E. C. O patrimônio e a cidade como um "campo de força". **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 297-307, 2000.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; RABELLO, Rodrigo. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., Marília. **Anais...** Marília: ENANCIB, 2006. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/sistemas/enancib/viewpaper.php?id=208>>. Acesso em: 02 maio 2007.

INGSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HJORLAND, Birger. Memory, institutions and Information Science. **Journal of Documentation**, v. 56, n. 1, p 27-41, 2000.

HUYSSSEN, Andréas. **Seduzidos pela memória**: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IGLESIAS, Francisco. A narrativa em questão. In: RIEDEL, Dirce Cortes (Org.). **Narrativa: história & ficção**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

IZQUIERDO, Ivan. **Sobre memória**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

JULIÃO, Letícia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141-161, 2009.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaços públicos na experiência contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história**: bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora UFPR, 2000.

KESSEL, Carlos. Vanguarda efêmera: arquitetura neocolonial na semana de arte moderna de 1922. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 110-128, 2002.

KÜHL, Beatriz Mugayar. A restauração de monumentos históricos na França após a revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. **Revista CPC**, São Paulo, n. 3, p. 110-114, nov.2006/abr.2007. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/cpc/n3/a07n3.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

LACERDA, Aline Lopes de. A “obra getuliana” ou como as imagens comemoram o regime. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 241-263, 1994.

LARA, Marilda Lopes Ginez de; ORTEGA, Cristina Dotta. Documento e informação, conceitos necessariamente relacionados no âmbito da Ciência da Informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., São Paulo. **Anais...** São Paulo: ENANCIB, 2008.

LAZZARIN, Joel Felipe. **Os dispositivos de poder e a construção da subjetividade do excluído em Michel Foucault**: implicações jurídicas e desafios sociais. 2007. 149f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2007.

LEMONS, Carlos. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 1977.

LOPES, Luis Carlos. Artefatos de memória e representações nas mídias. **Ciberlegenda**, n. 7, 2002. Disponível em: < <http://www.uff.br/mestcii/lcllop7.htm>>. Acesso em: jan. 2007.

LOPREATO, Christina Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917.** São Paulo: Annablume, 2000.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação do homem. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 16-28, 1989.

LUPORINI, Tereza Jussara. “Lugares da memória”: políticas pela preservação do patrimônio cultural. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 205-217, 2000.

MACGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um mitógrafo no Império: a construção dos mitos da história nacionalista do século XIX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 63-80, 2000.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Ação civil pública (ambiente, consumidor, patrimônio cultural) e tombamento.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986.

MACNEIL, Heather. Trusting records in a postmodern world. **Archivaria**, p. 36-47, 2001.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. **A tutela do patrimônio cultural sob enfoque do direito ambiental: uma abordagem transdisciplinar.** 2006a. 328f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006a.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. Tutela jurídica da paisagem no espaço urbano. **Revista de Direito Ambiental**, v. 11, n. 43, p. 7-34, 2006b.

MARCHESAN, Ana Maria Moreira. A proteção constitucional ao patrimônio cultural. **Revista de Direito Ambiental**, n. 20, 2000.

MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. **Cadernos de Direito Constitucional e Ciências Políticas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 19-35, 1992.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista – Nova Série**, São Paulo, v. 6/7, p. 9-36, 1998/1999.

MAZILLI, Hugo Nigro. **A defesa dos interesses difusos em juízo.** São Paulo: RT, 1995.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material**, São Paulo, n. 2, p. 9-42, 1994.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Os paradoxos da memória. In: MIRANDA, Danilo Santos de (Org.). **Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural humana.** São Paulo: Edições SESC/SP, 2007. p. 13-33.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de. Disfarces da ideologia da totalidade. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 282-291, 1989.

MEYER, Eugenia. O fim da memória. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 31-45, 2009.

MIRANDA, Antonio; SIMEÃO, Elmira. A conceituação de massa documental e o ciclo de interação entre tecnologia e o registro do conhecimento. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 4, 2002.

MISAN, Simona. Os museus históricos e pedagógicos do estado de São Paulo. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 175-204, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000200006&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 abr. 2009.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. Espaço urbano: memória social e patrimônio cultural. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 323-334, 2009.

MORAES, Eduardo Jardim de. Modernismo revisitado. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 220-238, 1988.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **As máscaras da totalidade**: memória e produção sociais. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Por um inventário dos sentimentos**: Mário de Andrade e a concepção de patrimônio e inventário. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Seja moderno, seja conservador. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 310-316, 1988.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PECHÊUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2006.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

PEIXOTO, Silveira. **A tormenta que Prudente de Moraes venceu!** Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1942.

PELLEJERO, Eduardo. Dos dispositivos de poder ao agenciamento da resistência. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, Campinas, n. 98, 2008. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=35&id=419&print=true>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 279-290, 1995.

PEREIRA, Sonia Gomes. A historiografia da arquitetura brasileira no século XIX e os conceitos de estilo e tipologia. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 143-154, 2005.

- PEREZ, Alex Donizete. **Tombamento**: limitação ao direito de propriedade e preservação do interesse coletivo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.
- PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o patrimônio. In: OLIVEIRA, L. L. **Cidade**: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV, CNPq, 2002.
- PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. William Morris e a SPAB. **Rotunda**, Campinas, n. 3, p. 22-35, 2004.
- PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao patrimônio cultural**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- PIRES, Maria Coeli Simões. **Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: Ministério de Educação e Cultura/SPHAN/Pró-Memória, 1980.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PONTE, Antônio Carlos da. Aspectos penais da preservação do patrimônio histórico e cultural. **Lex – Revista do Direito Brasileiro**, São Paulo, v. 1, p. 1-25, 2006. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/PENAIIS>>. Acesso em: 5 nov. 2007.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O patrimônio em construção e o conhecimento histórico. **Revista de Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 13-24, 2000.
- PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 105-119, 1998. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 maio de 2008.
- RABELLO, SÔNIA. **O Estado na preservação de bens culturais**: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.
- REDE, Marcelo. Estudos de cultura material: uma vertente francesa. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 8/9, p. 281-291, 2000/2001.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 265-82, 1996.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1995.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 187-203, 1988.

- REKRUT, Ala. Material literacy: reading records as material culture. **Archivaria**, n. 60, p. 11-37, 2005.
- RHODEN, Luiz Fernando. Legislação e inventários do patrimônio. **Ciências e Letras**, Porto Alegre, n. 27, p. 189-203, 2000.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si ou . . . **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 35-43, 1998. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 20 maio 2008.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. O Direito ao patrimônio cultural preservado – um direito e uma garantia fundamental. **Pensar**, Fortaleza, p. 52-61, 2007.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Tombamento e patrimônio cultural. **Revista de Direito Civil, Imobiliário, Agrário e Empresarial**, São Paulo, v. 17, n. 66, p. 52-69, 1993.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Aspectos jurídicos da proteção ao patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico. **Revista de Direito Ambiental**, v. 2, n. 6, p. 116-119, 1997.
- RODRIGUES, José Eduardo Ramos. A evolução da proteção do patrimônio cultural. Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural. **Revista Brasileira de Ciências**, v. 7, n. 26, p. 94-111, 1999.
- RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo, 1969-1987. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- RODRÍGUEZ BRAVO, Blanca. **El documento**: entre la tradición y la renovación. [S.l.]: Ediciones Trea, 2002.
- ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. Carmona: S&C, 1997.
- ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.
- RUBINO, Silvana. **As fachadas da história – as origens, criação e os trabalhos do SPHAN, 1936-1967**. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Campinas, Campinas, 1992.
- RUBINO, Silvana. Lúcio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 6-17, 2002.
- RUIZ, Francisco Fuster. Archivística, archivo, documento de archivo. . . Necesidad de clarificar los conceptos. **Anales de documentación**, n. 2, p. 103-120, 1999.
- SALIBA, Elias Thomé. À sombra do imortal: reflexões sobre nação e a memória. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 4, p. 309-16, 1996.
- SARMENTO, Carlos Eduardo Barbosa. Trajetória individual e história cultural. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 313-318, 1995.

SENÉCAL, Sylvian. La lecture et la description archivistique du document. **Arquivos**, v. 29, n. 3, p. 49-56, 1997/1998.

SILVA, Armando Malheiro da. Mediações e mediadores em Ciência da Informação. **PRISMA.COM**, n. 9, p. 1-37, 2010b. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/Prisma.Com_n9-Mediacao_e_mediadores_em_Ciencia_da_Informacao.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2010b.

SILVA, Fernando Fernandes da. **As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade**. São Paulo: Petrópolis, 2003.

SIQUEIRA, Carla. A imprensa comemora a República: memórias em luta no 15 de novembro de 1890. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 161-188, 1994.

SOBRAL, José Manuel. Da casa à nação: passado, memória, identidade. **Etnográfica**, Portugal, v. 3, n. 1, p. 71-86, 1999.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés. **Bens culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1997.

SOUZA-LEITE, Martinho; TOUTAIN, Lídia M. B. Brandão. Estruturas significativas da Ciência da Informação: aplicação social da informação. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 3, jun. 2008.

TELLES, Antônio de Queiroz. **Tombamento e seu regime jurídico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

TOMAS E VINICIUS FILHO, Eduardo. O tombamento no direito administrativo e internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, n. 163, p. 231-247, 2004.

TRACE, Ciaran B. What is recorded is never simply “what happened”: record keeping in modern organizational culture. **Archival Science** 2, p. 137-159, 2002.

TUCHERMAN, Ieda; CAVALCANTI, Cecília C. B. Museus como dispositivos de curiosidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 17, n. 20, p. 141-158, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A literatura como espelho da nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 239-263, 1988.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Brasília: Editora UNB, 1995.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, Minas Gerais, v. 18, n. 3, p. 16-22, 2006.

ANEXO A – Fontes documentais

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARQUEOLÓGICO, ARTÍSTICO E TURÍSTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Processo de tombamento n.º. 07861*. São Paulo, 1969.

CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE PIRACICABA. *Processo de Tombamento n.º. 26*. Piracicaba, 2004.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Processo de Tombamento n.º. 0714*. Rio de Janeiro, 1963.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Processo de Tombamento n.º. 001681*. Rio de Janeiro, 2002.

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL/FUNDAÇÃO NACIONAL PRÓ-MEMÓRIA (em extinção). **Arquivo Central da SPAN e Biblioteca Noronha Santos**: importância para o IBPC e necessidade de permanência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Coordenadoria Geral de Documentação e Coordenadoria de Registro e Documentação, jun. 1990.